

Relatório Técnico 2019

O Estado da Arte da Área de Avaliação



2019

RELATÓRIO TÉCNICO 2019

**O ESTADO DA ARTE DA
ÁREA DE AVALIAÇÃO**

**Rio de Janeiro
2019**

RELATÓRIO TÉCNICO 2019

O ESTADO DA ARTE DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Pesquisadores

Prof.^a Dr.^a. Ligia Gomes Elliot

Prof.^a Dr.^a. Lígia Silva Leite

Prof.^a Dr.^a. Lúcia Regina Goulart Vilarinho

**Rio de Janeiro
2019**

Equipe Técnica da Pesquisa

Pesquisadores

Prof.^a Dr.^a. Lígia Gomes Elliot

Prof.^a Dr.^a. Lígia Silva Leite

Prof.^a Dr.^a. Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Assistentes de Pesquisa

Sandra M^a Martins Redovalio Ferreira

Sonia Regina Natal de Freitas

Discentes Pesquisadores

Felipe Jorge Granero

Flavia Giffoni de A. dos Santos

Regina Adelaide C. de Oliveira

Selma Alves Badaue

Tatiana Ribeiro

Yves de Carvalho Carabajal

Editoração Gráfica

Nilma Gonçalves Cavalcante

Valmir Marques de Paiva

Bibliotecária

Anna Karla Souza da Silva

SUMÁRIO

1	A Pesquisa.....	6
2	Etapas desenvolvidas em 2019.....	7
3	Proposta de trabalho.....	7
4	Relato das Atividades Realizadas.....	8
	1º encontro.....	8
	2º encontro.....	8
	3º encontro.....	12
	4º encontro.....	15
	5º encontro.....	16
	6º encontro.....	18
	7º encontro.....	19
	8º encontro.....	20
	9º encontro.....	21
	10º encontro.....	22
	11º encontro.....	23
	12º encontro.....	24
	13º encontro.....	25
	14º encontro.....	25
	15º encontro.....	25
5	Processo de Construção dos Pareceres Avaliativos.....	26
6	Dificuldades apresentadas pelos mestrandos durante a Prática de Avaliação.....	29
7	Sugestões apresentadas pelos mestrandos.....	30
8	Principais conclusões.....	32
9	Prosseguimento do trabalho.....	40
	Referências.....	40
	Apêndices.....	
	A- Parecer avaliativo de Regina Carvalhal.....	42
	B- Parecer avaliativo de Selma Badaue.....	52
	C- Parecer avaliativo de Yves Carabajal e Tatiana Ribeiro.....	65
	C- Parecer avaliativo de Felipe Granero.....	85
	D- Parecer avaliativo de Flavia Giffoni dos Santos.....	103

1. A Pesquisa

No quadrimestre de janeiro a maio de 2019 foi dada continuidade à pesquisa O Estado da Arte da Avaliação, iniciada em 2014, e oferecida como disciplina de Prática de Avaliação do Mestrado Profissional da Faculdade Cesgranrio. Seu objetivo consiste em investigar e sistematizar, por meio de um processo estruturado de busca e análise, a produção acadêmica divulgada em artigos científicos na área da Avaliação.

A cada quadrimestre no qual a disciplina é oferecida são desenvolvidas atividades de pesquisa que dão continuidade ao projeto, de modo a permitir a vivência acadêmica dos mestrandos em atividades de pesquisa com conteúdos relacionados à área da avaliação. A disciplina Prática de Avaliação é obrigatória no currículo deste curso.

Apesar de o Mestrado Profissional em Avaliação possuir característica multidisciplinar, desde 2014 a equipe de pesquisadores decidiu focar a busca de artigos em periódicos científicos que contivessem artigos sobre Avaliação na área da Educação. Esta decisão decorreu do fato da predominância de pesquisadores presentes para atuar na área da Educação. Os artigos coletados estavam indexados e disponibilizados na base de dados da Plataforma *Scientific Electronic Library Online*, conhecida como Plataforma SciELO. Este processo resultou na construção de um banco de dados, o e-AVAL, que se encontra disponível na página eletrônica da Fundação Cesgranrio, possibilitando o seu acesso pela comunidade acadêmico-científica e demais interessados.

O e-AVAL foi construído com base na metodologia de processo estruturado de busca de Vianna, Ensslin e Giffhorn (2011). A partir de 2015 o grupo de pesquisa vem trabalhando em duas frentes. Uma permanente: a alimentação contínua do banco de dados e-AVAL, utilizando esta metodologia; e outra, frente diferenciada a cada ano, conforme registrado nos relatórios técnicos anuais do projeto desde seu início (ELLIOT; LEITE; AGUIAR; VILARINHO, 2015; 2016; 2017; ELLIOT; LEITE; VILARINHO, 2018)..

Em 2019 as atividades de pesquisa descritas neste relatório tiveram continuidade com seis mestrandos inscritos na disciplina Prática de Avaliação do Estado da Arte da Avaliação e contou também com a participação de duas assistentes de pesquisa egressas do próprio Mestrado.

2. Etapas desenvolvidas em 2019

As atividades de pesquisa realizadas procuram manter dinâmica semelhante todos os anos em que é oferecida a disciplina Prática de Avaliação, porém são realizados ajustes que permitam o prosseguimento da pesquisa. As principais etapas desenvolvidas neste ano de 2019 foram:

- Apresentação da equipe e do histórico da pesquisa, ressaltando a participação das assistentes de pesquisa.
- Apresentação da proposta de trabalho com duas frentes de produção: a) atualização do e-AVAL; e b) elaboração de parecer avaliativo.
- Encontros semanais visando a apresentar o andamento das buscas realizadas na plataforma SciELO para atualização do banco de dados e-AVAL, dificuldades encontradas e esclarecimento de dúvidas.
- Construção, por etapas, de um parecer avaliativo a partir da análise de artigos selecionados do e-AVAL e baseado nas respostas às perguntas de pesquisa propostas.
- Anotação, pelas Assistentes de pesquisa Sandra Martins e Sonia Natal, das atividades, dificuldades e sugestões relatadas pelos mestrandos, de modo a possibilitar a elaboração do relatório técnico anual.
- A primeira versão do relatório técnico, elaborado por Sandra Martins, deu origem ao Relatório Técnico 2019, que foi editorado pela Prof.^a Ligia Elliot.

3. Proposta de trabalho

A pesquisa no ano de 2019 apresentou a proposta de aprofundar o conhecimento sobre o Estado da Arte da Avaliação em duas frentes:

(a) atualização da base de dados e-AVAL, incluindo os artigos publicados no ano de 2017 e 2018;

(b) elaboração de um parecer avaliativo baseado nas respostas às perguntas de pesquisa propostas a partir da análise de artigos selecionados da base e-AVAL e focados no eixo temático Avaliação de Políticas Públicas.

4. Relato das Atividades Realizadas

As atividades da disciplina Prática de Avaliação relacionadas à pesquisa sobre o Estado da Arte da Avaliação ocorreram no período de janeiro a maio de 2019, em 15 encontros do grupo de pesquisa. Cada uma delas é descrita nesta parte do Relatório.

1º Encontro

O primeiro encontro foi realizado no dia 5 de fevereiro de 2019, tendo início com a presença das professoras Lígia Leite, Lucia Vilarinho e Lígia Elliot, das Assistentes de Pesquisa Sandra Martins, Sonia Natal e Gisele Souza do Amaral e dos mestrandos Felipe Granero, Flavia Giffoni dos Santos, Regina de Oliveira, Selma Badaue, Tatiana Ribeiro e Yves Carabajal.

Inicialmente, a Prof^a. Lígia Leite apresentou os membros do grupo, agradecendo a presença e participação na disciplina, passando a relatar o histórico da pesquisa e o processo de criação do e-AVAL. As assistentes de pesquisa Sandra, Sonia e Gisele relataram suas experiências nas etapas anteriores da pesquisa.

A Prof^a. Lígia Leite apresentou em *powerpoint* primeiramente a história da construção e reflexão sobre o Projeto O Estado da Arte da Avaliação no período de 2001 a 2017, ressaltando os resultados e produtos do mesmo – relatórios, artigos científicos e livro. Informou a necessidade de elaboração de um relatório individual semanal, em uma versão *online* a ser enviada por *e-mail* para a assistente de pesquisa Sandra, que se comprometeu em enviar o modelo de relatório por *e-mail* para os mestrandos inscritos na disciplina. O envio de tais relatórios se faz importante pelo fato de, ao final da disciplina, servirem de base para a elaboração do presente relatório.

A seguir, a Prof.^a Lígia Leite apresentou a proposta de trabalho para o quadrimestre, que engloba, entre outras atividades, a atualização da base e-AVAL (2017-2018) a partir da base SciELO. A assistente de pesquisa Sonia expôs o banco de dados e-AVAL, suas características e seu objetivo principal de armazenar artigos da área de avaliação e educação. Explicou o processo de atualização e como utilizar a planilha de Excel paralelamente. Analisou também as categorias a serem aplicadas na categorização dos artigos, dirimindo as dúvidas dos mestrandos.

2º encontro

O segundo encontro aconteceu em 12 de fevereiro, presentes as professoras Lígia Leite e Lúcia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra,

Sonia e Gisele, além dos mestrandos Felipe, Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves.

Em um primeiro momento, as dúvidas dos mestrandos foram dirimidas, quanto à atualização do e-AVAL. Para evitar outras dúvidas, a assistente de pesquisa Sonia propôs enviar os artigos do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas, a ser trabalhada no parecer avaliativo, diretamente para os mestrandos, sem necessidade de eles irem ao e-AVAL. Explicou cada categoria que compõe este eixo para que os mestrandos pudessem preencher a planilha de Excel.

Após, então, a Prof.^a Lúcia apresentou *powerpoint* sobre o que é Estado da Arte, histórico, utilização, o termo etc. Ressaltou a importância do estudo, principalmente por não haver na literatura estudo com tal abrangência em Avaliação. Ao final se comprometeu em enviar aos mestrandos os *slides*. A segunda atividade da disciplina se refere aos artigos que compõem o eixo temático Avaliação de Políticas Públicas.

A assistente de pesquisa Sandra informou que os mestrandos enviaram os relatórios semanais para ela por *e-mail*.

Após a primeira reunião do grupo (05/02/19), o levantamento dos artigos na base e-AVAL teve início, assim como a elaboração dos relatórios semanais das atividades realizadas, mencionando as dificuldades encontradas e as sugestões, por parte dos mestrandos.

Relatórios dos mestrandos

Felipe entrou no sítio da SciELO e tentou se familiarizar com o *layout*. Observou, inicialmente, que o *site* estava em inglês, mas clicou na aba “Português” e o *site* apresentou conteúdo em português. Entrou na aba “Pesquisa de artigos” e simulou uma pesquisa com o assunto “avaliação”. Apareceu uma infinidade de artigos, em inglês. Tentou a aba “refinar” e depois “config”, aparece a opção “português” mas os títulos continuam aparecendo em inglês. Clicou no 1º artigo que aparecia, na aba “português”. A outra página que se abre, tem uma série de opções. Entrou na aba “Artigo”, em “português (pdf)” e logo abre o artigo em sua íntegra. Acessou o sítio “e- AVAL” e clicou na aba Pesquisa. O *layout* facilita a procura por artigos. Simulou uma pesquisa com a palavra “avaliação” e apareceram muitas opções de artigos. Tentou a primeira opção na lista, na aba detalhes. Apareceu outra aba com algumas informações sobre o artigo, como exemplos, resumo, palavras-chave etc. Após, clicou na aba “*link*”, observando que encaminhou para o sítio da SciELO, onde estava hospedado o artigo.

Como dificuldade relatou que no sítio da SciELO, quando faz a pesquisa, aparecem os títulos em inglês, o que dificulta a identificação de um artigo relevante no contexto da dissertação. Como sugestão propõe incluir o idioma português como opção para apresentação dos títulos dos artigos.

Flavia acessou três vezes o site <http://mestrado.fge2.com.br/aval/> e navegou por todo o menu. Realizou pesquisas pelos termos “EaD” e “educação a distância”. Acessou também duas vezes o site <http://scielo.br/> e realizou pesquisas pelos termos “avalia\$” e “educa\$”. Tentou refinar estas buscas também por ano de publicação. Apresentou como dificuldade o fato de que quando aparece a listagem das publicações (seja via pesquisa, seja clicando em publicações) não existe a informação que, se clicar em título ou ano, a listagem será ordenada em ordem crescente e decrescente. Isso é muito útil! Na ordenação de Título deve ter algum espaço antes do início do título, pois não está seguindo a ordem alfabética.

Como sugestão trouxe: no site <http://mestrado.fge2.com.br/aval/> o menu “Quem somos” possui uma extensa barra de rolagem, que compromete a navegação. Sugere que no item “Equipe atuante” sejam criados *links* com as respectivas turmas, de preferência em ordem cronológica (da mais recente para a mais antiga). O *link* pode ser um *pop-up* ou uma nova página (mais indicado). Ao abrir o *link* de cada turma o usuário poderá ver apenas os integrantes daquele período. Outra sugestão é que para que não existam repetições nos trabalhos, cada aluno deve pesquisar meses de publicação específicos, previamente divididos pela turma.

Regina pesquisou arquivos na base SciELO, tendo no início dificuldade, mas depois se familiarizou, e achou interessante. Para pesquisar, inicialmente digitou o avalia\$ e o educa\$, e muitos artigos apareceram. Resolveu pesquisar sobre gestão, colocando como filtro avalia\$ + gestao\$, avalia\$ +administrador\$. Entrou duas vezes no e-AVAL, leu sobre o projeto, regras para submissão dos artigos e digitou seu currículo para enviar para a assistente de pesquisa Sandra. Pesquisou alguns artigos também.

Apresentou como dificuldade achar o e-AVAL, pesquisou no Google por <http://mestrado.cesgranrio.org.br>, e-AVAL, mas não encontrou. Só conseguiu acessar pelo link que o colega Yves disponibilizou <http://mestrado.fge2.com.br/aval>. Quando entrou no site e-AVAL e digitou seu nome completo para enviar seu currículo, visualizou apenas seus dois últimos sobrenomes os dois primeiros nomes sumiram. Teve dificuldade na pesquisa, por não estar acostumada e na hora de colocar a palavra-chave “ficou complicado”.

Selma acessou os sites SciELO e e-AVAL da Faculdade Cesgranrio, tendo oportunidade de se familiarizar com ambos, obtendo informações sobre

definição e objetivos dos projetos. Navegou nos diversos conteúdos disponibilizados tais como publicações, nomes dos profissionais envolvidos (e-AVAL) e, especificamente, na base SciELO, nos periódicos e relatórios, se atendo com maior ênfase na estrutura de acesso aos artigos (autor, assunto, pesquisa).

Como dificuldade trouxe o fato de não conseguir acessar na barra de navegação o conteúdo do item “pesquisa”. Como sugestão apresentou que as aulas deveriam acontecer no laboratório de informática para que possa, junto com as professoras e mestrandos, trocar mais experiências no que diz respeito ao acesso e conteúdo dos artigos disponibilizados.

Tatiana relatou que acessou o e-AVAL, visualizando a lista dos participantes do projeto e clicando nas demais abas, e simulou no SciELO uma busca com o termo ENEM que lhe deu como retorno 64 resultados.

Como sugestões trouxe: disponibilizar os relatórios técnicos das turmas em meio digital; convidar os bibliotecários da Cesgranrio para ministrar uma aula sobre como fazer buscas na base SciELO; mudar a página inicial do e-AVAL pois está estática; a aba “Pesquisa” deveria estar logo na página inicial; e ainda a inclusão da opção de busca avançada no e-AVAL.

Yves acessou o site SciELO e posteriormente o *link* Pesquisa de Artigos; utilizou como filtro dois radicais adicionados aos caracteres booleanos: avalia\$ and educa\$; na primeira tentativa de busca, utilizou como campo todos os índices, retornaram 10358 resultados; quando feito acesso na guia “config” na página que mostra os resultados e substituído o formato de apresentação padrão ISO 690 para ABNT NBR 6023/89. Teste validado com a percepção que no formato ISO 690 os títulos aparecem em negrito e no formato ABNT NBR 6023/89 os títulos aparecem sem a formatação em negrito. Ao adicionar no campo Afiliação – País como BRASIL, BRASIL ocorreu o erro de acesso ao servidor da SciELO; utilizando como nova opção de pesquisa dois radicais adicionados aos caracteres booleanos: avalia\$ and educa\$ (campos todos os índices) and BRASIL, BRASIL (campo afiliação – país, país). No resultado também ocorreu o erro de acesso ao servidor da SciELO; reportou os erros ao *e-mail* infra@scielo.org sugerido pelo próprio *site* como contato ao administrador(es) do servidor.

Acessou o *site* <http://mestrado.fge2.com.br/aval/> e posteriormente o link Pesquisa e utilizou a palavra avaliação, pesquisada por título e na área de educação. Na primeira tentativa de busca retornaram 547 resultados. Feito teste de ordenação por ano, exibindo os primeiros resultados do ano de 2017. Acessado os detalhes e *link* do artigo Inclusão em educação: processos de avaliação em questão, foi percebido no acesso aos detalhes a forma que a planilha da Prática de Avaliação deve ser preenchida. Verificou ainda que o

redirecionamento da opção *link* ao artigo presente no *site* da SciELO encontra-se correto. Acessou o gráfico da Produção científica por eixo temático em 2017 nas opções Estatísticas e Gráficos do *site* <http://mestrado.fge2.com.br/aval>. Foi confirmado que, no ano em questão, a produção de Avaliação de Políticas Públicas representou 26,5%.

Enviou também o mini currículo solicitado pela prof^a Ligia para ser publicado no e-AVAL. Teve dúvida quanto à forma mais adequada de utilizar o campo índice no *link* Pesquisa de Artigos no site da SciELO. Quanto às sugestões apresentou que os mestrandos devem ser orientados a enviar o endereço do currículo Lattes junto com o mini currículo.

3º encontro

O terceiro encontro aconteceu em 19 de fevereiro, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. As assistentes de pesquisa Sandra e Sonia apresentaram como seria feita a seleção dos artigos para atualização do e- AVAL, assim como o *checklist* a ser utilizado para facilitar tal seleção.

A assistente Sonia apresentou como seria realizado o registro dos 154 artigos selecionados para atualização do e-AVAL na planilha de Excel (anos 2017 e 2018), e o que significava cada categoria na planilha. Também informou que devido às dificuldades apresentadas pelos mestrandos na busca, iria enviar os artigos já divididos para as duplas, da seguinte forma: Ano 2017 (Selma- do artigo 1 ao 43; Yves (do artigo 44 ao 85; a assistente Sonia ficou com os artigos de 86 a 127). Ano 2018 (Tatiana – do artigo 1 ao 38; Regina – 39 ao 76; Felipe – do 77 ao 115; Flávia do artigo 116 ao 154).

A Prof.^a Ligia repassou aos mestrandos as categorias do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas que seriam trabalhadas em dupla, com o objetivo de iniciar a elaboração do parecer avaliativo, segunda atividade a ser desenvolvida na disciplina. Foram distribuídas as perguntas de pesquisa (Anexo 1), cujas respostas irão nortear a elaboração do parecer e também divididas as categorias do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas entre os mestrandos.

Felipe ficou com Reformas educacionais e PNE (26 artigos); Regina com Avaliação externa (18 artigos); Yves e Tatiana com Larga escala (53); Selma com Educação inclusiva (12 artigos) e Flávia com Formação de professores (nove artigos). A assistente Sandra informou que os mestrandos enviaram o relatório semanal.

Relatórios dos mestrandos

Felipe entrou no sítio e-AVAL e se fixou em observar, por alguns minutos, o *layout* da página principal, para ver se conseguia notar algo que ainda não tenha sido explorado em sala de aula ou algo que pudesse sugerir de melhoria, mas nada encontrou. Acredita que quando se debruçar no trabalho da disciplina poderá contribuir com algo mais relevante.

Flávia escolheu a categoria de pesquisa “Avaliação e Formação de Professores”. Fez a leitura da planilha de Excel recebida com nove artigos sobre “Formação de Professores e/ou avaliação de professores”. Ressaltou dificuldades que teve ao ler o resumo do artigo “Balanço das avaliações municipais do plano de ações articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR” pois pareceu que o mesmo tem como objetivo “o delineamento de alguns dos desafios postos ao desenvolvimento da atual política nacional PAR”, percebendo que o título estava incompleto. Tentou acessar o *link* da revista, mas o nome do artigo também estava incompleto. Pela tradução realizada por ela o título seria: Balanço das avaliações municipais do plano de ação articulado: os atuais desafios da política nacional de desenvolvimento. Este seria um artigo de formação e/ou avaliação de professores? Como sugestão trouxe inserir informação sobre última atualização realizada no banco de dados.

Regina leu três resumos de artigos da planilha que recebera: "Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação no Brasil"; e outro "O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação"; e também "Temas e tramas na pós-graduação em educação". Achou os artigos interessantes, apesar de serem antigos, dois são de 2004 e o outro de 2005.

Selma recebeu os 12 artigos da categoria do eixo avaliação de políticas públicas referentes à Educação Inclusiva. Acessou alguns lendo os respectivos resumos. Confirma o tema escolhido. Também recebeu os *slides* referentes à aula passada, revendo as considerações a respeito dos resumos.

Tatiana após abrir a planilha da categoria larga escala e sistemas de avaliação, fez uma seleção de artigos, a qual excluiu todos do segmento educação básica. Esta seleção resultou em 55 artigos. A título de curiosidade fez pesquisas no e-AVAL com os termos biblioteca (3 resultados), biblioteconomia (0 resultados) e acessibilidade (8 resultados).

Yves fez a leitura do material Estado da Arte; a verificação da planilha e-AVAL políticas públicas - larga escala; selecionou a linha Segmento Educacional e posteriormente a opção do Excel Classificar e Filtrar; organizou a planilha por

meio do filtro como opção ensino básico, que retornou o resultado de 52 artigos; fez o mesmo para a opção ensino superior que retornou o resultado de 54 artigos. Após a aplicação dos filtros, foram feitas análises não detalhadas dos segmentos básico e superior como opções de categorias do eixo Avaliação de Políticas Públicas.

Escolheu com sua dupla a categoria larga escala e sistema de avaliação voltada ao ensino superior. Realizou ainda a leitura de 10 resumos objetivando a familiarização com o contexto escolhido. Como experimento, realizou comparações nas pesquisas referentes à categoria escolhida nas bases SciELO, e-AVAL e no *site* do repositório institucional IFJF <https://repositorio.ufjf.br>: Na base SciELO o filtro facilitou o mecanismo de busca, o que possibilitou encontrar um artigo que talvez corresponda à categoria escolhida e não se encontra na planilha (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2176-66812016000100046&lng=pt&nrm=iso&tling=pt).

Na base e-AVAL, o filtro que facilita a busca são as opções de áreas, porém a busca seria mais sofisticada se tivesse a opção busca por ano/período, esta existente nas outras bases. Tem como facilitador o método de busca por ano/período, sendo este mais intuitivo em comparação a base SciELO. Os repositórios estão separados por tipos de faculdade e artigos e não por áreas, o que pode dificultar o método de busca se o eixo temático envolver campos afins. Como dificuldade apresentou que no *site* do e-AVAL não há filtro por ano ou período. Tentou encontrar experimentalmente os artigos no e-AVAL correspondente a categoria larga escala e sistema de avaliação do eixo avaliação de políticas públicas. A primeira busca, tendo como opção Pesquisa Todos e Área Educação digitando no campo de pesquisa “larga escala” retornaram 22 resultados da base SciELO. Preenchendo o campo de pesquisa o nome “larga”, retornaram 84 resultados. Os resultados não necessariamente correspondem à categoria especificada.

Como sugestão trouxe: inserir o artigo http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2176-66812016000100046&lng=pt&nrm=iso&tling=pt na base do e-AVAL, caso esteja relacionado com a categoria de larga escala e sistema de avaliação ensino superior. Classificar na planilha e-AVAL políticas públicas larga escala, o segmento educacional correspondente ao ensino superior apenas o nome ensino superior, ao invés de ter outro com o nome ensino superior – graduação, objetivando facilitar a busca por filtro na planilha de Excel. Inserir no *site* do e-AVAL a opção de busca com o filtro ano/período como ocorre nas outras bases experimentadas: SciELO e principalmente IFJF por se mostrar funcional. Manter somente o *link* do resumo na planilha enviada, pois, descrevendo-o completamente, a visão da planilha fica um pouco “poluída”.

4º Encontro

O quarto encontro aconteceu em 26 de fevereiro, presentes as professoras Lígia Leite e Lúcia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. Em um primeiro momento foram dirimidas as dúvidas dos mestrandos, principalmente com relação às categorias eixos temáticos e tipos de artigos. Também foi explicado como deveriam responder as três primeiras perguntas / questões de pesquisa. A seguir os mestrandos começaram a responder.

A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe está focando no trabalho de cadastro de artigos, sendo bem trabalhosa esta tarefa, além de demandar muito tempo. Nem sempre há as informações na base SciELO; é preciso ler alguns artigos na íntegra para descobrir os dados. Está preocupado com o tempo dado, achando que não vai conseguir. Na maioria dos artigos que leu até agora, faltam muitos dados na base SciELO, sendo difícil afirmar se algumas delas são avaliações ou não. Nos periódicos em que foram publicados os artigos, as informações são escassas, tendo que pesquisar na página do periódico para se certificar do dado lançado na base SciELO, demandando muito tempo.

Flávia analisou 20 artigos da planilha: dois estudos foram desenvolvidos em Portugal, um estudo foi desenvolvido na Espanha, dois não são de avaliação, um não é de educação, 13 foram lançados na planilha. Em um dos artigos teve dúvida, pois não sabia se era sobre educação e não sabia identificar o eixo temático (artigos 119, 123, 125, 132). Como sugestão trouxe a possibilidade de se inserir informação sobre a última atualização realizada no banco de dados.

Regina avaliou três artigos da base SciELO, verificando que não constavam no e-AVAL e assim os colocando na planilha. Informou que teve muitas dificuldades em colocar os artigos na planilha, por não dominar a ferramenta Excel. O primeiro artigo que analisou: "Competências iniciais para o processo de alfabetização", nem precisou abrir, pois o resumo já informava que era sobre Avaliação e Educação. O segundo artigo " Limites do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB): em foco, a gestão do trabalho e a educação na saúde", teve mais dificuldade, pois não tinha a palavra educação na palavra-chave, tendo que ler o artigo completo, para chegar à conclusão de que era sobre educação também. O artigo aborda bastante a gestão da saúde. Também sentiu dificuldade para identificar o Eixo Temático, Nível Educacional, Instituição e Tipo de Artigo. O terceiro artigo em inglês "*Evaluation and decision making in a university library from performance*

indicators", foi traduzido por ela para o português, mantendo os títulos em inglês, por sugestão da bibliotecária Tatiana. Trouxe a seguinte dúvida: Qual é o formato e o tamanho das letras para colocar na planilha? Coloquei no formato Arial, tamanho 12, que foi confirmado pelas assistentes.

Selma acessou a lista com os artigos de 2017 para continuar a análise e preenchimento da planilha disponibilizada. Como dificuldade apresentou problemas no seu computador, que atrasou o andamento do trabalho e uma certa dificuldade no Excel.

Tatiana abriu a lista de artigos de 2018 e analisou os quatro primeiros. Somente um deles entrou na planilha, em uma segunda verificação da lista, encontrou um artigo interessante para sua dissertação que fala sobre avaliação, mestrados com deficiência e ensino superior e em outra verificação da lista, identificou um artigo que pode auxiliar uma colega do mestrado, enviando-o para ela. Como sugestão trouxe a ideia de abrir uma coluna na planilha para colocar outras formas variantes do título (quando o artigo se apresentar em mais de uma língua).

Yves inseriu 15 artigos na planilha de artigos período 2017; verificou que 12 artigos não são caracterizados como avaliação, avaliação de educação ou avaliação de educação exercida no Brasil. Teve dúvida se o artigo "Promoção da autoeficácia em amamentar por meio de sessão educativa grupal: ensaio clínico randomizado" é uma avaliação de educação. Verificou que existem dois artigos que foram publicados em anos diferentes: 2014 e 2018, pergunta: É para mantê-los no preenchimento da planilha?

Apresentou ainda dúvidas de preenchimento nos campos dos artigos sinalizados em vermelho quanto a periódico, número, titulação do autor, eixo temático, nível educacional, instituição e tipo de artigo.

Como sugestão trouxe: Organizar cada célula editada na planilha do Google drive com opção de rolagem para os campos ficarem melhor legíveis utilizando a opção: Format > Text Wrapping > Wrap. Padronizar todos os campos com a mesma fonte e tamanho (utilizou Arial 12). Caso haja dificuldade em saber se a Universidade citada em um determinado artigo é de natureza Pública ou Privada, se deve consultar por meio do Google o nome da universidade e o termo CNPJ > acessar a URL referente ao e-MEC > Verificar o item Categoria Administrativa.

5º Encontro

O quinto encontro aconteceu em 12 de março, presentes as professoras Lígia Leite e Lúcia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrados Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. Primeiramente os

mestrandos apresentaram o andamento do registro dos artigos 2017 – 2018 no e-AVAL e também algumas dúvidas, que foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A seguir, os mestrandos apresentaram as respostas às perguntas de pesquisa:

1) Como se dá a distribuição dos artigos do eixo temático Políticas Públicas por tipo de produção a saber: teórico, resultado de pesquisa e relato de experiência?

2) Como se dá a distribuição dos artigos do eixo temático Políticas Públicas por nível educacional?

3) Como é tratado nos artigos selecionados o aspecto referente ao **a. problema**.

Iniciaram, após esta apresentação a elaboração da resposta à pergunta de pesquisa 3b, sobre o **objeto**.

A assistente de pesquisa Sandra ressaltou que todos haviam enviado os relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe por haver faltado a aula anterior ainda está preenchendo algumas categorias, mas está apreensivo quanto a esse preenchimento. Ressaltou que o trabalho é bem demorado, por terem que ler o artigo todo e buscar as informações que são exigidas na planilha. Como sugestão entende que se deve todo final de aula colocar os trabalhos no Google drive.

Flavia realizou a análise de 19 artigos da planilha de Excel e também o preenchimento das informações da planilha para o parecer avaliativo, respostas às perguntas 1, 2 e 3, respectivamente sobre a categoria dos artigos, sua distribuição por nível educacional e como é tratado o aspecto relativo ao **problema**. Como dificuldade apontou não ter conseguido identificar no artigo de número 145, se é avaliação? Se for é teórico? Ficou em dúvida ainda em dois artigos, pois falam sobre educação básica e superior, não sabendo se deve classificá-los nos dois níveis.

Como sugestão trouxe a ideia de inserir na aba “perguntas” 1 e 2 da planilha uma coluna para registro do ano de publicação do artigo. E ainda sinalizou um erro de digitação no artigo da planilha número 770, retificando o título “Graduação em química: avaliação, perspectivas e desafios”.

Regina analisou 18 artigos do eixo temático políticas públicas da categoria avaliação externa com respostas para as seguintes questões: Como se dá a distribuição dos artigos do eixo temático Políticas Públicas por tipo de produção a saber: teórico, resultado de pesquisa e relato de experiência? Como

se dá a distribuição dos artigos do eixo temático políticas públicas por nível educacional? Como são tratados nos Artigos selecionados o aspecto **Problema**. Apresentou como dificuldade o grande número de artigos para ser analisados.

Selma acessou os 12 artigos da categoria do eixo temático de políticas públicas / Educação Inclusiva para análise e preenchimento da planilha disponibilizada com os itens: nome, tipo, nível educacional, *link*, ano, resumo, descrição do problema e observações de cada artigo.

Tatiana realizou a análise de 38 artigos do ano de 2018 e de 28 artigos do eixo temático larga escala. Como dificuldade trouxe uma dúvida quanto ao artigo 2 (é para incluir na planilha mesmo? e qual seu eixo temático?); quando não há titulação, se pode colocar professor? Se o artigo 7 é avaliação da produção acadêmica; se os artigos 10, 11 e 12: são para incluir na planilha; e se o artigo 13 tem como eixo temático avaliação de currículo. Trouxe como sugestão a ideia de na planilha, quando houver mais de três autores, só colocar a titulação do primeiro.

Yves inseriu 12 artigos na planilha de artigos período 2017; verificou que dois artigos já existiam e que um não corresponde a uma avaliação de educação; executou as tarefas 1, 2 e 3a referente a etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior. Como dificuldade ainda trouxe dúvidas de preenchimento nos campos dos artigos sinalizados em vermelho quanto a periódico, Estado, Região, número, titulação do autor, eixo temático, nível educacional e tipo de artigo. Como sugestão apresentou a possibilidade de se aproximar a titulação do autor do item instituição para deixar claro que este último é referente ao autor e não do local onde foi realizada a pesquisa / avaliação.

6ª Encontro

O sexto encontro aconteceu em 19 de março, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. Primeiramente os mestrandos relataram terem concluído o registro dos artigos 2017-2018 no e-AVAL no total 111 artigos nesse período de tempo. A seguir apresentaram a resposta à pergunta de pesquisa número 3b sobre o **objeto**. Após então começaram a elaboração da resposta à pergunta 3c sobre **objetivo do estudo**. As dúvidas foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe elaborou relatório a respeito das perguntas 1 e 2 e do **problema** em relação aos 26 artigos que estava analisando. Terminando esta pendência, passou à tarefa alvo a ser apresentada na aula, sobre os **objetos** dos artigos.

Flavia finalizou a atividade de registro de artigos no e-AVAL, e preencheu as informações sobre o **objeto** da planilha para parecer avaliativo.

Regina analisou 38 artigos, destes excluiu nove, pelos seguintes motivos (não é artigo científico, não é sobre avaliação, outro já tinha no e-AVAL, outros não eram sobre pesquisa acontecida no Brasil, e outro não era da área da educação). Teve dificuldade em achar o *link* do artigo completo em pdf, só conseguindo quando mudou de navegador, indo para o Chrome. E trouxe como sugestão colocar logo após a coluna (X, Y e Z - Titulação do autor 1, 2 e 3), a coluna (AD - Instituição - vínculo institucional dos autores) e depois a coluna (AA - Tipo de autoria). Pois se tratando de uma análise, acaba confundindo um pouco os dados dos autores com os do texto.

Selma fez a leitura e análise dos artigos relacionados ao eixo temático Políticas públicas/ Educação Inclusiva relacionada ao item **objeto**. Com relação a tarefa A (artigos 2017), alguns títulos estão em vermelho, por ter ficado com dúvida. Os artigos nº 10, 13, 14, 15, 21, 29, 32, 34 e 38 já constam no e-AVAL, e os de nº 7 e 11, os respectivos estudos não foram desenvolvidos no Brasil.

Tatiana identificou o objeto de 28 artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação e enviou a planilha preenchida com os artigos de 2018.

Yves finalizou e enviou a planilha de artigos período 2017; respondeu à pergunta 3b sobre o **objeto de estudo**, referente à etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior. Como dificuldade trouxe dúvidas de preenchimento nos campos dos artigos sinalizados em vermelho quanto a periódico, estado, região, número, titulação do autor, eixo temático, nível educacional e tipo de artigo e também dúvida se poderá continuar analisando um texto que na realidade é uma tese.

7º Encontro

O sétimo encontro aconteceu em 26 de março, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. Primeiramente os mestrandos apresentaram a resposta à pergunta de pesquisa 3 c sobre **Objetivo do estudo**, e a seguir iniciaram a elaboração da pergunta 3 d sobre **Referencial teórico**.

As dúvidas foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe elaborou a introdução das considerações a respeito dos objetivos presentes nos 26 artigos que estava analisando.

Flavia preencheu as informações sobre o **objetivo** da planilha para elaboração do parecer avaliativo. Como sugestão trouxe a ideia de substituir o termo Fundação por Faculdade no site o e-AVAL.

Regina realizou pesquisas no Google sobre políticas públicas e avaliação externa e LDB. As dificuldades encontradas são muitas, pois além de não conhecer em profundidade o assunto na área da pesquisa em educação, ela não possui conhecimentos suficientes para coletar dados em uma ferramenta que não domina, por isso, o processo de pesquisa está sendo muito demorado. Como sugestão propôs dividir em grupos a metodologia da pesquisa, um grupo que dominasse mais a ferramenta ficaria encarregado de alimentar a planilha online com os artigos, e outro para analisá-los. Respondeu à pergunta de pesquisa 3c sobre **Objetivo do estudo**.

Selma realizou a leitura e análise dos artigos relacionados ao eixo temático políticas públicas/ educação inclusiva relacionada ao item **objetivos**.

Tatiana identificou o objetivo dos 27 artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação. Teve dificuldade no preenchimento da planilha. Respondeu à pergunta 3c sobre **Objetivo do estudo**.

Yves respondeu à pergunta 3c sobre **Objetivo do estudo**, referente à etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior. Como sugestão informou que estava tentando elaborar gráficos que possam desenhar automaticamente algumas observações quantitativas para auxiliar no desenvolvimento das questões dos artigos.

8º Encontro

O oitavo encontro aconteceu em 2 de abril, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Regina, Selma, Tatiana e Yves. Primeiramente os alunos apresentaram a resposta à pergunta de pesquisa 3d - **Referencial teórico**, com exceção da aluna Selma, que se comprometeu em trazer na próxima aula. A seguir iniciaram a elaboração da pergunta 3e sobre **Metodologia**.

As dúvidas foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Flavia preencheu as informações sobre referencial teórico da planilha para elaboração do parecer avaliativo, pergunta 3d sobre **Referencial teórico**.

Felipe redigiu aspectos sobre a metodologia empregada nos artigos analisados, principalmente na metodologia que se basearam para o tratamento dos objetos. Inicialmente esperava que esta análise revelasse algo relevante, mas, como em geral os artigos não se propuseram a descrever de forma mais pormenorizada os aspectos metodológicos, não obteve resultados melhores. Redigiu ainda alguma coisa sobre o objeto, mas pretende inserir mais dados futuramente.

Regina refez o parecer avaliativo, conforme observações da professora Lígia Leite, acrescentando a análise da metodologia utilizada nos artigos. Respondeu à pergunta 3d sobre **Referencial teórico**.

Selma fez a análise dos artigos relacionados ao eixo temático Políticas públicas/ Educação Inclusiva com ênfase no item proposto para a semana (3d) **referencial teórico**.

Tatiana identificou a metodologia dos 27 artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação (B).

Yves respondeu à pergunta 3d referente à etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior. Como sugestão propôs que na planilha descritiva utilizada, objetivando facilitar a visão quantitativa e escrita do texto, na Aba metodologia, inserir as colunas abordagem, procedimento de coleta (instrumento) e tratamento dos dados, questões avaliativas, limitações e cronograma, ao invés da coluna resumo da metodologia.

9º Encontro

O nono encontro aconteceu em 9 de abril, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana. Após apresentarem a resposta à pergunta de pesquisa 3 e, os mestrandos iniciaram a elaboração da pergunta 3 f sobre **Resultados**.

As dúvidas foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe melhorou o texto sobre o objeto.

Flavia fez o preenchimento das informações sobre a metodologia da planilha para elaboração do parecer avaliativo. Analisou os resultados informados nos artigos.

Regina buscou informações para a sua pesquisa no livro "Instrumentos de Avaliação e Pesquisa" organizado pela Prof.^a Ligia Elliot. Teve dificuldade para entender o propósito da disciplina e a metodologia a ser adotada na análise dos artigos. Sugeriu delinear o propósito da disciplina e a metodologia a ser adotada na análise dos artigos, logo no início das aulas, para facilitar o entendimento.

Selma analisou os artigos relacionados ao eixo temático políticas públicas/ Educação Inclusiva com ênfase no item proposto para a semana (3e) sobre **Metodologia**, resultado e reformulação dos itens anteriores.

Tatiana identificação dos resultados dos 27 artigos da categoria Larga escala e sistema de avaliação (B), pergunta 3e.

Yves elaborou a resposta da questão 3e referente à etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior.

10º Encontro

O décimo encontro aconteceu em 16 de abril, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Após apresentarem a resposta à pergunta de pesquisa 3f sobre **Resultados**, os mestrandos iniciaram a elaboração da pergunta 3g sobre **Analisar a relação do (s) objeto (s) com os resultados dos diferentes artigos**.

As dúvidas foram dirimidas pelas assistentes de pesquisa. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe formatou todo o parecer, melhorando as respostas às perguntas de pesquisa, sobre os **resultados** (pergunta 3f) e a relação entre o objeto e resultados. Perdeu muito tempo na organização e redigiu o sobre a metodologia do parecer, também. Sendo sincero, esse trabalho está cansativo para mim, ficar revisitando toda vez os mesmos artigos enjoa um pouco, mas vamos que vamos!!!

Flavia fez ajustes nos itens observados na 1ª revisão. Analisou a relação do objeto com os resultados dos diferentes artigos (pergunta 3f), analisou as recomendações. Fez ajustes para entrega da nova versão para revisão.

Regina além de refazer o parecer avaliativo, incluiu também a análise da relação dos objetos com os resultados dos diferentes artigos.

Selma analisou os artigos relacionados ao eixo temático Políticas públicas/ Educação Inclusiva com ênfase no item proposto para a semana (3f) **resultado** e reformulação dos itens anteriores.

Tatiana analisou a relação dos objetos com os resultados dos 27 artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação (B).

Yves realizou correções textuais dos tópicos analisados anteriormente em concordância com as recomendações da Prof.^a Lucia Vilarinho; elaborou a resposta à pergunta 3f referente à etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior.

11º Encontro

O décimo primeiro encontro aconteceu em 30 de abril, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Após apresentarem a resposta à pergunta de pesquisa 3g, **Analisar a relação do (s) objeto (s) com os resultados dos diferentes artigos**, os mestrandos iniciaram a elaboração da pergunta 4, **Em que medida os artigos do eixo Avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?**

A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatório dos mestrandos

Felipe finalizou o parecer, inserindo informações e mudando alguns textos. Estava com dificuldade para redigir o parecer avaliativo final, com vistas a atender o objetivo formulado.

Flavia fez ajustes nos itens: Resultados, Recomendações e Análise da relação do objeto com os resultados dos diferentes artigos; e elaborou a resposta à pergunta avaliativa.

Regina continuou construindo o parecer avaliativo, se dedicando a leitura do livro do Worthen; Sanders; Fitzpatrick (2004). Teve que refazer a metodologia, resultados e recomendações.

Selma elaborou a resposta à pergunta 3g sobre **Analisar a relação do (s) objeto (s) com os resultados dos diferentes artigos** e deu continuidade à estruturação do parecer avaliativo, o que exigiu retomar todo o desenvolvimento do trabalho.

Tatiana identificou as recomendações dos 27 artigos da categoria Larga escala e sistema de avaliação (B).

Yves elaborou a resposta à pergunta 3g e respondeu à questão avaliativa 4 - **Em que medida os artigos do eixo Avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?**, referente a etapa (B) da prática, a partir do tema escolhido: Avaliação Larga Escala Ensino Superior.

12º Encontro

O décimo segundo encontro aconteceu em 7 de maio, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Após apresentarem a resposta à pergunta de pesquisa 4 - **Em que medida os artigos do eixo Avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?** deram continuidade a elaboração da primeira versão do parecer avaliativo. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatórios dos mestrandos

Felipe entregou o parecer à Prof.^a Vilarinho, cujas recomendações está avaliando.

Flavia respondeu pergunta 4 e realizou ajustes conforme orientações da professora Ligia; formatou o parecer avaliativo; pesquisou revistas para possível publicação.

Regina elaborou respostas às questões avaliativas, pergunta 4. Na análise continua tendo dificuldades em separar o conteúdo da parte metodológica dos artigos.

Selma respondeu a pergunta 4 e concluiu a elaboração do parecer avaliativo do eixo temática educação inclusiva e de sua apresentação em PPT.

Tatiana identificou as recomendações dos 27 artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação (B) e pergunta 4.

Yves realizou correções sugeridas pelas professoras do parecer avaliativo.

13º Encontro

O décimo terceiro encontro aconteceu em 14 de maio, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Após apresentarem a resposta à pergunta de pesquisa 4. Os mestrandos apresentaram a primeira versão do parecer avaliativo. A assistente Sandra sinalizou que todos entregaram seus relatórios semanais.

Relatório dos mestrandos

Felipe preparou a apresentação do parecer avaliativo, no *Powerpoint*, resumiu a apresentação para não ficar longa, colocando os pontos que achou principais.

Flavia fez ajustes finais no parecer avaliativo conforme orientações; preparou o PPT para apresentação.

Regina elaborou os slides para apresentação do parecer avaliativo e entrega do trabalho impresso.

Selma terminou a primeira versão do parecer avaliativo.

Tatiana elaborou a apresentação do parecer avaliativo.

Yves elaborou a primeira versão do parecer avaliativo e a correção das transparências enviadas por *e-mail*.

14º Encontro

O décimo quarto encontro aconteceu em 21 de maio, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Os mestrandos deram continuidade a elaboração do parecer avaliativo. Sugeriram também possíveis revistas para publicação do artigo a ser elaborado a partir do parecer avaliativo. Iniciaram ainda a elaboração das respostas à pergunta avaliativa relacionada ao eixo temático avaliação de políticas públicas.

15º Encontro

O décimo quinto encontro aconteceu em 28 de maio, presentes as professoras Lígia Leite e Lucia Vilarinho, as assistentes de pesquisa Sandra, Sonia, Gisele e os mestrandos Felipe, Flavia, Selma, Tatiana, Yves, Regina. Os mestrandos apresentaram o parecer avaliativo versão final (Apêndice 1). Foi solicitado pela Prof.^a Lígia que fizessem uma avaliação do curso e sua dinâmica.

5. Processo de Construção dos Pareceres Avaliativos

O parecer avaliativo foi elaborado a partir das respostas às seguintes perguntas de pesquisa e questões avaliativas:

1) Como se dá a distribuição dos artigos do eixo temático Políticas Públicas por tipo de produção a saber: teórico, resultado de pesquisa e relato de experiência?

2) Como se dá a distribuição dos artigos do eixo temático Políticas Públicas por nível educacional?

3) Como são tratados nos artigos selecionados os aspectos a seguir indicados:

- a. Um problema
- b. Objeto
- c. Objetivo de estudo
- d. Referencial teórico
- e. Metodologia
- f. Resultados
- g. Analisar a relação do (s) objeto (s) com os resultados dos diferentes artigos
- h. Recomendações

Observação: A análise de cada item deve (a) definir o significado e importância do item no contexto da pesquisa/avaliação; (b) analisar a presença de cada item nos artigos sob as perspectivas quantitativa e qualitativa.

4) Questão avaliativa: Em que medida os artigos do eixo Avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?

De modo a orientar a elaboração do parecer avaliativo, foi selecionado do e-AVAL o eixo temático “Avaliação de Políticas Públicas”, o segundo classificado quanto ao número de artigos publicados nas áreas de Avaliação e Educação. O primeiro foi o eixo temático Avaliação de Currículo, estudado ano passado. Os eixos temáticos utilizados são os propostos por King (apud MATHISON, 2005). Após identificação dos artigos a ele relacionados (197) foram identificadas seis categorias (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição, por categorias, dos artigos do eixo temático
Avaliação de Políticas Públicas

Categorias	Definição
Políticas de Avaliação de larga escala e de sistemas de avaliação e regulação 106 artigos	Políticas que avaliam a educação de uma determinada região, ao longo de um determinado tempo. Essa avaliação é aplicada de forma padronizada para um grande número de pessoas, em geral mestrandos, que são avaliados cognitivamente. Enem, Saeb, Pisa, Saem, Simave, ANA, Provinha Brasil, Prova Brasil, SARESP, GERES, ENC, PAS, SINAES, PAIUB, ENADE
Políticas de educação inclusiva 12 artigos	Políticas que tratam de ações inclusivas, ou seja, que garantam o direito de todos à educação, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Educação especial, cotas, Prouni, indígena
Políticas de reforma da educação básica e da educação superior 26 artigos	Políticas que propõem reformas nos diversos níveis de educação. PNE
Políticas de avaliação externa 18 artigos	Políticas de Avaliação externas, tais como acreditação, avaliação da Capes,
Políticas de formação e de avaliação de professores 9 artigos	Políticas que investem na formação do professor ou em avaliações dos mesmos para melhoria da educação
Outros casos 26 artigos	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes da política educacional da Secretaria de Estado da Educação • Políticas públicas neoliberais e a educação • Histórico e evolução de avaliação de políticas públicas • Políticas públicas de meio ambiente • Cultura de avaliação • Avaliação de Português como língua estrangeira • Impacto no currículo • Impacto no trabalho pedagógico • ação intersetorial • Fundeb e Fundef • Implantação e implementação de mecanismos de avaliação de qualidade da formação na área da saúde coletiva, processos de avaliação educacional • Dilemas epistemológicos e éticos que encontramos na produção do conhecimento psicológico frente à racionalidade hegemônica que institui um modelo de produção, de aplicação e de avaliação do conhecimento para a educação e para os programas de Pós-graduação • Políticas de organização do trabalho escolar em ciclos para a avaliação da aprendizagem • 'estudante universitário', ativismo político, movimentos estudantis, programas de avaliação expressos em resultados de exames nacionais

-
- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• planejamento e implementação de políticas de qualificação profissional no campo da saúde• educação ambiental• Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES)• políticas de avaliação da qualidade da Educação Infantil• Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) com foco sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA).• avaliação na/da educação infantil brasileira,• implantação do programa "Universidade Aberta do Brasil"• política pública de abertura de escolas nos finais de semana• estado avaliador• ensino de português• análise da política educacional referente à tecnologia pedagógica - avaliação institucional, a partir do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná• relação entre gasto público em educação e desempenho educacional.• intervenção higienista |
|--|
-

Fonte: As autoras (2019).

Os cinco pareceres avaliativos elaborados pelos mestrandos abordaram as categorias: Políticas de Avaliação de larga escala e de sistemas de avaliação e regulação, Políticas de educação inclusiva, Políticas de reforma da educação básica e da educação superior, Políticas de avaliação externa, Políticas de formação e de avaliação de professores.

Os pareceres avaliativos foram construídos ao longo das 15 aulas com ajuda das Assistentes de Pesquisa e supervisão das professoras da disciplina, pesquisadoras. Eles são apresentados nos Apêndices:

Apêndice A - Parecer avaliativo de Regina Carvalhal

Apêndice B - Parecer avaliativo de Selma Badaue

Apêndice C - Parecer avaliativo de Yves Carabajal e Tatiana Ribeiro

Apêndice D - Parecer avaliativo de Felipe Granero

Apêndice E - Parecer avaliativo de Flavia Giffoni dos Santos

6. Dificuldades apresentadas pelos mestrandos durante o curso

As dificuldades apresentadas pelos mestrandos, a cada aula, são discutidas pela equipe de pesquisa, junto com os mestrandos sanadas as dúvidas para que as atividades sejam realizadas com sucesso. A identificação destas dificuldades tem ajudado à equipe de pesquisa a alterar as atividades de ensino-aprendizagem, a cada ano, de modo a facilitar o processo de aprendizagem dos mestrandos e prosseguimento da pesquisa.

As dificuldades apresentadas foram:

- Por não estar familiarizada com a plataforma SciELO, uma aluna teve dificuldade na pesquisa inicial dos artigos e de colocar a palavra-chave na planilha.
- Não conseguir acessar na barra de navegação o conteúdo do item “pesquisa”.
- No sítio da SciELO, quando faz a pesquisa, aparecem os títulos em inglês, o que dificulta a identificação de um artigo relevante no contexto da pesquisa. No *site* do e-AVAL não há filtro por ano ou período. Tentou-se encontrar experimentalmente os artigos no e-AVAL correspondentes à categoria larga escala e sistema de avaliação do eixo avaliação de políticas públicas. A primeira busca, tendo como opção Pesquisa Todos e Área Educação, digitando no campo de pesquisa larga escala retornaram 22 resultados da base SciELO. E, preenchendo o campo de pesquisa o nome “larga”, retornaram 84 resultados. Os resultados acima não necessariamente correspondem à categoria especificada.
- Na maioria dos artigos lidos até aquele momento, faltam muitos dados na base SciELO que são exigidos para o preenchimento da planilha, dificultando afirmar se algumas delas são avaliações ou não; gerando a necessidade de se pesquisar, na página do periódico, para se certificar do dado lançado na base SciELO, demandando muito tempo.
- O grande número de artigos para serem analisados na disciplina.
- Dúvidas de preenchimento nos campos dos artigos sinalizados em vermelho quanto a periódico, estado, região, número, titulação do autor, eixo temático, nível educacional e tipo de artigo e também dúvida se poderá continuar analisando um texto que na realidade é uma tese.
- As dificuldades encontradas são muitas, pois além de não conhecer em profundidade o assunto na área da pesquisa em educação, a aluna não possui conhecimentos suficientes para coletar dados em uma ferramenta que não domina, por isso, o processo de pesquisa está sendo muito demorado.
- Estava com dificuldade para redigir o parecer avaliativo final, com vistas a atender o objetivo formulado

7. Sugestões apresentadas pelos mestrandos

As sugestões apresentadas pelos mestrandos são sempre analisadas e consideradas pela equipe de pesquisa. Elas têm, a cada ano, ajudado a equipe a dar andamento às atividades de pesquisa, bem como às atividades de aprendizagem da disciplina Prática de Avaliação.

As sugestões da turma de 2019 foram as seguintes:

- Disponibilizar os relatórios técnicos das turmas em meio digital.
- Convidar as bibliotecárias da Cesgranrio para ministrar uma aula sobre como fazer buscas na base SciELO.
- Mudar a página inicial do e-AVAL, pois está estática; a aba “Pesquisa” deveria estar logo na página inicial; e ainda a incluir a opção de busca avançada no e-AVAL.
- No site <http://mestrado.fge2.com.br/aval/> o menu “Quem somos” possui uma extensa barra de rolagem, que compromete a navegação. Sugere-se que no item “Equipe atuante” sejam criados *links* com as respectivas turmas, de preferência em ordem cronológica (da mais recente para a mais antiga). O *link* pode ser um *pop-up* ou uma nova página (mais indicado). Ao abrir o *link* de cada turma o usuário poderá ver apenas os integrantes daquele período.
- Para que não existam repetições nos trabalhos, cada aluno deve pesquisar meses de publicação específicos, previamente divididos pela turma.
- As aulas deveriam acontecer no laboratório de informática para que possa, junto com as professoras e mestrandos, trocar mais experiências no que diz respeito ao acesso e conteúdo dos artigos disponibilizados.
- Os mestrandos devem ser orientados a enviar o endereço do currículo Lattes junto com o mini currículo.
- Incluir o idioma português como opção para apresentação dos títulos dos artigos.
- Classificar na planilha e-AVAL políticas públicas larga escala o segmento educacional correspondente ao ensino superior apenas o nome ensino superior, ao invés de ter outro com o nome ensino superior – graduação, objetivando facilitar a busca por filtro na planilha de Excel;
- Inserir no site do e-AVAL a opção de busca com o filtro ano/período como ocorre nas outras bases experimentadas: SciELO e principalmente IFJF, por se mostrar funcional.
- Manter somente o *link* do resumo na planilha enviada, pois descrevendo-o completamente a visão da planilha fica um pouco “poluída”.

- Possibilidade de se inserir informação sobre a última atualização realizada no banco de dados e-Aval.
- Abrir uma coluna na planilha para colocar outras formas variantes do título (quando o artigo se apresentar em mais de uma língua).
- Inserir na aba “perguntas” 1 e 2 da planilha uma coluna para registro do ano de publicação do artigo.
- Possibilidade de se aproximar a titulação do autor do item instituição para deixar claro que este último é referente ao autor e não do local onde foi realizada a pesquisa / avaliação.
- Na planilha, quando houver mais de três autores, só colocar a titulação do primeiro.
- Ao final de toda aula colocar os trabalhos no Google drive. Colocar logo após a coluna (X, Y e Z - Titulação do autor 1, 2 e 3), a coluna (AD - Instituição - vínculo institucional dos autores) e depois a coluna (AA - Tipo de autoria). Pois se tratando de uma análise, acaba confundindo um pouco os dados dos autores com os do texto.
- Dividir em grupos a metodologia da pesquisa, um grupo que dominasse mais a ferramenta ficaria encarregado de alimentar a planilha online com os artigos, e outro para analisá-los.
- Substituir o termo Fundação por Faculdade no *site* o e-AVAL.
- Elaborar gráficos que possam desenhar automaticamente algumas observações quantitativas para auxiliar no desenvolvimento das questões dos artigos.
- Na planilha descritiva utilizada, objetivando facilitar a visão quantitativa e escrita do texto, na Aba metodologia, inserir as colunas abordagem, procedimento de coleta (instrumento) e tratamento dos dados, questões avaliativas, limitações e cronograma, ao invés da coluna resumo da metodologia.
- Delinear o propósito da disciplina e a metodologia a ser adotada na análise dos artigos, logo no início das aulas, para facilitar o entendimento.

8. Principais conclusões

A análise dos artigos do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas é composto de seis categorias, que abordam temas específicos e importantes para a Educação brasileira e derivados das temáticas tratadas nos artigos registrados no e-Aval nos anos de 2001 a 2018.

O foco da análise realizada pelos mestrandos da disciplina Prática de Avaliação: O Estado da Arte da Avaliação, em 2019, recaiu nos aspectos metodológicos da avaliação. Buscou-se identificar nos artigos analisados a presença de elementos que caracterizem o artigo como sendo pertinente à área da avaliação e como eles são tratados. Estes aspectos são: problema, necessidade ou motivação; objeto avaliado; objetivo do estudo; referencial teórico; metodologia; resultados; análise da relação do(s) objeto(s) com os resultados dos diferentes artigos; e recomendações.

As principais conclusões relatadas a seguir são baseadas nos resultados encontrados na pesquisa realizada com os artigos identificados na base de dados e-Aval e foram extraídas dos pareceres avaliativos elaborados pelos mestrandos, conforme relatado. Segundo Elliot (2011, p. 947): “O avaliador, para chegar às conclusões, utiliza tanto os fatos e dados coletados, como atribui valores ao julgar, por exemplo, a relevância desses dados. São os valores que determinam os critérios adotados pelo avaliador [...]”.

O parecer avaliativo tem como proposta responder a seguinte pergunta: **Em que medida os artigos da Categoria escolhida do eixo temático avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?**

Para respondê-la, tomou-se por base os critérios sugeridos pela literatura da área da avaliação para análise dos aspectos metodológicos da avaliação presentes nos artigos selecionados.

Os 18 artigos da categoria Políticas de Avaliação Externa não possuem uma estrutura padrão para apresentação dos componentes do artigo. Apenas quatro artigos possuem seções específicas para a apresentação dos resultados. Apenas um artigo foi identificado como um estudo avaliativo, conforme a análise a seguir. Este contém resumo que apresenta o objetivo do estudo, o contexto em que este se realiza, o tema, a metodologia, a coleta de dados e respectivos instrumentos, o público-alvo, assim como os recursos técnicos estatísticos utilizados. Os resultados encontrados foram apontados após exame mais aprofundado, tendo por base as diferentes visões dos grupos avaliados e as subsequentes recomendações. O contexto é descrito e analisado juntamente com o objeto, e o referencial teórico é explicitado, havendo, logo após, duas questões avaliativas a serem respondidas segundo os objetivos a serem alcançados. Ademais, o artigo enseja discussão e leva à reflexão sobre o tema

trabalhado, da mesma forma que propõe novas ações. Houve também comentário relativo às limitações e dificuldades encontradas no levantamento dos dados. Os dados coletados são analisados através de quadros e comentários dos autores. Os resultados são apresentados pormenorizadamente, em seção específica para tal, incluindo as respostas às questões avaliativas anteriormente colocadas, atendendo aos critérios e indicadores explicitados. Por fim, as recomendações são feitas tendo por base os resultados encontrados e os objetivos propostos, de modo a melhorarem a prática em questão.

Enfim, dos 18 artigos avaliados referentes ao período de 2004 a 2015, apenas um se integrou ao Estado da Arte da Avaliação, revelando de forma clara a situação que deu origem à avaliação, originada de uma motivação. O objeto foi bem caracterizado no decorrer do texto e seus procedimentos metodológicos, de natureza quali quantitativa, indo além da coleta de dados quantitativos, com a utilização de instrumentos adequados para a obtenção de informações qualitativas. O objetivo foi atingido, segundo os resultados apresentados, inclusive, novas análises para a continuidade do estudo foram sugeridas.

Quanto aos demais 17 artigos, não se integraram totalmente ao Estado da Arte da Avaliação do Eixo Temático Políticas Públicas – Políticas de Avaliação Externa, pois não conseguiram alinhar todos os resultados aos objetivos propostos no estudo. Muitos apresentaram reflexões, debates relevantes para a pesquisa, porém sem muita evidência de contribuição para os estudos posteriores na área da avaliação. Whorten; Sanders; Fitzpatrick (2004) afirmam: A avaliação usa métodos de pesquisa e julgamento, entre os quais: 1) determinação de padrões para julgar a qualidade e concluir se esses padrões devem ser relativos ou absolutos; 2) coleta de informações relevantes; e 3) aplicação dos padrões para determinar valor, qualidade, utilidade, eficácia ou importância. Leva a recomendações cuja meta é otimizar o objeto de avaliação em relação a seu(s) propósito(s) futuro(s).

Assim, conclui-se que apesar de todos os artigos conterem a palavra-chave avaliação, a maioria (17) não atende aos princípios técnicos adequados à área da metodologia de avaliação.

Em relação à categoria Políticas de Educação Inclusiva, os 12 artigos analisados apresentam um panorama não só da legislação vigente, como também trazem à baila o pensamento de estudiosos e teóricos deste tema. Outrossim, analisam quadros, gráficos, tabelas e depoimentos e apresentam críticas sobre o panorama encontrado, apontam novos estudos a serem realizados, embora apenas um dentre os 12 artigos seja um trabalho avaliativo. Por tudo isso, pode-se afirmar que estes se integram ao Estado da Arte da Avaliação, na medida em que abordam o tema avaliação de diferentes formas mas não sob o ponto de vista da metodologia da avaliação.

Em relação à categoria Políticas Públicas – Sistemas de Avaliação de Larga Escala e de Sistemas de Avaliação e Regulação, a Tabela 2 apresenta um painel geral da presença dos sete aspectos analisados nos 53 artigos identificados nesta categoria.

Dois pareceres avaliativos elaborados neste quadrimestre foram trabalhados para atender a chamada de trabalhos para o VII Seminário Inovações Curriculares a ser realizado na UNICAMP de 29 a 31 de outubro de 2019. Os trabalhos aprovados foram os seguintes:

- a. Experiência inovadora de prática de avaliação: investigando o estado da arte da avaliação, elaborado e apresentado por Flávia Giffoni, com coautoria da profa. Dra. Lígia Silva Leite e da Assistente de pesquisa Sonia Regina Natal de Freitas.
- b. Inovação na prática da avaliação: uma experiência de aprendizagem no Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, elaborado por Tatiana de Souza Ribeiro e Yves de Carvalho Carabajal, e apresentado pela primeira. Tem coautoria da Profa. Dra. Lúcia Regina Goulart Vilarinho e da Assistente de Pesquisa Sandra Maria Martins Redoválío Ferreira.

Tabela 2 - Identificação dos aspectos analisados

Aspecto	Sim	Não
Problema	31	22
Objeto	51	2
Objetivo	49	4
Referencial teórico	49	4
Procedimentos metodológicos	23	30
Resultados	28	25
Recomendações	23	30

Fonte: CARABAJAL; RIBEIRO (2019).

Os aspectos objeto, objetivo e referencial teórico se destacaram como os itens mais presentes nos artigos. Em contrapartida, os procedimentos metodológicos e as recomendações foram os aspectos menos presentes nas publicações analisadas.

Recordando que das 53 publicações analisadas, 33 artigos são do tipo teórico, ou seja, esse fato talvez justifique o baixo quantitativo de publicações que descrevam a metodologia utilizada e que façam recomendações para estudos futuros. Os aspectos problema e resultados foram identificados em 31 e 28 artigos, respectivamente, entretanto, estes dados não parecem ser tão expressivos quanto os anteriores.

Considerando os procedimentos metodológicos em avaliação, conclui-se que os 53 artigos analisados não atendem satisfatoriamente aos requisitos técnicos da metodologia da área da avaliação, não se integrando, assim, ao estado da arte da avaliação. Todas as publicações desta categoria se integram ao estado da arte da avaliação apenas quanto ao seu tema e/ou conteúdo.

Basicamente, duas condições viabilizam a ocorrência de um estudo avaliativo: a primeira é a adoção de uma metodologia de avaliação (com abordagem e critérios de julgamento) e a segunda é a apreciação do objeto avaliado. Observou-se, nesta análise que os artigos investigados relatavam apenas uma condição ou até mesmo nenhuma delas. Logo, pode-se afirmar que os 53 artigos, objeto deste parecer, não compõem o estado da arte da avaliação, pelo fato de não embasarem e não fundamentarem seus estudos de acordo com metodologias próprias de avaliação.

Por fim, todos os artigos analisados apresentam a temática de avaliação no contexto educacional, porém não se caracterizam como estudos avaliativos propriamente dito porque não julgam o valor ou o mérito de seus objetos. Diferentemente da pesquisa científica, a avaliação ainda busca entre seus pares a consolidação de suas práticas.

Avaliar com embasamento metodológico próprio da área parece ser algo ainda novo, embora tentativas, como no campo das políticas públicas, já tiveram início. O obstáculo a ser ultrapassado é com relação a disseminação dos procedimentos metodológicos utilizados na área da avaliação, a fim de expandir e consolidar este campo relevante e de fundamental importância para a melhoria não só do sistema educacional do país.

As Políticas de Reformas da Educação Básica e da Educação Superior foi o tema de mais uma categoria do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas estudado. Ele reuniu 26 artigos da base e-AVAL, no intuito de reunir evidências de forma a julgar a qualidade dos mesmos, de verificar se os mesmos reúnem os requisitos técnicos recomendados com base nas metodologias de avaliação, de acordo com a literatura acadêmica, e de julgar, assim, se os artigos se integram ao Estado da Arte da Avaliação.

Dos dados apurados, de maneira a formular um parecer global sobre a forma como foram apresentados os aspectos selecionados para este estudo avaliativo, foi elaborado o Quadro 1, que apresenta um resumo sobre o atendimento à qualidade esperada em cada um desses aspectos, na perspectiva das metodologias avaliativas.

Quadro 1 – Qualidade percebida em cada um dos aspectos analisados

Nº de ordem dos artigos	Problema	Objeto	Objetivo de estudo	Referencial teórico	Metodologia	Resultados	Recomendações
1	-	-	-	-	-	A/P	-
2	-	-	-	-	-	A/P	-
3	-	-	-	-	-	A/P	-
4	-	-	-	-	-	A/P	-
5	-	-	-	-	-	A/P	-
6	-	-	-	-	-	A/P	-
7	-	-	-	-	-	A/P	-
8	-	-	A/T	-	-	A/P	-
9	-	-	-	-	-	A/P	-
10	-	-	-	-	-	A/P	-
11	-	-	A/T	-	-	A/P	-
12	-	-	-	-	-	A/P	-
13	-	-	-	-	-	A/P	-
14	-	-	-	-	-	A/P	-
15	-	-	-	-	-	A/P	-
16	-	-	-	-	-	A/P	-
17	-	-	A/T	-	-	A/P	-
18	-	-	-	-	-	A/P	-
19	-	-	-	-	-	A/P	-
20	-	-	-	-	-	A/P	-
21	-	-	-	-	-	A/P	-
22	-	-	-	-	-	A/P	-
23	-	-	-	-	-	A/P	-
24	-	-	-	-	-	A/P	-
25	-	-	-	-	-	A/P	-

Legenda: A/P – Atende Parcialmente; A/T – Atende Totalmente.

Fonte: GRANERO (2019).

Em relação ao objetivo de estudo, os artigos 8, 11 e 17 atenderam totalmente à qualidade esperada, pois utilizaram o verbo avaliar na redação dos objetivos, o que indicou, claramente, a intenção de realizar uma avaliação.

Já nos resultados produzidos nos artigos, a qualidade esperada nestes foi parcialmente atendida. Em todos os artigos foram apresentados resultados com informações relevantes, fruto da investigação realizada, que definiram o estado dos objetos e permitiram a elaboração de conclusões. Contudo, por se tratarem de avaliações, esperava-se resultados mais sofisticados, que permitissem julgar o mérito e o valor dos objetos, no intuito de permitir melhoria da qualidade dos mesmos, fato este que não ocorreu.

Desta forma, chega-se às seguintes conclusões:

- a) a metodologia utilizada nos artigos está mais próxima das metodologias empregadas em pesquisas do que em avaliações, de acordo com a literatura acadêmica;

- b) percebe-se, de forma geral, uma baixa qualidade na apresentação dos aspectos avaliados neste estudo, em relação ao que se espera em estudos avaliativos;
- c) de todos os artigos analisados, mesmo que de forma mínima, somente três artigos (os de nº 8, 11 e 17) apresentaram um aspecto (objetivo de estudo) que atendeu totalmente os requisitos esperados nas avaliações;
- c) a forma de apresentação dos resultados em todos os artigos atendeu parcialmente a qualidade esperada.

Diante do que foi analisado e das informações coletadas, e em resposta ao objetivo e questão avaliativa formulada neste estudo avaliativo, é possível emitir o seguinte parecer avaliativo: os 26 artigos tem como pano de fundo uma avaliação e se propuseram, de certa forma, a avaliar determinado objeto. Contudo, não utilizaram uma metodologia específica para avaliação, de acordo com a vasta literatura voltada às avaliações; estes artigos utilizam metodologia comumente empregada em pesquisas.

Apesar dos artigos estarem situados no contexto do Estado da Arte das Avaliações, pois apresentam a palavra “avalia\$” no seu título, ou dentre suas palavras-chave, estes deixam a desejar na qualidade esperada em avaliações profissionais quanto aos aspectos metodológicos. Além disso, todos os artigos pertencem ao eixo temático das Políticas Públicas, no que diz respeito às Políticas de Reformas da Educação Básica e da Educação Superior, sem, contudo, terem como foco a avaliação.

De forma a aperfeiçoar artigos existentes nas diversas bases de dados da comunidade acadêmica, que se propõem a realizar avaliações, sugere-se a utilização de referencial teórico voltado para metodologia de avaliações, conforme teorias e autores existentes na literatura.

Além disso, há necessidade, cada vez maior, de definir os limites e diferenças entre avaliação e pesquisa, e estas questões devem, rotineiramente, ser alvo de discussões, com o intuito de evitar que trabalhos acadêmicos sejam desqualificados por descuidos ou desconhecimento das metodologias que amparam cada uma das áreas.

A categoria Formação e/ou Avaliação de Professores do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas analisou nove artigos identificados na base de dados e-Aval. No decorrer da análise dos artigos observou-se que apesar das diferentes nomenclaturas: formação docente, formação continuada, fazer docente, entre outras, os estudos realizados giram em torno da atuação do profissional de educação, seja de forma direta ou indireta. Da mesma forma é possível relacionar os resultados obtidos nos estudos, que revelam a

desvalorização do profissional de educação e falta de incentivo para sua formação e desenvolvimento.

O Artigo 7, apesar de ter como objeto uma Política Nacional, também aborda a relevância deste profissional e os impactos quando da sua não valorização.

Observa que a prestação de assistência técnica e financeira por parte do MEC tem sido crescente e consensualmente ajuizada como deficitária, acarretando interrupção de um elevado número de ações desencadeadas pelos municípios, com impactos mais expressivos na dimensão correspondente à formação inicial e continuada de professores (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e demais profissionais da educação, quadro agravado por grandes debilidades locais, em especial as decorrentes dos elevados déficits de qualificação de pessoal técnico e de infraestrutura. (Artigo 7, p .105).

Percebeu-se que os objetos presentes nos artigos são nuances de um mesmo objeto “formação do professor”. Ainda que os resultados apontem para uma desmotivação com a carreira docente,

em última instância, o que se pretende é um professor afinado com a realidade sociocultural de seus mestrandos, consciente do seu papel social, isento de preconceitos, capaz de situar-se na sociedade como um produtor de conhecimento, mantendo vivo o germe da curiosidade e da investigação. (Artigo 4, p. 293).

Desta forma, pode-se afirmar que os artigos pertencem à categoria Formação de professores, sendo, portanto, produções relevantes para compor este estudo.

Foi realizada a análise dos nove artigos, observando a presença dos elementos avaliativos, sintetizados no Quadro 2.

Com base nestas informações conclui-se que dentre os artigos analisados, todos apresentam as razões ou motivos para realização do estudo, sendo caracterizadas ora como problema, ora como necessidade e ora como motivação. Da mesma forma, todos os artigos apresentam a descrição do objeto a ser avaliado, assim como o objetivo do estudo.

O referencial teórico foi descrito em oito artigos, não sendo informado apenas no artigo que aborda o relato de experiência. Já a metodologia foi descrita em seis artigos, contudo, nenhum dos artigos informa em sua metodologia a abordagem avaliativa utilizada, informação fundamental para uma

avaliação. Sendo assim, mesmo os artigos que informam sua metodologia, não o fazem na perspectiva dos estudos avaliativos.

Quadro 2 – Aspectos metodológicos observados por tipo de produção

Artigo	Tipo de Produção	Elementos Metodológicos						
		Problema	Objeto	Objetivo	Referencial Teórico	Metodologia	Resultados	Recomendações
1	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	
2	Teórico	x	x	x	x			
3	Teórico	x	x	x	x			
4	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	x
5	Teórico	x	x	x	x			
6	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	
7	Relato de experiência	x	x	x		x	x	
8	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	x
9	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	

Fonte: SANTOS (2019).

Os resultados foram informados em seis artigos, excluindo-se apenas os artigos teóricos. Enquanto as recomendações estão presentes apenas em dois artigos.

A partir do Quadro 2, observa-se que apenas dois artigos contemplam todos os elementos essenciais da avaliação, no entanto, devido à falta de uma perspectiva avaliativa e do julgamento do valor ou mérito, não podem ser caracterizados como avaliações.

Retomando a questão avaliativa proposta: Em que medida os artigos da categoria Políticas de Formação e/ou Avaliação de Professores do eixo Avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da avaliação? conclui-se que os artigos são produções significativas e se integram parcialmente ao Estado da Arte da Avaliação, pois apesar de abordarem temas pertinentes à categoria de estudo, não possuem metodologia de estudos avaliativos. A análise dos nove artigos da base de dados e-Aval, referente à categoria Políticas de Formação e de Avaliação de Professores, dentre os anos de 2003 a 2017, permitiu o desenvolvimento de um recorte do Estado da Arte da Avaliação.

Dos 197 artigos do eixo temático Avaliação de Políticas Públicas foram estudados 118, distribuídos pelas categorias apresentadas, com o objetivo de analisar a presença de aspectos técnicos relacionados à metodologia da avaliação. Dos 79 restantes, classificados no eixo temático trabalhado, 26 pertenciam à categoria outros casos e não foram analisados; os demais foram excluídos da análise por diversos motivos, dentre outros a repetição de

indexação ou não adequação aos critérios iniciais de seleção. Assim, da análise dos 118 percebeu-se que estes artigos científicos da base e-Aval, que foram retirados da base SciELO, apesar de possuírem a palavra “avalia\$” no seu título, ou dente suas palavras-chave, podem ser considerados, artigos da área da avaliação, mas, na sua grande maioria, não atendem aos requisitos técnicos preconizados pela literatura técnica relacionada à metodologia da avaliação.

9. Prosseguimento do trabalho

O trabalho de pesquisa tem continuidade mesmo após o encerramento dos 15 encontros que compõem a disciplina Prática de Avaliação. A equipe de pesquisa, composta pelas profs. Ligia Elliot, Lígia Leite, Lúcia Vilarinho e as Assistentes de Pesquisa, realizam nos meses de junho a dezembro reuniões mensais para avaliação do trabalho realizado na disciplina, organização dos relatórios de pesquisa e planejamento do prosseguimento da mesma. Neste período é escolhido o eixo temático a ser estudado no ano seguinte e planejadas as atividades e serem realizadas. Estas incluem a elaboração e publicação de artigos, bem como preparação de trabalhos para serem apresentados em eventos científicos.

Assim, em 2020, será dada continuidade ao estudo dos artigos registrados na base de dados e-Aval e incluído em outro eixo temático expressivo no universo pesquisado.

Referências

BADAUE, S. Parecer avaliativo da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas: Políticas de Educação Inclusiva. 2019. 14 p. Trabalho apresentado em aula.

CARABAJAL, Y.; RIBEIRO, T. Parecer avaliativo da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas: Avaliação de Sistemas de Avaliação de Larga Escala e de Sistemas de Avaliação e Regulação. 2019. 21 p. Trabalho apresentado em aula.

CARVALHAL, R. Parecer avaliativo da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas: Políticas de Avaliação Externa. 2019. 10 p. Trabalho apresentado em aula.

ELLIOT, L. G.; LEITE, L. S.; AGUIAR, G. S.; VILARINHO, L. R. G. Relatório Técnico 2014: o estado da arte da área da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2015.

ELLIOT, L. G.; LEITE, L. S.; AGUIAR, G. S.; VILARINHO, L. R. G. Relatório Técnico 2015: o estado da arte da área da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2016.

ELLIOT, L. G.; LEITE, L. S.; AGUIAR, G. S.; VILARINHO, L. R. G. Relatório Técnico 2016: o estado da arte da área da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2017.

ELLIOT, L. G.; LEITE, L. S.; AGUIAR, G. S.; VILARINHO, L. R. G. Relatório Técnico 2017: o estado da arte da área da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2017.

ELLIOT, L. G.; LEITE, L. S.; VILARINHO, L. R. G. Relatório Técnico 2018: o estado da arte da área da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2018.

GRANERO, F. Parecer avaliativo da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas: Políticas de Reforma da Educação Básica e Educação Superior. 2019. 17 p. Trabalho apresentado em aula.

GIFFONI, F. Parecer avaliativo da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas: Políticas de Formação e de Avaliação de Professores. 2019. 21 p. Trabalho apresentado em aula.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PARECER AVALIATIVO DE REGINA CARVALHAL

Estado da Arte da Avaliação
Parecer Avaliativo
Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas
Políticas de Avaliação Externa

Introdução

Políticas Públicas são programas do governo federal que propõem caminhos e, se bem desenvolvidas, facilitam a vida do cidadão. Neste Eixo Temático, a Avaliação Externa foi categorizada pelo Projeto de Pesquisa que vem sendo realizado por pesquisadores e mestrandos do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio e que tem por objetivo investigar e sistematizar, por meio de um processo estruturado de busca em bases eletrônicas de dados, o estado da arte da área da Avaliação. (e-AVAL, 2019).

Políticas Públicas também pode ser definida como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13).

A Avaliação Externa na Educação Básica é realizada em nível federal pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1988 e de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Saeb é um sistema composto por três avaliações externas que são aplicadas em larga escala e que têm como principal objetivo diagnosticar a Educação Básica no Brasil (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), conforme a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Na Educação Superior, em nível de Pós-Graduação, a avaliação é feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundada em 1951, e orientada pela Diretoria de Avaliação, esta última sendo realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*.

Para a CAPES, a avaliação é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. Tem como objetivos da Avaliação:

- certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa); e
- identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), com o intuito de orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional. (Portal da CAPES).

O objetivo desse estudo foi elaborar um parecer avaliativo com base em 18 artigos recuperados do período de 2004 a 2015 do banco eletrônico de dados do Estado da Arte da Avaliação (e-AVAL), desenvolvido por professores mestrandos e ex-mestrandos do Mestrado Profissional de Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Os artigos analisados possuem como tema central Políticas Públicas da Categoria Avaliação Externa e que Simões (2004) aponta como uma importante conquista para a Educação no Brasil.

Quadro 1- Objetivos dos artigos analisados

Quantidade de Artigos	Objetivos
4	Não apresentados claramente
2	Área da Pós-Graduação em Saúde Coletiva
1	Área da Pós-Graduação em Ciências Humanas
1	Área da Pós-Graduação em Administração, Ciências Contábeis e Turismo
1	Pós-Graduação, sem citação da área de estudo
1	Pós-Graduação – Doutorado, sem citação da área de estudo
1	Graduação e Pós-Graduação, sem citação da área de estudo

Fonte: A autora (2019).

A análise quantitativa identificou nos 18 artigos da categoria Políticas Públicas-Avaliação Externa, 11 artigos da Educação Superior e sete da Educação Básica, sendo 17 estudos realizados no Brasil e um no exterior.

Foram identificados 12 artigos de Pesquisa, três Relatos de Experiência e três Teóricos.

Na Educação Superior, 10, dos 11 artigos, limitaram o estudo à Pós-Graduação *Stricto Sensu* e um à Graduação e à Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Na Educação Básica, quatro dos sete artigos limitaram o estudo ao Ensino Fundamental e três ao Ensino Fundamental e Médio.

Problema, Necessidade ou Motivação

Dos 18 artigos da Educação Superior e da Educação Básica, oito artigos apresentaram um problema, seis apresentaram uma necessidade e quatro uma motivação.

De 2004 a 2006, seis artigos da Educação Superior criticaram o processo de avaliação da CAPES, parando as críticas nos meses subsequentes com somente um artigo em 2009 que abordou o Sistema de Acreditação e Avaliação da Educação Superior da Colômbia. Em 2013 e 2014, as críticas ao processo de avaliação da CAPES retornaram com quatro artigos que demonstraram que não houve melhoria nos últimos anos. Pelo contrário, os artigos enfatizaram que o processo não tinha muita objetividade, tanto da realidade geográfica do país quanto da aprendizagem dos alunos, conforme afirmaram Trevisan, Devechi e Dias (2013). Os autores também afirmaram que:

O sistema de avaliação dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil vem sofrendo muitos questionamentos desde a sua origem. São muitas controvérsias que apontam para a queda no argumento de que tal sistema se justifica pela busca pela excelência. Por trás desse discurso aparentemente convincente, escondem-se os seus efeitos ao longo dos últimos 40 anos: a grande concentração dos programas nas regiões centro-sul do país, tanto em nível de quantidade quanto de qualidade, além da desconsideração com a avaliação dos mestrados pelo sistema. (TREVISAN; DEVECHI; DIAS, 2013, p. 373).

Para a maioria dos artigos da Educação Superior, a problemática está na excessiva valorização da quantidade em detrimento da qualidade das produções intelectuais, por parte do processo avaliativo da CAPES. Foram evidenciadas também na Educação Básica alguns problemas no modelo avaliativo que potencializaram as tensões das políticas de avaliação no ambiente escolar, apesar de se constatar que o sistema de avaliação externa é importante para prestar conta à sociedade, tendo a transparência e o comprometimento como pilares para a qualidade do ensino básico.

Objeto

O objeto da avaliação é qualquer coisa que esteja sendo avaliada. (WORTEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Dos 11 artigos da Educação Superior, 10 têm o mesmo objeto: o Modelo de Avaliação da CAPES e somente um difere dos demais, apresentando o Sistema de Acreditação e de Avaliação da Educação Superior da Colômbia como

objeto. Apresenta também não só uma pesquisa limitada ao Brasil, como também extensiva a Colômbia.

Em apenas um artigo foi evidenciada sessão específica para o objeto.

Objetivos dos artigos relacionados ao Ensino Superior

Tabela 1 – Objetivos identificados nos artigos - Educação Superior

Número de Artigos	Objetivos
4	Não apresentados claramente
2	Área da Pós-Graduação em Saúde Coletiva
1	Área da Pós-Graduação em Ciências Humanas
1	Área da Pós-Graduação em Administração, Ciências Contábeis e Turismo
1	Pós-graduação, sem citação da área de estudo
1	Pós-Graduação – Doutorado, sem citação da área de estudo
1	Graduação e Pós-graduação, sem citação da área de estudo

Fonte: A autora (2019).

Na Educação Básica foram identificados seis objetos relacionados ao Sistema Externo de Avaliação e um da Escola Pública, e não foram encontradas sessões específicas para o objeto.

Objetivos dos artigos da Educação Básica

Na Educação Básica, a maioria (6) dos artigos não apresentou sessão específica para o objetivo. Apenas um apresentou, se integrando aos padrões avaliativos, com sessão específica para o objetivo, metodologia, abordagem qualitativa, abordagem quantitativa, resultados e recomendações e conclusões.

Referenciais Teóricos mais utilizados nos artigos da Educação Superior

Tabela 2 - Educação Superior

Autores	Educação Superior
BHASKAR, R.	3
BIANCHETTI, L.	3
BOURDIEU, P.	3
CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, F.	2
CHAUÍ, Marilena.	4
DELEUZE, Gilles.	2
DIAS SOBRINHO, J.	12
FÁVERO, O.	2
Horta JSB	2
KUENZER, A. Z.	4
MACCARI, E. A.	3
MARTINS, R. A.	3
MORAES, Maria Célia Marcondes de.	8
SANTOS, Boaventura de Souza.	3
VERHINE, Robert Evan.	3

Fonte: A autora (2019).

Dos 11 autores da Educação Superior, 10 utilizaram o *site* da CAPES como referencial teórico. Sendo que, em um único dia, o autor acessou o *site* da CAPES 15 vezes para referenciar sua pesquisa.

Tabela 3 - Educação Básica

Autores	Educação Básica
BOURDIEU, Pierre	6
COHEN, Ruth Helena Pinto	2
FREITAS, L.C.	10
FREUD, Sigmund	4
KUPFER, Maria Cristina	2
LACAN, Jacques.	7
LAJONQUIÈRE, Leandro de	4
OLIVEIRA, D. A.	2
SOARES, J. F.	3
BONAMINO, Alicia Catalano	2
FERNANDES, Reynaldo	3

Fonte: A autora (2019).

Além dos referenciais expostos na Tabela 2, a maioria dos artigos contém a Lei nº 10.836 de 9 de janeiro 2004, que criou o Programa Bolsa Família.

Observou-se que o artigo da Fundação Cesgranrio aparece também como referencial teórico da Pesquisa Nacional de Qualidade da Educação de 2005 e que a maioria dos artigos acessaram o site do INEP/MEC para a consulta ao SAEB e Provinha Brasil. Ressalta-se que enquanto os artigos da Educação Básica tiveram muitas referências teóricas sobre psicanálise, a Educação Superior não utilizou nenhuma.

Metodologia

Para Schofield e Anderson (1984 apud WORTEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), a avaliação qualitativa emprega múltiplos métodos de coleta de dados, especialmente observações dos participantes e entrevistas. Afirmam também que a pesquisa quantitativa enfatiza a padronização, a precisão, a objetividade e a confiabilidade da mensuração, bem como a possibilidade de reproduzir e generalizar suas conclusões (1984 apud WORTEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Todos os artigos contêm a palavra-chave: avaliação, mas apenas um artigo está de acordo com metodologia de um estudo avaliativo, ou seja, contém o problema, objeto, objetivo, metodologia, resultados e recomendações (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Somente três artigos apresentaram sessão específica para a metodologia. Não foram identificados os instrumentos de coleta de dados em dois artigos dos 18 da Educação Superior e Básica; no entanto, 16 artigos apresentaram instrumentos diversos: questionários, roteiros de entrevista, técnicas de observação e roteiros de grupos focais.

Todos os artigos adotaram mais a abordagem qualitativa do que a quantitativa.

Resultados

Para Worten: Sanders; Fitzpatrick (2004), os resultados em um estudo avaliativo são uma fonte de conclusões e recomendações, onde a interpretação dos resultados é tão importante quanto sua apresentação.

Segundo Elliot (2011, p. 947):

O avaliador, para chegar às conclusões, utiliza tanto os fatos e dados coletados, como atribui valores ao julgar, por exemplo, a relevância desses dados. São os valores que determinam os critérios adotados pelo avaliador [...]

Quatro artigos dos 18 apresentaram sessões específicas para os resultados. Evidenciou-se, portanto, que não há padronização na estrutura dos artigos, pois a maioria não apresentou sessão específica para os resultados.

Foi constatado que a maioria dos autores sugeriram melhorias na estrutura da avaliação externa, e que todos concordam com a importância da avaliação, apesar das muitas críticas.

Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p.35), “avaliação é identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para

determinar o valor (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios”.

Reitera-se que, nos artigos analisados, existem muitas críticas às avaliações externas, tanto da Educação Superior quanto da Educação Básica. E em todos se constatou um aprofundamento dos temas, trazendo contribuições relevantes para a pesquisa, porém não foram observadas em todos os artigos, contribuições significativas para o campo da avaliação.

Recomendações

Os artigos da Educação Superior e da Educação Básica apresentaram sugestões de melhoria para o objeto. Reflexões sobre o objeto também foram abordadas.

Houve sugestões para a continuidade e melhorias dos estudos.

Para a autora, as recomendações em um estudo de pesquisa ou avaliativo podem trazer mudanças para qualquer ambiente profissional. Pinto, Garcia e Letichevsky (2006) afirmam que as recomendações e conclusões da pesquisa servem para a tomada de decisões e para a construção de políticas na área.

Segundo Vergara (2013, p. 82).

Quando se está estudando um assunto, vai-se descobrindo a enormidade de outros assuntos aos quais ele está ligado. Não é possível, no entanto, tratar deles todos. O relatório ficaria inconcluso, porque passaríamos a vida toda percorrendo rios e seus afluentes.

Dois pontos merecem destaque nos 18 artigos analisados: o primeiro foi a proximidade dos autores com o tema, alinhando interesses desses autores com a avaliação externa. De acordo com Velho (1978, p. 123), “A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada”. Velho (1999) também aborda a dificuldade do autor em se distanciar dos problemas psicológicos e sociais da pesquisa. O segundo ponto foram as críticas ao processo de avaliação externa, na maioria dos artigos, demonstrando tensões entre os envolvidos no processo avaliativo.

De acordo com Velho (1978, p.130):

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas em formação acadêmica ou

sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo. Além disso, há indivíduos ou grupos, que talvez por um movimento de estranhamento, como certos artistas, captam e descrevem significativamente aspectos de uma sociedade de maneira mais rica e reveladora do que trabalhos mais orientados (real ou pretensamente) de acordo com os padrões científicos.

Em que medida os artigos da Categoria escolhida do eixo temático avaliação de Políticas Públicas - Avaliação Externa se integra ao Estado da Arte da Avaliação?

Dos 18 artigos avaliados referentes ao período de 2004 a 2015, apenas um se integrou ao Estado da Arte da Avaliação, demonstrando de forma clara a situação que foi originada de uma motivação. O objeto foi bem caracterizado no decorrer do texto e seus procedimentos metodológicos foram de natureza quali quantitativa, indo além da coleta de dados quantitativos, com a utilização de instrumentos adequados para a obtenção de informações qualitativas. O objetivo foi atingido, segundo os resultados apresentados, inclusive, novas análises para a continuidade do estudo foram sugeridas.

Quanto aos demais 17 artigos, não se integraram totalmente ao Estado da Arte da Avaliação do Eixo Temático Políticas Públicas - Avaliação Externa, pois não conseguiram alinhar todos os resultados aos objetivos propostos no estudo. Muitos apresentaram reflexões, debates relevantes para a pesquisa, porém sem muita evidência de contribuição para os estudos posteriores na área da avaliação. Whorten, Sanders e Fitzpatrick (2004, p.35-36) afirmam:

A avaliação usa métodos de pesquisa e julgamento, entre os quais: 1) determinação de padrões para julgar a qualidade e concluir se esses padrões devem ser relativos ou absolutos; 2) coleta de informações relevantes; e 3) aplicação dos padrões para determinar valor, qualidade, utilidade, eficácia ou importância. Leva a recomendações cuja meta é otimizar o objeto de avaliação em relação a seu(s) propósito(s) futuro(s).

Assim, conclui-se que, apesar de todos os artigos conterem a palavra-chave avaliação, a maioria (17) não corresponde à metodologia de avaliação.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 set. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez.1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>
Acesso em: 01 maio. 2019.

E-AVAL: estado da arte da avaliação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio; Mestrado Profissional de Avaliação, 2016. Disponível em:
<<http://mestrado.fge2.com.br/aval/>>. Acesso em: 07 maio. 2019.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

PINTO, Fátima Cunha Ferreira; GARCIA, Vanessa Coelho; LETICHEVSKY, Ana Carolina. Pesquisa Nacional Qualidade na Educação: a escola pública na opinião dos pais. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 527-541, dez. 2006. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000400008>.

SIMÕES, Regina Helena Silva. *Da avaliação da educação à educação da avaliação: o lugar do(a) educador(a) no processo da avaliação da pós-graduação*. Porto Alegre: Ed. *Psicologia & Sociedade*, 2004.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TEIXEIRA, Célia Regina. O "Estado da Arte": a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: 1975-2000. *Cadernos de Pós-Graduação - educação*. São Paulo, v. 5, n.1.

TREVISAN, Amarildo Luiz; DEVECHI, Catia Piccolo Viero; DIAS, Evandro Dotto. Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil: quanta verdade é suportável?. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 373-392, jul. 2013. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000200008>.

VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 14. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

APÊNDICE B - PARECER AVALIATIVO DE SELMA BADAUE

Estado da Arte da Avaliação
Parecer Avaliativo
Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas
Políticas de Educação Inclusiva

Introdução

O parecer avaliativo que ora se apresenta teve por objetivo analisar artigos científicos do banco eletrônico de dados e-AVAL, em atendimento à solicitação da disciplina Prática de Avaliação O Estado da Arte da Avaliação, que compõe o Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio.

Este estudo é baseado na análise de 12 artigos da categoria Educação Inclusiva, do eixo temático Avaliação de políticas públicas, que aborda os seguintes aspectos: distribuição dos artigos do eixo temático citado por tipo de produção e nível educacional; e como são tratados os seguintes aspectos: problema, objeto, objetivo, referencial teórico, metodologia, resultados, relação dos objetos com os resultados, recomendações. Estas informações possibilitaram responder em que medida estes artigos se integram ao Estado da Arte da Avaliação.

A análise de cada item é composta de uma síntese de resposta à pergunta avaliativa destacando a essência avaliativa dos artigos, quando presente.

Por fim, foi elaborada uma conclusão sobre todo o trabalho desenvolvido, apontando o único dos 12 artigos que se constitui em um estudo avaliativo.

Quanto à legislação, no Brasil, a educação:

fundamenta-se em princípios constitucionais de vanguarda alinhados aos mais avançados temas da atualidade, tais como o reconhecimento e a valorização das diferenças, a inserção incondicional de todos à educação de nível básico e superior, entre outros. (MANTOAN; SANTOS, 2011, p.21).

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidade e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gêneros dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (<http://diversa.org.br>).

Educação Especial é muito mais que escola especial, não precisando estar limitada a um sistema paralelo de educação. Sendo assim, deve fazer parte da educação como um todo, acontecendo também nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer que sejam os motivos (BATISTA JÚNIOR, 2016).

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (iii) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10/12/1948, em seus artigos 1 e 2, base legal e fundamento filosófico da Educação Especial e Inclusiva

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...).

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie (...) ou de outra natureza (...) ou qualquer outra condição. (UNESCO, 1990).

A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº 5692/71, de reforma de 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional.

Sendo assim, há anos, o atendimento educacional especializado encontra-se legalmente reconhecido e solidamente regulamentado, bem como o direito à educação em escolas comuns. Nesse viés, pode-se citar a legislação internacional que vigora no Brasil (da ONU, UNICEF, Salamanca e de outros países) e a legislação brasileira.

Por fim, salienta-se que a inclusão é um processo inacabado, que ainda precisa ser revisado, avaliado, sendo necessária a união de todos os membros da comunidade docente para sua implementação, pois pressupõe tratar de questões relacionadas à diferença, e deve-se levar em consideração a sociedade atual de preconceitos.

Análise dos artigos

a) Tipo de artigo

A leitura analítica dos artigos da Categoria do eixo Avaliação de Políticas Públicas, especificamente Educação Inclusiva, oportunizou a elaboração de um parecer avaliativo. E, face ao que foi analisado, pode-se identificar cinco artigos que podem ser caracterizados como de pesquisa, seis teóricos e um relato de

experiência; sendo que, em relação aos temas dos artigos, cinco abordam a Educação Especial, um, a Educação de Jovens e Adultos e, seis, o Ensino Superior.

Em referência ao conteúdo dos artigos, pode-se citar que dois se basearam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial; um analisa o Programa Pro Jovem Urbano e um, a deficiência intelectual; um apresenta questões para reflexão sobre como avaliar crianças especiais e, ainda, um outro investiga a avaliação das famílias sobre resultados de políticas públicas de Educação Especial. Os demais artigos têm como tema o Ensino Superior, em abordagens como: Bolsa Permanência, as ofertas deste nível de ensino para estudantes indígenas, o sistema de cotas na universidade pública, e avaliação da política de cotas para negros e estudantes oriundos de escolas públicas, dois avaliam o ProUni e, um destes, também o Fies.

Quanto à atualidade dos artigos em questão, foram publicados no período compreendido entre 2008 e 2016, sendo 11 na região sudeste e, um na região centro-oeste.

No que tange ao tipo de estudo, cinco são do tipo teórico, três são resultados de pesquisa, dois são avaliações e, ainda uma análise e um, pesquisa de tema.

No que diz respeito às revistas, pode-se citar que a maior parte dos artigos foi publicada na *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* (RJ), em número de cinco, e, na *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), dois. Os demais foram publicados em variadas revistas.

b) Problema/ necessidade ou motivação geradora do artigo

Quatro problemas apresentados nos artigos de um a 12 são abordados segundo a base teórica e baseados na legislação existente. Efetivamente, após reflexão sobre os mesmos, depreende-se que representam lacunas a serem preenchidas ou aprofundadas, sempre com o intuito de salvaguardar e garantir direitos dos indivíduos e sugerir a aplicação de forma satisfatória ao poder público, independentemente do nível de ensino ou deficiência. Um artigo se refere a indivíduos com Síndrome de Down, cujas características podem levá-los ao insucesso escolar; outros dois artigos têm como problemas as políticas públicas em educação inclusiva e, finalmente, um artigo que aborda a deficiência intelectual. Todos os problemas suscitados nos artigos podem ser considerados relevantes, haja vista a situação da educação brasileira nos seus diversos níveis de ensino, principalmente no âmbito público, necessitando do envolvimento das gestões em todas as esferas, não só do ponto de vista do investimento financeiro, como também do acompanhamento das ações e avaliação dos

resultados. Os problemas investigados por esses artigos são explicitados com base teórica, integrando-os ao estudo de forma satisfatória.

Outros quatro artigos foram desenvolvidos a partir das seguintes motivações: o direito universal à educação; políticas públicas que ampliam o acesso de estudantes ao ensino superior (dois artigos) e sobre política pública na educação básica. Todas as motivações foram atendidas da mesma forma que os problemas, isto é, de acordo com referencial teórico e a legislação em vigor.

Quanto aos artigos que apresentaram necessidades, estes foram em número de três, e se referem às políticas públicas para o ensino superior.

O artigo em que uma demanda foi apresentada, tem como tema as políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Sendo assim, os artigos refletem a realidade da educação especial inclusiva no Brasil, que se apresenta em processo de implementação e desenvolvimento, necessitando de ações e empenho do poder público. Em todos os artigos são apresentadas situações que geraram a necessidade de se realizar tais estudos, ou seja, problemas, motivações ou demandas. Os problemas foram trabalhados como pesquisa, pelo fato de não apresentarem critérios de qualidade, indicadores de mensuração, questão avaliativa, recomendações, com exceção de um deles, cujos elementos caracterizam um estudo avaliativo.

c) Objeto

No que diz respeito aos objetos trabalhados nos artigos de um a 12, pode-se observar que todos são relativos às políticas públicas – ora no âmbito dos indivíduos ou grupos a serem atendidos, ora no âmbito institucional, que por sua vez, chegarão ao plano individual, envolvendo a educação básica, bem como o ensino superior. A estrutura de cada artigo revela que o objeto está presente em todos os itens – do resumo à conclusão- e que são relevantes não só para o pesquisador, mas também para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Acrescenta-se que, em apenas quatro artigos os respectivos objetos foram apresentados de forma clara, objetiva e explícita. De forma singular, dentre estes, em apenas um dos artigos foi determinado o valor ou o mérito do objeto, com base em critérios que fundamentaram as recomendações que foram feitas.

d) Objetivos

Os objetivos definidos nos artigos são de ordem prática, mensuráveis, apresentando o que concretamente o(s) autor(es) dos artigos vão fazer, que caminhos vão percorrer até o ponto onde planejaram chegar, por meio das seguintes ações: avaliar, identificar, quantificar, mostrar, descrever, analisar, apresentar, refletir, discutir, investigar, traçar parâmetros. No entanto, apesar de

cinco artigos utilizarem o vocabulário da área da avaliação, apenas um se constituiu em um estudo avaliativo, pois há clareza quanto ao objeto avaliado, questões avaliativas respondidas, indicadores de mensuração, critérios, resultados e recomendações.

Os demais artigos, em número de sete, atingiram os objetivos propostos, representando pesquisas, uma vez que apesar da relevância dos temas, não possuem abordagem nem metodologia avaliativa.

e) Referencial teórico

Para fundamentar e desenvolver seus estudos, os autores dos artigos recorreram a estudiosos e teóricos do tema analisado – nomes consagrados por suas obras – que têm a Educação Inclusiva como base.

Na área da educação de nível superior, os artigos em foco destacaram a avaliação das políticas públicas de apoio ao estudante indígena (CAJUEIRO, 2007; AMARAL, 2010; GRUPIONI, 2003), bem como ao estudante oriundo de segmentos socioeconômicos menos favorecidos (CASTRO, 2009; STAKE, 1972; WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) e, também, ao estudante que por razões de sua origem étnica, racial ou socioeconômica não tiveram e agora têm acesso à universidade (AKKARI, 2001; MONSMA, SOUZA, SILVA, 2013). Foram, ainda, avaliadas as políticas públicas de cotas para estudantes negros oriundos de escola pública e estudantes oriundos de escola pública (BOURDIEU, 2010; PIOVESAN, 2005; BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2010) e os programas do governo federal ProUni e Fies (MOEHLECKE, 2004; BARONI, 2010; DUENHAS, 2013), sendo o primeiro programa anteriormente citado alvo de avaliação em outro artigo (TAKAHASHI, 2004; ALMEIDA et al., 2012; PEREIRA FILHO, 2011).

Na área da educação básica, um artigo contemplou crianças com Síndrome de Down com vistas a traçar um instrumento de avaliação, sendo que outros dois avaliaram políticas públicas na região sudeste: (a) descompasso entre a política pública e a prática educacional (PRIETO, 2002; ARANHA, 2004; CARVALHO, 2008); e (b) a avaliação de mães de mestrados com deficiência intelectual no que se refere à inclusão e serviços ofertados (MANTOAN, 2011; VYGOTSKY, 2001; VALA; CASTRO, 2013). Por fim, há um artigo que busca quantificar desistência e evasão num programa de abrangência nacional para jovens que ainda não concluíram o ensino fundamental (KLEIN, 2006; GOLDSTEIN, 2003; SCHUVARTZMAN, 2000). No que se refere à deficiência intelectual, um artigo descreve e analisa os documentos do MEC sobre esta condição que geram imprecisão e dificuldade de identificação e diagnósticos destes indivíduos (BASTOS, 2002; BALDUÍNO, 2006; LUCKASON e cols., 2006). Finalmente, há um artigo que apresenta questões teórico- conceituais

referentes às políticas públicas inclusivas para reflexão sobre a avaliação de crianças com necessidades educativas especiais (SKLIAR, 2003; VYGOTSKY, 1984, 1987, 2003; MORIN, 2000).

Quanto às referências, há recorrência dos seguintes autores nos artigos de um a 12, a saber: JANUZZI (2004) nos artigos quatro (p. 3) e 12 (p. 3); VYGOTSKY (2001, 2003, 1984, 1987), nos artigos cinco (p. 6, 7, 10) e 12 (p. 9); BOURDIEU (1996, 2008) nos artigos oito (p. 4, 6, 13, 18) e nove (p. 2, 3).

f) Metodologia

Na análise dos 12 artigos da Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas, referentes à Educação Inclusiva, que trata da metodologia, foram analisados os procedimentos metodológicos utilizados nos artigos: questão avaliativa, critérios, instrumentos, coleta e análise de dados.

Alguns artigos apresentam perguntas sem, no entanto, se caracterizarem como avaliativas, mas que, de alguma forma, direcionaram o que estava sendo abordado, outros não apresentam nenhuma e somente um as apresenta como questão avaliativa.

Quanto aos critérios, pode-se afirmar que, na maior parte dos artigos, eles não foram explicitamente apresentados.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação dos seguintes instrumentos: questionários, roteiro de entrevista, de grupo focal e de observação, teste de desempenho, pré-teste, apresentados em seis artigos.

Três artigos analisaram documentos do MEC, CENSO IBGE e documento construído em uma universidade federal; dois artigos analisaram gráficos elaborados pelos seguintes programas do governo federal: ProJovem Urbano e PROUNI; um artigo apresentou questões teórico- conceituais sobre o tema focalizado. É importante ressaltar que, segundo as técnicas de investigação, os instrumentos de coleta de dados são universalmente os mesmos, tanto para os estudos investigativos, quanto para os estudos avaliativos, tendo, no entanto, diferentes enfoques, sendo que a avaliação gera julgamento e a pesquisa, por sua vez, conhecimento (PENNA FIRME, 2001).

Sendo assim, dos 12 artigos analisados, apenas um destaca-se por ser essencialmente avaliativo, pois apresenta metodologia desenvolvida segundo os procedimentos relativos a um estudo avaliativo, tendo por base teóricos de avaliação (Worthen, Sanders e Fitzpatrick), bem como outros estudiosos do tema, numa abordagem responsiva, tendo sido aplicado um questionário (questões abertas, fechadas e semiabertas) e um roteiro de entrevistas. Houve roteiros de reunião e um roteiro de grupo focal. A análise de dados foi realizada por meio de estatística descritiva e há duas questões avaliativas, considerando-

se três grupos de participantes. Há critérios e indicadores. Os dados coletados foram tratados quantitativa e qualitativamente. Os resultados foram examinados em sua coerência, conforme os itens dos instrumentos de coleta de dados.

Foi construída a contextualização, por meio do resgate da legislação e programas do governo federal. Além disso, a universidade focalizada no artigo foi apresentada do ponto de vista histórico e do trabalho desenvolvido. Há recomendações, ao final da avaliação.

g) Resultados

Tenório e Rozenberg (1997) ressaltaram que a avaliação se volta para o julgamento de resultados obtidos com o intuito de verificar se as metas estipuladas foram ou não atingidas, oferecendo subsídios para que se façam os ajustes necessários ou sejam tomadas decisões relativas à continuidade ou o término das ações.

Tendo em vista os resultados apresentados nos artigos, pode-se afirmar que os autores dos 12 artigos focalizados os apresentaram de forma coerente com o desenvolvimento do trabalho, articulados com a base teórica e com a legislação por eles selecionada.

No entanto, é imperioso destacar que um único artigo realizou um estudo avaliativo, tendo os demais, apresentado um estudo investigativo. Tal afirmação tem por base o fato de existir no referido artigo respostas às questões avaliativas propostas inicialmente, e havendo sido estas trabalhadas de acordo com a metodologia avaliativa. O fechamento do trabalho se deu nos resultados apresentados em seção específica para tal, utilizando análise de quadros e comentários por parte dos autores.

Todos os artigos apresentaram resultados, sendo que seis deles não foram privilegiados com uma seção específica para este fim. Mesmo assim, todos analisaram os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação utilizados em cada trabalho, citados a seguir: pré-testes, testes, questionário, modelo de protocolo de análise de documentos, roteiro de entrevistas e de grupo focal. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, gráficos, quadros, diagrama, análise de convergência e divergência, análise das respostas às questões avaliativas, análise de legislação e referencial teórico, segundo procedimentos estatísticos, de forma qualitativa ou quantitativa, em oito artigos.

Muito embora a consecução dos objetivos propostos, que orientaram o desenvolvimento de cada trabalho, tenha se materializado ao final, nos resultados, apenas três artigos apresentaram inicialmente um objetivo e, de forma incoerente, terminaram citando outro (artigos 9, 10 e 11).

Quanto aos respondentes dos instrumentos de coleta de dados escolhidos, pode-se afirmar que quatro artigos os caracterizaram de forma clara, objetiva e detalhada. Os demais, analisaram documentação.

Vale ressaltar ainda que os resultados do único artigo que se constitui em um estudo avaliativo têm tempo e área geográfica / contexto delimitados. Os demais artigos chegaram a resultados que poderão ter validade por médio ou longo prazo, bem como satisfazer interesses em outras áreas geográficas e serem aplicáveis a outras situações.

h) Recomendações

Para Amoras e Rodrigues (2009, p.137)

O trabalho dos avaliadores é importante porque identificar o que está e o que não está funcionando corretamente nos programas públicos não é tarefa fácil. Além do mais, as avaliações permitem encontrar boas e más qualidades nas atividades desenvolvidas e, a partir daí, auxiliar as correções que devam ser feitas para melhorar os atendimentos. Portanto, a avaliação deve ser vista como mais um instrumento a ser utilizado pelos gestores dos programas na busca de solução para os problemas identificados, e não como único meio para isso.

Quanto às recomendações que se espera encontrar em um estudo avaliativo, pode-se afirmar que, dentre os 12 artigos analisados, um as apresenta inseridas nas considerações finais, não se constituindo, no entanto, de uma avaliação propriamente dita; e, um outro artigo, o único deles, tem uma seção específica para tal, enriquecendo os objetivos alcançados pelos autores com oito recomendações. Nos demais artigos, em número de 10, não há recomendações.

i) Relação dos objetos com os resultados

No tocante à relação do objeto com os resultados, pode-se afirmar que, de 12 artigos, em 10, os resultados apresentados não só retomam os objetos inicialmente colocados, como também os corroboram. Dessa forma, ficam claros o significado e a importância do objeto e dos resultados no contexto do trabalho.

Em dois artigos não há resultados e, por isso, não há relação destes com o objeto apresentado.

Resposta à questão avaliativa

Em que medida os artigos da categoria Educação Inclusiva do eixo de políticas públicas se integra ao Estado da Arte da Avaliação?

Os artigos analisados são parte fundamental na construção de conhecimento sobre as políticas públicas em educação inclusiva no Brasil, pois fazem um levantamento não só da legislação vigente, como também trazem à baila o pensamento de estudiosos e teóricos deste tema. Outrossim, analisam quadros, gráficos, tabelas e depoimentos e apresentam críticas sobre o panorama encontrado, apontam novos estudos a serem realizados, embora apenas um dentre os 12 artigos seja um trabalho avaliativo e, por tudo isso, pode-se afirmar que estes se integram ao Estado da Arte da Avaliação, na medida em que abordam o tema avaliação de diferentes formas.

Conclusão

Concluindo, um único artigo se constitui como um estudo avaliativo, em função da análise que aqui se segue.

Há, um resumo que apresenta o objetivo do estudo, o contexto em que este se realiza, o tema, a metodologia, a coleta de dados e respectivos instrumentos, o público-alvo, assim como os meios técnicos estatísticos utilizados. Os resultados encontrados foram apontados após exame mais aprofundado, tendo por base as diferentes visões dos grupos avaliados e as subsequentes recomendações.

O contexto é descrito e analisado juntamente com o objeto, e o fulcro teórico é explicitado, havendo, logo após, duas questões avaliativas a serem respondidas, segundo os objetivos a serem alcançados. Ademais, o artigo enseja discussão e leva à reflexão sobre o assunto, da mesma forma que propõe novas ações.

Houve também comentário relativo às limitações e dificuldades encontradas no levantamento dos dados.

Os dados coletados são analisados através de quadro e comentários dos autores.

Resultados são apresentados pormenorizadamente, em seção específica para tal, incluindo as respostas às questões avaliativas anteriormente colocadas, com critérios e indicadores.

Por fim, as recomendações são feitas tendo por base os resultados encontrados e os objetivos traçados, de modo a melhorarem a prática em questão.

Em relação aos autores dos respectivos artigos são individuais ou em dupla e também em grupos, sendo, segundo a titulação que apresentam quatro mestres, seis doutores, dos quais um com pesquisa de pós-doutorado. Eles têm experiência na área estudada, o que lhes permite sugerir, no universo da

Educação Inclusiva, ações no sentido de melhorar o panorama existente, tanto em médio, quanto em longo prazo.

Embora seja possível concluir que todos os artigos deram significativa contribuição ao tema das políticas públicas em Educação Inclusiva e tenham apontado novos trabalhos a serem efetivamente desenvolvidos nesta área, apenas um deles é um estudo avaliativo, devido aos aspectos presentes no mesmo e analisados neste parecer avaliativo.

Numa perspectiva diacrônica, os artigos analisados, cujas publicações percorrem uma linha de tempo, tendo início no ano de 2008 e chegando até o ano de 2016, revelam que o governo brasileiro, em todas as suas esferas, tem se preocupado em colocar em prática o que preconiza a vasta legislação de teor educacional inclusivo em vigor em todos os níveis de ensino.

No entanto, os artigos analisados também desvelam a necessidade de empenho do poder público em acompanhar a efetividade das ações empreendidas, bem como a avaliação dos resultados obtidos e a imperiosa reformulação destes, caso isso se torne fundamental.

Aliada a estas considerações, a análise dos artigos também evidenciou que a inclusão no Brasil se encontra em processo de implementação, cuja plenitude será alcançada com a discussão na sociedade brasileira das imprescindíveis questões sobre diferença / preconceito, na busca por um mundo melhor.

Referências

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, privatização e descentralização. *Educação & Sociedade*: São Paulo, v.22, n.74, p.163-189, abr.2001.

ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 17, n.3, p. 899-920, nov.2012 Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414. Acesso em nov.2018

AMARAL, W.R. do. As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. 2010, 591 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

AMORAS, F. C.; RODRIGUES, L. G. Avaliação das Políticas Públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 101, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/Index>. Acesso em abr.2019.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

- BALDUÍNO, M. M. M. Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência mental: com a palavra os professores. Dissertação de Mestrado não publicadas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BARONI, J.M.B. Acesso ao Ensino Superior Público: realidade e alternativas. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BASTOS, M.G. A. Diagnóstico das necessidades educacionais especiais: evolução e novas tendências. In: MAGALHÃES, R. P. (Org.). Reflexões sobre a diferença (p.86-99). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002
- BATISTA JÚNIOR, J.R.L. Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas. Recife: Pipa Comunicação, 2016.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Ed. UNB: Brasília, 2010
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. Escritos de educação. Vozes: Petrópolis, 2010, p.39-64.
- CAJUEIRO, R. C. Os povos indígenas em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais do Brasil: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais. 2007. Disponível em www.laced.mn.ufrj.br. Acesso em set. 2012.
- CARVALHO, R. E. *Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CASTRO, M.H.G. A consolidação da política de avaliação da Educação básica no Brasil. Revista *Meta-Avaliação*, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em metaavaliacao.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30. Acesso em jan.2012.
- DUENHAS, R. A. O compartilhamento do financiamento das instituições públicas de Ensino Superior. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná 2013.
- GOLDSTEIN, H. *Multilevel Statistical Models*. 3. Ed. London: Edward Arnold, 2003.
- GRUPIONI, L. D. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. Em *Aberto*, Brasília, v.20, n.76, p.13-18, fev.2003.
- KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer? *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p.139-172, abr/jun 2006.
- LUCKASON, R.; BORTHWICK-DUFFY, S; BUNTINX, W.H; COULTER, D. L; CRAIG, E.M.; REEVE, A.; et al. Mental retardation: definition, classification and

systems of supports. Washington, DC: American Association on Mental Retardation. 2006.

MANTOAN, M.T.E. Políticas públicas e gestão nos municípios. Moderna: Rio de Janeiro, 2011

MOEHLECKE, S. Fronteiras da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PENNA FIRME, T. Os avanços da avaliação no século XXI. São Paulo, [2001]. Disponível em: www.cenpec.org.br/modules/editor/arquivos/c8a0633f4d01-eae6.pdf. Acesso em jul.2010

PEREIRA FILHO, E. da S. Perfil de jovens universitários bolsistas PROUNI: um estudo de caso na Unisinos.2011. 131 f.Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa* : São Paulo, v.35, n.124, p.43-55, jan/abr. 2005.

PRIETO, R. G. A construção de políticas públicas de educação para todos In: MARINS, S. C. F; PALHARES, M. S. (Org.). Escola Inclusiva. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p.45-49.

SCHWARTZMAN, S. Brazil: the social agend. Daedalus, Cambridge, MA, p.29-55, Spring 2000. Disponível em: www.schiartzman.org.br/simon/daedalus.htm. Acesso em out. 2011.

SKILIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STAKE, R. E. Uma confirmação teórica da avaliação responsiva. *Estudos em Avaliação Educacional*.v.2, 1972.

TAKAHASHI, F. Prouni pode ter meia bolsa e vestibular a beneficiados. Folha online, jul.2004, Educação. Disponível em www1.folha.uol.com.br/Acesso em jun.2011

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 101-125, ju./ago. 1997. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7882/6551>. Acesso em: 24 set. 2019.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy-of-pdf/decjomtien>. Acesso em fev 2019.

VALA, J. & CASTRO, M. B. Pensamento social e representações sociais. In: VALA, J. & MONTEIRO, M. B. (Coord.). Psicologia Social. 9ª ed. Fundação. Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2013.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. *La imaginación y la arte em la infância*. 6. ed. Madrid: Akal, 2003.

VYGOTSKY, L. S et al. *Linguagem, desenvolvimento e pensamento*. 7ª ed. Ícone Editoria Ltda: São Paulo, 2001

WORTHEN, B.R; SANDERS, J.R; FITZPATRICK, J.L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

APÊNDICE C - PARECER AVALIATIVO DE YVES CARABAJAL E TATIANA RIBEIRO

Estado da Arte da Avaliação
Parecer Avaliativo
Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas
Avaliação de Sistemas de Avaliação de Larga Escala e de
Sistemas de Avaliação e Regulação

Políticas públicas de avaliação em larga escala e sistema de avaliação: uma análise das publicações da base E-AVAL da Faculdade Cesgranrio

Resumo

Este parecer avaliativo apresenta a análise de 53 artigos, disponibilizados na base de dados e-Aval, que se referem ao eixo políticas públicas, na categoria avaliação em larga escala e sistema de avaliação. A análise foi desenvolvida à luz de sete aspectos definidos no roteiro da disciplina Prática de Avaliação, do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Foi utilizado um editor de planilhas para auxiliar a identificação da presença ou não dos sete aspectos elencados neste estudo. Constatou-se que os aspectos procedimentos metodológicos e recomendações foram os menos identificados nas 53 publicações analisadas. Conclui-se que os artigos investigados apresentam a temática de avaliação no contexto educacional, porém não denotam estudos avaliativos propriamente ditos porque não julgam o valor ou mérito de seus objetos, desse modo, tais artigos não integram o estado da arte da avaliação. Palavras-chave: Avaliação. Estado da arte da avaliação.

Introdução

A Fundação Cesgranrio é reconhecida no campo da Avaliação pela ampla experiência na aplicação de provas nacionais como: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), a Prova Brasil e o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). A aptidão técnica e a competência do seu quadro de profissionais fizeram com que a Fundação Cesgranrio iniciasse suas atividades também no campo da Educação. Sendo assim, no ano de 2006, foi instituída a modalidade de pós-graduação *stricto sensu* do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio. O Mestrado em Avaliação tem como objetivo “formar profissionais de avaliação capazes de planejar, conduzir, relatar e utilizar a avaliação de sistemas, de programas, de instituições e de materiais” (FACULDADE CESGRANRIO, 2019).

A disciplina Prática de Avaliação, pertencente à grade curricular do Mestrado, tem como objetivo investigar o estado da arte da área da avaliação. Com o auxílio da Biblioteca Eletrônica Científica *Online* (SciELO), os discentes

dessa disciplina buscam por publicações científicas que tratem da avaliação no contexto educacional, com o único propósito de compor o estado da arte da avaliação. Segundo Ferreira (2002, p. 258), o estado da arte tem “o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados [...]”.

A partir da investigação do estado da arte da avaliação foi construído o banco de dados e-Aval que hoje reúne aproximadamente 890 publicações científicas que investigam, relatam ou teorizam sobre as temáticas educação e avaliação. O grupo de pesquisa da disciplina, composto por professoras e egressos desenvolvem este projeto que tem como proposta reunir, organizar e disseminar a produção científica sobre o campo da Avaliação no contexto educacional.

Objetivo e questão avaliativa

Este trabalho tem como objetivo analisar, sob diferentes aspectos, os 53 artigos disponibilizados na base de dados e-Aval que se referem ao eixo políticas públicas, na categoria avaliação em larga escala e sistema de avaliação, da subcategoria ensino superior. Este trabalho é composto por quatro seções: a introdução, na qual é apresentado o tema, o objetivo e a questão avaliativa do estudo; os procedimentos metodológicos, que descrevem as etapas para elaboração do estudo, a análise dos resultados, estruturado por meio das respostas das perguntas de pesquisa delimitadas pelo grupo de pesquisa e as considerações finais do estudo.

Este parecer avaliativo visa responder a seguinte questão avaliativa: em que medida os artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação, do eixo temático políticas públicas, se integram ao estado da arte da avaliação?

Procedimentos metodológicos

Para guiar a redação do parecer avaliativo, os discentes da disciplina de Prática de Avaliação receberam um roteiro com quatro perguntas de pesquisa, as quais deveriam ser respondidas e embasadas com fundamentação teórica.

A primeira pergunta do roteiro questionava sobre o tipo de produção dos artigos analisados no parecer, a segunda indagava sobre o nível educacional dos mesmos, a terceira questionava sobre como sete aspectos metodológicos eram tratados nos artigos, e a quarta e última, questionava como os 53 artigos sobre políticas públicas de avaliação de larga escala e sistema de avaliação se relacionam com o estado da arte da avaliação.

Os sete aspectos determinados pelo roteiro que deveriam ser identificados nos artigos são: problema, objeto, objetivo de estudo, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e por fim, as recomendações.

O grupo de pesquisa da disciplina orientou que os autores utilizassem um editor de planilhas para observar a presença ou não dos sete aspectos solicitados no roteiro, visando facilitar a verificação de tendências, divergências e pontos em comum nos artigos.

A análise dos 53 artigos, objeto deste estudo, baseou-se nos sete aspectos delimitados pelo grupo de pesquisa da disciplina. A análise de conteúdo não faz parte deste parecer avaliativo.

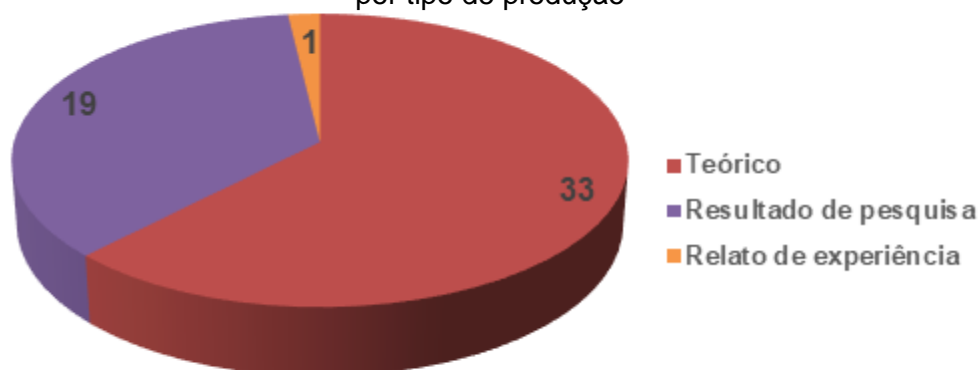
Análise das perguntas de pesquisa

Apresenta-se nesta seção a análise das perguntas de pesquisa e dos sete aspectos metodológicos definidos no roteiro pelo grupo de pesquisa da disciplina Prática de Avaliação.

Análise do tipo de produção e nível educacional

Analisando os artigos quanto ao tipo de produção, constata-se que as publicações do tipo teórico totalizam 33 artigos e as do tipo resultado de pesquisa contemplam 19 artigos. A menor abrangência é do tipo relato de experiência com a identificação de apenas um artigo, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos artigos de políticas públicas de avaliação em larga escala por tipo de produção



Fonte: Os autores (2019).

Analisando os artigos quanto ao nível educacional, todas as 53 publicações abordam a temática das políticas públicas de avaliação em larga escala no nível do ensino superior (graduação e pós-graduação). Os autores dos artigos discorrem sobre políticas públicas de avaliação no âmbito da educação superior como o Exame Nacional de Cursos (ENC) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Análise dos aspectos metodológicos

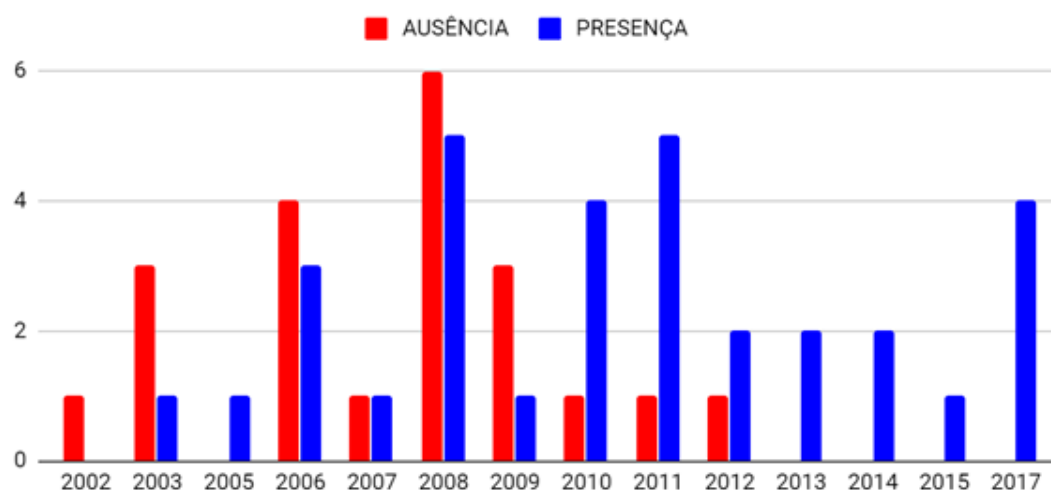
Apresenta-se nesta seção as respostas quanto a presença e o tratamento dos sete aspectos definidos no roteiro da disciplina.

a) Análise do aspecto problema

Antes de delimitar o objetivo de um estudo, é pertinente que o autor informe o que o moveu na redação de sua pesquisa ou estudo avaliativo. É aconselhável que o autor identifique que problema, necessidade, motivação ou demanda despertou seu interesse na execução do seu trabalho, facilitando assim, a compreensão do texto para o leitor.

O Gráfico 2 ilustra quantitativamente a presença do aspecto problema, necessidade, motivação ou demanda identificada nos 53 artigos de políticas públicas de avaliação em larga escala por ano de publicação.

Gráfico 2 - Presença ou ausência de problematização nas publicações por período



Fonte: Os autores (2019).

Observa-se que à medida em que se avança no tempo, a identificação deste aspecto torna-se evidente. Destaque para o ano de 2008, período com maior número de publicações (11 artigos) sobre a temática de políticas públicas de avaliação em larga escala.

Após análise dos 53 artigos, infere-se que 32 desses apontam um problema, necessidade, motivação ou demanda. A maior incidência de publicações com a identificação desse aspecto está entre 2008 e 2017. Felix, Bertolin e Polidori (2017, p. 35) apresentam como motivação de seu estudo a “relação entre os instrumentos utilizados no SINAES e a experiência empregada em nível internacional por meio do diálogo com o sistema europeu de avaliação

da educação superior”. Os 21 artigos restantes não indicaram a presença desse aspecto.

b) Análise do aspecto objeto

A realização de um estudo avaliativo requer a descrição do objeto a ser avaliado. Considerando que somente dois artigos não apresentaram a descrição dos seus objetos, 51 artigos o apresentaram nitidamente, os quais têm como questões de maior abrangência: (a) características das iniciativas do Governo Federal voltadas para o ensino superior em meados dos anos 90: Exame Nacional de Cursos (ENC); (b) Indicadores e processos utilizados nas avaliações das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil; (c) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como prática de avaliação adotadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); (d) Comissões Próprias de Avaliação das IES privadas; (e) indicadores de gestão das Instituições Federais de Educação Superior e o desempenho discente a partir do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE); (f) Sistema de Avaliação Institucional (SIAVI); (g) Políticas de avaliação (INEP), regulação (Secretaria Superior de Educação - SESu) e supervisão (Comissão Nacional de Educação - CNE/SESu) das Instituições de Educação Superior; (h) Educação superior nas modalidades presencial e a distância com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e, (i) a qualidade da educação superior e de pós-graduação no Brasil.

Tabela 1 - Aspecto Objeto

Objetos	Nº
SINAES	17
Avaliação do ensino superior	14
Exame Nacional de Cursos (Provão)	10
ENADE	6
Padrões/indicadores de qualidade da educação superior	6
Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)	6
Regulação estatal x cultura da avaliação institucional	4
Conceito Preliminar de Curso	2
Avaliação institucional	1
Comissões Próprias de Avaliação	1
ENEM	1
Noção de quase-mercado	1
PARU, CNRES, GERES e PAIUB	1
Programa de Avaliação Seriada	1
Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	1

Fonte: Os autores (2019).

Constata-se que o SINAES aparece como objeto majoritariamente em 17 artigos e o tema avaliação do ensino superior é objeto de 14 artigos. As políticas públicas de avaliação: Exame Nacional de Cursos, antigo Provão e o ENADE aparecem como objeto em 10 e 6 artigos, respectivamente.

Para fins de contextualização, observou-se que os autores das publicações redigiram sobre o SINAES em um tom crítico. As críticas recaíram sobre o governo que o criou, com questionamentos sobre os rumos deste sistema de avaliação. Sobre tal afirmação, Limana (2002, p. 872) comenta:

é angustiante demais para qualquer cidadão que tenha a consciência do quanto foi investido em escassos recursos públicos; em tempo e sonhos dos mais renomados intelectuais brasileiros (e estrangeiros) expertos em avaliação; em infinitas reuniões com a comunidade acadêmica nacional nos quatro cantos do país, num difícil processo de diálogo e convencimento; em dezenas de capacitações de especialistas em avaliação, mobilizando milhares de intelectuais a um custo considerável ao erário público para, ao final (e de forma abrupta), desconsiderar olímpicamente os preceitos do SINAES que se consolidou como alternativa ao tão criticado provão, justamente por relativizar, nos processos avaliativos de cursos e instituições, a importância do desempenho do estudante. (LIMANA, 2002, p. 872).

Análise do aspecto objetivo

Segundo Elliot ([2008], p. 3 apud ELLIOT; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 44), os objetivos “indicam o ‘para quê avaliar?’, ou seja, para julgar o mérito ou valor, verificar os resultados, tomar decisões, premiar, aperfeiçoar, comparar grupos ou resultados de grupos ou de projetos”.

Após análise dos 53 artigos, verificou-se que apenas 49 publicações apresentaram o aspecto objetivo. Os quatro artigos restantes não mencionaram que propósito pretendiam alcançar em seus estudos.

Cinco publicações de 2002 e 2003 tinham como objetivo analisar as seguintes políticas públicas de avaliação em larga escala: o Exame Nacional de Cursos - o antigo Provão, a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, o ENEM e o SAEB, considerando suas possíveis implicações em curso no ensino do país.

O artigo “Educação e estratificação social no acesso à universidade pública”, publicado em 2005, tinha como objetivo analisar a nova forma de acesso à Universidade de Brasília, com o Programa de Avaliação Seriada, visando verificar sua contribuição para a diminuição da reprodução da estratificação social no ensino superior.

Quanto ao aspecto objetivo dos artigos publicados entre 2006 e 2011, em linhas gerais, os autores apresentam como propósito de seus estudos: a análise de políticas públicas de avaliação em larga escala, a criação de um sistema de indicadores para avaliar a qualidade da educação superior e a problematização da relação entre avaliação e regulação. Ainda sobre o tema da avaliação do ensino superior, Leitão et al. (2010, p. 22) apresentam como objetivo de seu estudo a análise do boicote dos estudantes com ênfase ao ENADE.

O fato é que toda aplicação de prova para avaliação do ensino superior (inicialmente o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão, e posteriormente o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE) gera discussões sobre uma provável falta de participação ou envolvimento dos mestrandos no processo avaliativo – comumente denominado boicote. O objetivo do presente artigo é, portanto, avaliar esse boicote.

No período entre 2012 e 2017, os objetivos dos artigos se propunham a: analisar e comparar os sistemas de avaliação da educação superior adotados no Brasil e em outros países como em Portugal; analisar aspectos relacionados às políticas públicas para a educação superior como avaliação, regulação e supervisão nas Instituições de Educação Superior privadas; comparar as modalidades de educação superior entre os tipos presencial e a distância, tendo como base os dados do Conceito Preliminar de Cursos e observar as relações estabelecidas entre a qualidade, a regulação e a avaliação da educação superior, destacando os processos utilizados pelo SINAES e pela avaliação da pós-graduação, realizada pela CAPES.

Para fins de contextualização, infere-se que os objetivos dos artigos selecionados neste parecer relacionam-se com a análise de políticas públicas de avaliação do ensino superior em diferentes momentos do cenário político brasileiro. Os artigos abordam desde o ENC, o antigo Provão, criado pelo ministro da Educação Paulo Renato Sousa, na antiga gestão do ex-presidente Fernando Henrique, até a mais recente política de avaliação criada no governo do ex-presidente Lula, o SINAES.

Análise do aspecto referencial teórico

A fundamentação teórica é o alicerce da publicação acadêmica ou científica que será elaborada pelo autor. Ela é realizada por meio da citação de trechos de livros, artigos, teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos e até de legislações que deem um embasamento prévio ao assunto e implicitamente, ratifique a relevância do tema abordado.

Para emitir o parecer do aspecto referencial teórico, são listadas três publicações que foram mais mencionadas dentre os 53 artigos. A publicação que mais predomina em todos os artigos analisados é a lei 10.681 de 2004 que institui o SINAES. O artigo de Nunes, Duarte e Pereira é um exemplo da afirmação anterior, pelo fato de citarem o *caput* do primeiro artigo da referida lei do SINAES.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 3 apud NUNES; DUARTE; PEREIRA, 2017, p. 376).

A segunda publicação mais mencionada também é uma lei, a então 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Os autores fazem um recorte teórico e contextualizam o cenário da educação para o leitor e devido a este fato, observa-se a Lei 9.394 sendo uma das mais citadas nos artigos analisados.

A terceira publicação mais citada pelos autores é um livro do especialista em avaliação José Dias Sobrinho intitulado Avaliação da educação superior. Tal obra foi publicada pela editora Vozes em 2000. No artigo “Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão”, Cunha (2006, p. 260) faz menção ao autor: “E, como bem lembra Dias Sobrinho (2000), medir é diferente de avaliar, sendo apenas parte de um processo muito mais amplo”. Acredita-se que Dias Sobrinho seja uma referência no tema da avaliação da educação superior. Outros livros e artigos do autor, também foram citados com menor frequência nos artigos investigados.

Finalizando a análise do aspecto referencial teórico, dos 53 artigos neste parecer avaliativo, apenas quatro deles não possuem qualquer referência e ambos foram publicados em uma revista científica que tem classificação A1 em educação, como área de avaliação, na Plataforma Sucupira do Portal Capes. É de se surpreender que um periódico conceituado publique artigos sem o mínimo de rigor científico.

Análise do aspecto procedimentos metodológicos

Esta seção apresenta a análise do aspecto procedimentos metodológicos dos 53 artigos elencados neste parecer. Segundo Elliot ([2008], p. 3 apud ELLIOT; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 44),

Os procedimentos incluem, de modo pertinente, a abordagem, as questões avaliativas, as categorias, indicadores e padrões componentes do quadro de critérios, os instrumentos usados e sua relação com as questões avaliativas e os elementos do quadro de critérios necessários ao julgamento dos resultados, o processo de coleta de dados situado no tempo e no espaço, o tratamento e a análise desses dados, os critérios de julgamento aplicados aos resultados, as limitações que porventura surgiram durante o processo global e impediram que o estudo não fosse plenamente realizado.

Tabela 2 - Aspecto procedimentos metodológicos por tipo de produção

Tipo de produção	Evidente	Não evidente
Relato de experiência	-	1
Resultado de pesquisa	17	2
Teórico	6	27
Total	23	30

Fonte: Os autores (2019).

Percebe-se a evidência do aspecto procedimentos metodológicos em 23 artigos: 17 publicações são do tipo resultado de pesquisa e seis do tipo teórico. Analisando quanto ao tipo de abordagem, dessas 23 publicações, sete apresentam abordagem do tipo quantitativa, 10 artigos apresentam abordagem qualitativa, cinco artigos são de natureza quali-quantitativa e apenas um artigo não especificou o tipo de abordagem.

Os 30 artigos restantes não informaram como foi o desenvolvimento de seus respectivos estudos. São eles: a única publicação do tipo de produção relato de experiência, dois artigos do tipo resultado de pesquisa e 27 artigos do tipo teórico. Logo, em torno apenas de 12% dos artigos apresentou o aspecto analisado. É evidenciado que as publicações de natureza teórica são predominantemente as que não divulgam o processo de desenvolvimento de seus estudos.

Com relação aos instrumentos de medida utilizados, percebeu-se a ausência de validações tanto técnica quanto de conteúdo em quase todos os artigos. De acordo com Elliot (2012, p.13), os instrumentos já validados geram credibilidade em um estudo.

Um instrumento de pesquisa ou avaliação consiste no recurso usado para coletar a informação de interesse sobre uma variável, característica, categoria ou dimensão do objeto, ou ainda evidências de indicadores. São os dados coletados pelo instrumento que auxiliam o avaliador ou pesquisador a acompanhar o desenvolvimento do objeto ou fenômeno focalizado, a obter informações mais precisas sobre ele, e a tirar conclusões sobre determinadas características suas.

Dando continuidade à análise do aspecto procedimentos metodológicos, apresenta-se na tabela abaixo os instrumentos de coleta de dados empregados nos estudos selecionados neste parecer.

Tabela 3 - Instrumentos de coleta de dados

Instrumentos	Nº de Artigos
Análise documental	12
Entrevista	6
Questionário	4
Análise comparativa	3
Debate	1

Fonte: Os autores (2019)

Quanto ao tipo de instrumento de coleta de dados, a análise documental foi empregada em 12 artigos, a entrevista em seis artigos, o questionário em quatro artigos, a análise comparativa em três publicações e o debate em apenas uma publicação.

Sobre o instrumento de coleta de dados empregado, Verhine, Dantas e Soares (2006, p. 293) dizem: “Para cumprir tais propósitos, além da revisão da documentação existente (leis, relatórios e artigos), foram conduzidas entrevistas com membros da equipe do INEP e da CONAES.” Dias, Horiguela e Marchelli mencionam o recurso para coleta de dados aplicado em seu estudo: “A metodologia de avaliação consistiu na aplicação de questionários aos docentes, dirigentes universitários e estudantes, visando coletar dados sobre a estrutura didática e administrativa das IES.” (DIAS; HORIGUELA; MARCHELLI, p. 2006, p. 638).

A análise do aspecto procedimentos metodológicos revela que os artigos relacionados neste parecer são publicações científicas que não mensuram, não julgam e não apreciam o mérito de um objeto. São publicações que investigam, problematizam e observam questões no âmbito das políticas públicas de avaliação em larga escala.

Os artigos examinados não se constituem em estudos avaliativos por não apresentarem aspectos metodológicos específicos que denotem a sua existência, tais como abordagem avaliativa, questões avaliativas, critérios para

elaboração dos instrumentos, instrumentos de medida, procedimento de coleta e tratamento dos dados e limitações.

Análise do aspecto resultados

A apresentação dos resultados é a seção onde constata-se se o estudo atingiu o objetivo definido pelo autor. Em uma avaliação, os resultados devem ser estruturados de modo a responder ao propósito estabelecido na introdução do estudo. Outrossim, cabe considerar que “a discussão dos resultados deve refletir o confronto com os critérios adotados para a avaliação, as respostas às questões avaliativas. Conclusão não é repetição de resultados, vai além, permite inferência” (ELLIOT; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 28).

Por meio da análise do aspecto resultados das publicações, infere-se que 28 artigos apresentaram resultados alinhados com os objetivos indicados, sendo a maioria do tipo resultado de pesquisa. Os 25 artigos restantes são estudos baseados em análise teórica e reflexão por parte dos autores, em que não há descrição dos procedimentos de coleta de dados e análise de resultados.

Em suas considerações finais, Carneiro e Novais (2008, p. 730) comentam:

Observa-se, portanto, que as dificuldades identificadas na atuação da CPA podem estar relacionadas a três aspectos principais: (i) dificuldades em promover a participação social no âmbito da CPA; (ii) dificuldades em viabilizar a atuação autônoma da Comissão; (iii) pouca clareza quanto à relação entre as CPA e o processo de regulação.

Como dito anteriormente, grande parte das publicações científicas deste parecer avaliativo são do tipo teórico. Os autores apresentam questões relativas ao tema de avaliação em larga escala no ensino superior, por meio de exposições meramente teóricas e conceituais, o que inviabiliza a apresentação de resultados, visto que, os objetivos não estão explícitos nos artigos.

Logo, é possível deduzir que existe uma relação entre os aspectos objeto, objetivo e resultados dos artigos investigados. Vieira e Freitas (2010, p. 443) comprovam essa afirmação, primeiramente ao proporem como objetivo “analisar a fala dos Gestores da Administração Superior da UNEB” e depois, ao constatarem “As vozes de nossos entrevistados se mostraram também carregadas de boas expectativas, de desejos de que os resultados desse processo avaliativo vivenciado por eles [...] possam alterar a cultura da instituição” (VIEIRA; FREITAS, 2010, p. 463).

Análise do aspecto recomendações

As recomendações são um recurso opcional presente no capítulo ou seção das considerações finais dos trabalhos acadêmicos ou artigos científicos. Sobre a relevância das recomendações nas meta-avaliações, Elliot (2011, p. 955) diz: “[espera-se] que algumas recomendações importantes para a melhoria da avaliação possam ser feitas”.

A elaboração de recomendações dá novo direcionamento para o trabalho em desenvolvimento, além de oportunizar melhorias e incrementos em estudos futuros. Um exemplo da afirmação anterior está no artigo "Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate", publicado em 2014. Silva Junior et al (2014) finaliza o último parágrafo do artigo com uma contribuição final, equivalente a uma recomendação.

este artigo propõe como contribuição final a realização de discussões adicionais, a partir daqui, sobre como operacionalizar a superação dessa lógica formalística. Uma alternativa, por exemplo, talvez seja uma maior presença in loco dos representantes do Estado, não somente para assumir os papéis de avaliadores, reguladores e supervisores, mas, principalmente, atuando como educadores preocupados em compreender o contexto em que o processo educacional se desenrola em suas múltiplas dimensões. (SILVA JUNIOR et al., 2014, p. 235).

Quanto ao julgamento do último aspecto, infere-se que das 53 publicações investigadas, 23 artigos apresentam seções específicas nas quais os autores expressam o aspecto recomendações. Os demais 30 artigos não especificam em suas considerações finais qualquer tipo de sugestão ou proposta para estudos futuros. As recomendações identificadas nos artigos desta análise, de um modo geral, estão alicerçadas em seus resultados e objetivos. Objetivos esses no âmbito das políticas públicas de avaliação em larga escala.

Resposta à questão avaliativa

Apresenta-se nesta seção a resposta da questão avaliativa:

Em que medida os artigos da categoria larga escala e sistema de avaliação, do eixo temático políticas públicas, se integram ao estado da arte da avaliação?

Tabela 4 - identificação dos aspectos analisados

Aspecto	Sim	Não
Problema	31	22
Objeto	51	2
Objetivo	49	4
Referencial teórico	49	4
Procedimentos metodológicos	23	30
Resultados	28	25
Recomendações	23	30

Fonte: Os autores (2019).

A Tabela 4 apresenta um painel geral da presença dos sete aspectos nos 53 artigos de políticas públicas de avaliação em larga escala, objeto deste parecer. Os aspectos objeto, objetivo e referencial teórico se destacaram como os itens mais presentes nos artigos. Em contrapartida, os procedimentos metodológicos e as recomendações foram os aspectos menos presentes nas publicações analisadas. Recordando que das 53 publicações analisadas, 33 artigos são do tipo teórico, ou seja, isso talvez justifique o baixo quantitativo de publicações que descrevam a metodologia utilizada e que façam recomendações para estudos futuros. Os aspectos problema e resultados foram identificados em 31 e 28 artigos respectivamente, entretanto, estes dados acabam que não são expressivos quanto os anteriores.

Considerando os procedimentos metodológicos em avaliação, conclui-se que os 53 artigos analisados não estão incorporados ao estado da arte da avaliação. Todas as publicações deste parecer se integram ao estado da arte da avaliação apenas quanto ao seu tema e/ou conteúdo. Basicamente, duas condições viabilizam a ocorrência de um estudo avaliativo: a primeira é a adoção de uma metodologia de avaliação (com abordagem e critérios de julgamento) e a segunda é a apreciação do objeto a ser avaliado. Observou-se, nesta análise que os artigos investigados relatavam apenas uma condição ou até mesmo nenhuma delas. Logo, pode-se afirmar que os 53 artigos, objeto deste parecer, não compõem o estado da arte da avaliação, pelo fato de não embasarem e não fundamentarem seus estudos de acordo com metodologias próprias de avaliação.

Considerações finais

Todos os artigos analisados apresentam a temática de avaliação no contexto educacional, porém não denotam estudos avaliativos propriamente ditos porque não julgam o valor ou mérito de seus objetos. Diferentemente da pesquisa científica, a avaliação ainda busca entre seus pares a consolidação de

suas práticas. Avaliar com embasamento metodológico é algo ainda novo e tentativas como no campo das políticas públicas já tiveram início.

O obstáculo a ser ultrapassado é com relação a disseminação dos procedimentos metodológicos em avaliação, a fim de expandir e creditar este campo de atuação tão relevante e de fundamental importância para a melhoria do sistema educacional do nosso país.

Referências

BARREYRO, Gladys Beatriz. De exames, rankings e mídia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008.

BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice Laura. *Educação e estratificação social no acesso à universidade pública*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 113-139, abr. 2005.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. As comissões próprias de avaliação frente ao processo de regulação do ensino superior privado. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 713-732, nov. 2008.

DIAS, Carmen Lúcia; Horiguela, Maria de Lourdes Morales; MARCHELLI, Paulo Sergio. Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, dez. 2006.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

ELLIOT, Ligia Gomes et al. Entrevista. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak editora, 2012.

ELLIOT, Ligia Gomes; RODRIGUES, Alessandra Hermogenes; SILVA, Anna Karla Souza da. *Dissertações em avaliação: estrutura e formatação*. 4. ed. Rio de Janeiro, 2016.

FACULDADE CESGRANRIO. *Mestrado Profissional em Avaliação*. 2018. Disponível em: <http://facesg.edu.br/mestrado>. Acesso em: 29 mar. 2019.

FELIX, Glades Tereza; BERTOLIN, Julio Godoy; POLIDORI, Marlis Morosini. Avaliação da educação superior: um comparativo dos instrumentos de regulação entre Brasil e Portugal. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 35-54, abr. 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREITAS, Antonio Alberto da Silva Monteiro de. Avaliação da educação superior no Brasil e Portugal homogeneização ou diferenciação? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 119-136, mar. 2012.

LEITÃO, Thiago et al. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 21-44, abr. 2010.

LIMANA, Amir. Desfazendo mitos: o que estão fazendo com o SINAES? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 869-873, nov. 2008.

MERTENS, D. M. *Research and evaluation in education and psychology*. Thousand Oaks, California: SAGE, 2005.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler Pereira. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 373-384, ago. 2017.

SILVA JUNIOR, Annor da et al. Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 215-240, mar. 2014.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, set. 2006.

VIEIRA, Regina Lúcia Bastos; FREITAS, Kátia Siqueira de. O SINAES na universidade pública estadual: análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 443-464, set. 2010.

LISTAGEM DOS ARTIGOS ANALISADOS

BARBOSA, Glauber de Castro; FREIRE, Fátima de Souza; CRISOSTOMO, Vicente Lima. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 317-344, jul. 2011.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 955-977, out. 2006.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008.

BARREYRO, Gladys Beatriz. De exames, rankings e mídia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, mar. 2014.

BERTOLIN, Júlio C. G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 309-331, jun. 2007.

BITTENCOURT, Hélio Radke et al. Mudanças nos pesos do CPC e seu impacto nos resultados de avaliação em universidades federais e privadas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 15, n. 3, p. 147-166, 2010.

BORDAS, Merion Campos et al. O olhar da comissão assessora de avaliação sobre o enade da área de pedagogia - 2005. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 681-712, nov. 2008.

BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice Laura. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 113-139, abr. 2005.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. As comissões próprias de avaliação frente ao processo de regulação do ensino superior privado. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 713-732, nov. 2008.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 258-271, ago. 2006.

DIAS, Carmen Lúcia; Horiguela, Maria de Lourdes Morales; MARCHELLI, Paulo Sergio. Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, dez. 2006.

- DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.
- FELIX, Glades Tereza; BERTOLIN, Julio Godoy; POLIDORI, Marlis Morosini. Avaliação da educação superior: um comparativo dos instrumentos de regulação entre Brasil e Portugal. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 35-54, abr. 2017.
- FREITAS, Antonio Alberto da Silva Monteiro de. Avaliação da educação superior no Brasil e Portugal homogeneização ou diferenciação? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 119-136, mar. 2012.
- GIOLO, Jaime. "SINAES" intermitentes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 851-856, nov. 2008
- GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 275-298, set. 2002.
- GOMES, Alfredo Macedo. Exame nacional de cursos e política de regulação estatal do ensino superior. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 120, p. 129-149, nov. 2003.
- GONTIJO, Eliane Dias et al. Cursos de graduação em medicina: uma análise a partir do sinaes. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 209-218, jun. 2011.
- LEITÃO, Thiago et al. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 21-44, abr. 2010.
- LIMANA, Amir. Desfazendo mitos: o que estão fazendo com o SINAES? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 869-873, nov. 2008.
- MARCHELLI, Paulo Sérgio. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 351-372, set. 2007.
- MATUICHUK, Miraldo; SILVA, Maclovia Corrêa da. Avaliação do docente pelo discente na melhoria do desempenho institucional: UTFPR/SIAVI. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 323-348, jun. 2013.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na educação superior: elementos para o debate. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 89-106, dez. 2006.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 373-384, ago. 2017.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos et al. Políticas de avaliação e regulação da educação superior brasileira: percepções de coordenadores de licenciaturas no Distrito Federal. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 629-655, nov. 2013.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 833-851, dez. 2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FONSECA, Marília; AMARAL, Nelson Cardoso. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 71-87, dez. 2006.

PAIVA, Giovanni Silva. Avaliação do desempenho dos estudantes da educação superior: a questão da equidade e obrigatoriedade no Provão e Enade. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 31-46, mar. 2008.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo et al. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na visão de líderes formais. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 381-400, jun. 2011.

PFEIFER, Mariana. Dicotomias conceituais da avaliação da educação superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 351-364, jul. 2012.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 439-452, jul. 2009.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, dez. 2006.

PRIMI, Ricardo; LANDEIRA-FERNANDEZ, J.; ZIVIANI, Cílio. O Provão de Psicologia: objetivos, problemas, consequências e sugestões. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 109-116, 2003.

REAL, Giselle Cristina Martins. Avaliação e qualidade no Ensino Superior: os impactos do período 1995-2002. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 573-584, dez. 2009.

RIBEIRO, Elisa Antonia. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 299-316, jul. 2012.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. Avaliação das universidades brasileiras: as possibilidades de avaliar e as dificuldades de ser avaliado. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 57-71, mar. 2011.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p. 729-752, dez. 2009.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. A "RAIES" e a Revista Avaliação a construção de um marco teórico, político e metodológico. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 267-290, jul. 2011.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: "provão II" ou a reedição de velhas práticas? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 21-38, mar. 2011.

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos; SIMOES, Antonio Carlos. Desafios do ensino superior em educação física: considerações sobre a política de avaliação de cursos. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 259-274, jun. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008.

SILVA JUNIOR, Annor da et al. Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 215-240, mar. 2014.

SOUSA, Sandra Zákia Lian. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 119, p. 175-190, 2003.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

SOUZA, Valdinei Costa. Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 332-357, ago. 2017.

VERHINE, Robert Evan. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, set. 2006.

VIEIRA, Regina Lúcia Bastos; FREITAS, Kátia Siqueira de. O SINAES na universidade pública estadual: análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 443-464, set. 2010.

WEBER, Silke. Avaliação e regulação da educação superior: conquistas e impasses. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1247-1269, dez. 2010.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul. 2009.

APÊNDICE D - PARECER AVALIATIVO DE FELIPE GRANERO

Estado da Arte da Avaliação
Parecer Avaliativo
Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas
Políticas de Reforma da Educação Básica e da Educação Superior

A produção acadêmica em torno das reformas educacionais

As reformas educacionais ocorridas no Brasil, na educação básica e superior, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, ocasionaram mudanças significativas na estrutura da educação nacional.

A história da educação brasileira é marcada por disputas de projetos com concepções distintas acerca do papel do Estado e do planejamento, da relação entre os entes federados e, como substrato desta, da lógica de organização, gestão e financiamento dos sistemas, de suas redes e instituições. Perpassam essas concepções distintas visões e posturas político pedagógicas que se materializam em vários campos, sobretudo, no financiamento e nos processos de gestão. A compreensão do fundo público bem como do uso que se faz deste têm sido objeto de argumentos éticos e políticos distintos, considerando a polarização histórica entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado. (DOURADO, 2016, p. 11).

No contexto das reformas educacionais, é importante destacar o Plano Nacional de Educação (PNE), em que são definidas as principais metas e diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para um determinado ciclo. Segundo Souza e Menezes (2017, p. 3):

A Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), nos arts. 211 e 214, determina à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a organização dos seus respectivos sistemas de ensino por meio do regime de colaboração, assim como o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE), com duração plurianual — redação alterada para “duração decenal” pela Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009b) —, com vistas à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público, também nesta área.

Analisar estas reformas, a partir de variados pontos de vista, é importante, pois desta forma é possível dar transparência e visibilidade aos avanços e retrocessos, no intuito de corrigir rumos e contribuir para o estabelecimento de novas estratégias e políticas públicas.

Elliot (2012, p. 942), refletindo sobre a avaliação, afirma que:

Nos tempos atuais, tem havido um crescente aumento do interesse pela qualidade dos resultados obtidos a partir de projetos, programas e serviços desenvolvidos nos campos social, empresarial, da educação e da saúde, no âmbito público e privado, dirigidos a diferentes segmentos da sociedade. Dada a importância do foco e das finalidades dessas áreas, tal interesse muitas vezes traz, em consequência, a realização de avaliações que intencionam revelar se a desejada qualidade foi alcançada. Por meio das avaliações, busca-se saber, por exemplo, se os objetivos traçados foram atingidos de forma adequada e eficaz, se o processo de desenvolvimento de projetos e programas revelou seu mérito ou qualidade intrínseca, se as ações realizadas e os serviços prestados podem ser associados a algum tipo de impacto para os beneficiados ou interessados.

A produção acadêmica a partir do ano de 2001, em relação aos artigos publicados no Brasil que discutiram aspectos das reformas ocorridas na educação brasileira, é consistente; um número considerado de artigos se propuseram a realizar uma avaliação das políticas públicas em torno das reformas educacionais, com a finalidade de revelar o impacto das mudanças pretendidas.

A motivação para elaboração deste artigo surgiu da experiência deste autor enquanto aluno no curso de Mestrado Profissional em Avaliação no ano de 2019, da Faculdade Cesgranrio, instituição de referência no que diz respeito à realização de avaliações profissionais. Para o desenvolvimento da disciplina “Prática de Avaliação: o Estado da Arte da Avaliação”, foi estabelecida como meta a avaliação de artigos inseridos no eixo avaliação de políticas públicas, na categoria reformas educacionais e Plano Nacional de Educação (PNE).

Além do exposto, este trabalho pretende colaborar no aprimoramento da base de dados e-AVAL. Este banco de dados é fruto de um projeto de pesquisa que vem sendo realizado por pesquisadores e mestrandos do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio e que tem por objetivo investigar, por meio de um processo estruturado de busca em bases eletrônicas de dados, o “estado da arte” da área da avaliação. Para uma melhor compreensão, é importante frisar que a seleção dos artigos que compõem a atual base do e-AVAL teve como critérios a delimitação do campo de pesquisa à área da Educação e a existência dos vocábulos avaliação e suas derivações no título do artigo¹.

Para a seleção dos artigos que estão disponibilizados na *internet*, sobre avaliação de reformas educacionais e Plano Nacional de Educação, foi utilizada a base e-AVAL, que se integra à base SciELO (biblioteca eletrônica que abrange

¹ Com base no portal do e-AVAL na *internet*, disponível em: <<http://mestrado.fge2.com.br/aval/site/page?view=sobre>> Acesso em: 08 Abr. 2019.

uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros), que é uma base confiável e respeitada.

Na procura dos referidos artigos, foram feitas buscas com os termos “avaliação”, “reformas educacionais” e “PNE” nos títulos. Desta pesquisa inicial, foram selecionados 26 artigos cujos títulos continham os termos procurados, ou que, mesmo não contendo os termos, indicavam, de certa forma, que se tratava de avaliações no âmbito das reformas ocorridas na educação brasileira.

Este estudo tem como objetivo elaborar um parecer avaliativo a respeito dos 26 artigos selecionados, destacando os aspectos mais relevantes no conjunto dos artigos, que permitam a elaboração de juízo de valor em relação aos problemas caracterizados, aos objetos, às metodologias utilizadas, aos resultados apurados, entre outros aspectos. Ao final, e não menos importante, será respondida a seguinte questão avaliativa: até que ponto os artigos selecionados se integram ao estado da arte da avaliação, no campo da avaliação de políticas públicas?

Sobre o segundo propósito deste estudo, em relação ao estado da arte, Ferreira (2002) faz um relevante apontamento. Segundo esta autora, o desafio do estado da arte é:

mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

No Quadro 1 consta a relação dos artigos selecionados com os respectivos títulos e anos de produção.

Quadro 1 – Os 26 artigos selecionados, com os respectivos anos de produção

Nº	Título	Ano
1	Abandono das instituições: construção de políticas públicas e Universidade.	2001
2	O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do Governo FHC.	2002
3	Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.	2002
4	A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação.	2004
5	Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento.	2004
6	Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?	2004
7	A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?	2005
8	O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil.	2006
9	O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.	2008
10	A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores.	2008
11	Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política.	2010
12	Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?	2010
13	Os <i>rankings</i> na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado?	2012
14	Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.	2012
15	Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica.	2014
16	A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas.	2010
17	Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão.	2010
18	Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.	2001
19	Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho.	2015
20	Acompanhamento e Avaliação dos/nos Planos Estaduais de Educação 2001-2010.	2016
21	Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor.	2015

22	Uma breve análise das políticas de avaliação e sua relação com a organização escolar por ciclos: resultados de pesquisa.	2015
23	Avaliar e gerir: força e miséria de um ideário presente nas políticas educacionais contemporâneas.	2016
24	O currículo de história na reforma da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.	2017
25	Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública.	2017
26	Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação.	2017

Fonte: Base de dados e-AVAL (2019).

Em relação ao tipo de produção dos artigos selecionados, é possível concluir que 17 artigos são do tipo teórico. Os relatos de pesquisa vêm a seguir, com 8 artigos, e o tipo de produção relato de experiência, somente ficou caracterizado em um artigo.

De uma forma geral, os autores dos artigos analisados fazem menção à reformas educacionais que ocorreram nos diferentes níveis educacionais da educação brasileira. Em determinados artigos, há menção de mais de um nível educacional. Desta forma, percebe-se que em 18 artigos há menção a políticas públicas no ensino fundamental, em 14 artigos são feitas considerações à respeito do ensino médio e 10 artigos dizem respeito às reformas que atingiram, de certa forma, o ensino superior.

É possível perceber, também, que os artigos trazem à tona as percepções dos autores sobre as reformas educacionais ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, nos mais variados enfoques. Percebe-se, pela análise dos títulos, uma preponderância das críticas em relação às mudanças ocorridas na educação, em detrimento às melhorias ocorridas fruto dessas reformas.

Estes trabalhos abordaram, entre outros, os seguintes temas: as políticas de educação, os Planos Estaduais de Educação, as práticas de gestão do trabalho acadêmico e as reformas da educação superior no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A seção seguinte expõe a metodologia utilizada no presente artigo, definindo as etapas do estudo avaliativo ora desenvolvido. Na sequência, são respondidos os questionamentos formulados neste trabalho, em cada etapa planejada, seguidas das conclusões e recomendações.

Metodologia

Para este estudo, a metodologia utilizada seguiu as seguintes etapas: escolha do tipo de abordagem, definição dos aspectos que serão avaliados nos artigos, análise dos artigos com base na questão avaliativa formulada e emissão de parecer avaliativo.

Foi empregada a abordagem de natureza qualitativa, do tipo exploratória, que, de acordo com Severino (2007, p. 123), “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Na segunda parte, foi delimitado o escopo da investigação; desta forma, definiu-se que esta teria como foco a forma como foram tratados o problema, o objeto, o objetivo de estudo, o referencial teórico, a metodologia, os resultados e as recomendações nos artigos.

Na terceira parte, os aspectos foram analisados, destacando as características mais evidentes, de forma a definir o significado e importância de cada um no contexto da pesquisa/avaliação.

Na quarta parte, foi emitido um parecer avaliativo em relação a cada aspecto, no sentido de julgar até que ponto cada artigo possui características de avaliações profissionais, permitindo se integrar ao Estado da Arte da avaliação.

Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações, fruto das percepções obtidas.

Parecer Avaliativo

a) Problemas

Entender os motivos que levaram à avaliação é fundamental para um bom planejamento de avaliação. Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 270) afirmam que:

É importante compreender os motivos que levaram a avaliação. Na verdade, determinar seu propósito talvez seja a decisão mais importante que o financiador de uma avaliação vai tomar no decorrer de um estudo. E compreender esse propósito talvez seja a percepção mais importante que o avaliador pode ter. Se algum problema levou a decisão de avaliar ou se algum interessado exigiu algum estudo avaliatório, o avaliador precisa saber. WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK (2004, p. 270).

Em relação aos problemas, de uma forma geral, houve uma grande dificuldade de caracterizá-los, pois em nenhum dos artigos existe uma seção destinada, especificamente, a definição do problema. Mesmo assim, foi possível

perceber a existência de um problema, uma necessidade, uma demanda ou uma motivação em todos os artigos.

Contudo, todos os artigos pecam na qualidade de apresentação dos problemas, pois não houve a preocupação dos autores em esmiuçar o contexto em que se situavam e o que motivou ou implicou a realização da avaliação.

Tal deficiência pode trazer como consequências a existência de dúvidas sobre a real necessidade em realizar a avaliação, prejudica a clareza dos propósitos e das perguntas a resolver, dificulta na identificação dos interessados, além de impossibilitar uma melhor definição do objeto. Neste quesito, os artigos não atingiram a qualidade esperada no âmbito das metodologias avaliativas.

b) Objetos

De acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 305), “a definição dos limites é um passo fundamental para obter a visão clara do que é uma avaliação”. Nenhum estudo avaliativo deve ser realizado sem se preocupar com o detalhamento do programa a ser avaliado. Os limites do que vai ser avaliado devem ser definidos, seja o que for.

A descrição do programa é uma descrição dos elementos críticos do programa a ser avaliado. Essa descrição costuma incluir metas e objetivos, componentes e atividades críticas e descrições do público-alvo... O fator crítico da descrição de um programa é a necessidade de que seja detalhada o suficiente para servir de alicerce da avaliação e de base de atendimento comum das partes envolvidas. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK 2004, p. 306).

Foram analisados os objetos de 26 artigos relacionados às reformas educacionais e Plano Nacional de Educação. Os objetos de cada artigo foram destacados e, a seguir, agrupados, de forma a possibilitar uma melhor compreensão a respeito das semelhanças e diferenças, e no intuito de possibilitar a emissão de pareceres avaliativos. Em todos os artigos foi possível identificar o objeto, contudo em nenhum artigo há uma seção específica para definição destes.

Na Tabela 1 há um resumo sobre os objetos identificados nos artigos.

Tabela 1 – Objetos identificados

Objetos	Quantidade
Políticas de educação	3
Pesquisas relacionadas a reformas educacionais	3
Práticas de gestão do trabalho docente	3
Reforma da educação superior no governo FHC	3
Planos Estaduais de Educação	2
Reformas educacionais dos anos de 1990	2
As práticas de avaliação na Educação Superior	2
Educação de Jovens e Adultos no Brasil	2
PNE 2001-2010	2
Reformadores empresariais da educação	1
Os <i>rankings</i> na educação superior brasileira	1
Processo de Bolonha	1
Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), no governo Fernando Henrique Cardoso	1
Total	26

Fonte: O autor (2019).

Foi possível perceber 13 objetos diferentes, ou seja, há uma heterogeneidade nos objetos existentes. Dos 13 objetos identificados, pode-se destacar que 4 apareceram mais vezes (3 vezes): políticas de educação, pesquisas relacionadas à reformas educacionais, práticas de gestão do trabalho docente e reforma da educação superior no governo Fernando Henrique Cardoso.

Conclui-se que 5 objetos apareceram 2 vezes: Plano Estadual de Educação, reformas educacionais dos anos de 1990, práticas de avaliação na Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos no Brasil e Plano Nacional de Educação 2001-2010. Por fim, 4 objetos estão presentes em somente um artigo: reformadores empresariais da educação, rankings na educação superior brasileira, Processo de Bolonha e Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) no governo Fernando Henrique Cardoso.

De uma forma geral, tendo por base as características dos objetos, conclui-se que todos os artigos estão enquadrados no eixo temático de Políticas Públicas, na área de Educação, e atendem aos critérios de seleção de artigos da base e-AVAL.

Contudo, partindo do princípio de que estudos avaliativos profissionais se alicerçam em uma criteriosa descrição dos objetos, percebe-se que os 26 artigos não atenderam ao referido princípio; se ativeram, somente, a descrever seus

objetos de forma superficial. Neste quesito, os artigos não reúnem os requisitos esperados nas avaliações de qualidade.

c) *Objetivos*

Em trabalhos acadêmicos, os objetivos permitem definir o foco do trabalho a ser realizado, o delineamento do que se pretende atingir. A descrição de um objetivo claro e exequível evita que o pesquisador tome um rumo indesejado nas etapas da pesquisa, além de permitir que os leitores entendam do que se trata o artigo redigido. Desta forma, neste artigo foram analisados os objetivos dos artigos ora avaliados e algumas percepções ficaram evidentes.

De uma forma geral, na estrutura dos artigos não existe uma seção específica para a descrição de objetivos; estes são expostos no corpo do artigo, geralmente no resumo. Contudo, por mais que não fique clara a sua redação, é possível captar os objetivos traçados pelos autores em todos os artigos. Ficam evidentes os propósitos estabelecidos nos trabalhos, assim como onde se pretende chegar.

A descrição de um objetivo deve ter conexão com os objetos que serão investigados. Quanto a este aspecto, ficou evidente que os objetivos traçados tinham ligação direta com os objetos; em todos os artigos, na descrição dos objetivos, os objetos de estudo estavam presentes.

Ao extrair os objetivos presentes nos 26 artigos, um a um, organizar em tabelas, separar o verbo mais evidente que foi utilizado em cada objetivo e agrupá-los por categoria², pode-se concluir as ações principais delineadas pelos autores. A Tabela 2 sintetiza os verbos (no infinitivo) presentes nos objetivos.

Tabela 2 – Verbos presentes nos objetivos dos 26 artigos, por frequência de aparecimento

Categoria	Frequência de aparecimento
Verbos de conhecimento (abordar, vincular, mostrar, reunir, situar e apresentar)	8
Verbos de compreensão (discutir, examinar e contextualizar)	8
Verbos de análise (analisar e indagar)	7
Verbos de avaliação (avaliar)	3

Fonte: O autor (2019).

Da análise dos verbos presentes nos objetivos fica evidente que a ideia central dos artigos se resume, em sua maioria (61%), ao campo do

² Com base no sítio Guia da Monografia na *internet*, disponível em: <https://guiadamonografia.com.br/objetivo-geral-os-pontos-especificos-que-faltava-para-alcancar-o-topo/#TIPOS_DE_VERBOS_DOS_OBJETIVOS> Acesso em: 25 mar. 2019.

conhecimento e compreensão dos objetos que foram definidos pelos autores; não havia a pretensão, na maior parte dos artigos, de se chegar a resultados mais complexos e aprofundados. Os objetos foram investigados de forma mais superficial.

Somente 3, dos 26 objetivos (11%) utilizaram verbos de avaliação, o que mostra a pouco interesse dos autores em emitir um julgamento mais consistente a respeito das questões elaboradas no início da pesquisa. Apesar desta constatação, pela análise somente dos objetivos não há como, concluir, com exatidão, que os artigos em que aparecem o verbo “avaliar” em seus objetivos não podem ser considerados como uma avaliação.

Tendo em vista o baixo percentual de verbos de avaliação utilizados nos objetivos dos artigos analisados, reforçam-se indícios de que poucos artigos poderão ser considerados como avaliações profissionais, de forma a pouco contribuir para o estado da arte da avaliação, um dos propósitos do presente trabalho. Mesmo assim, tal conclusão somente poderá ser elaborada pela análise dos outros elementos, que são abordados nas demais seções; somente a partir de reunião e comparação de todos os indícios é possível emitir um juízo de valor mais conclusivo.

d) Referencial Teórico

A seleção de referenciais teóricos é uma etapa importante em um trabalho acadêmico, e deve ser feita com muito critério. Segundo Severino (2007, p. 131):

os referenciais teórico-metodológicos, ou seja, os instrumentos lógico-categoriais nos quais se apoia para conduzir o trabalho investigativo e o raciocínio. Trata-se de esclarecer as várias categorias que serão utilizadas para dar conta dos fenômenos a serem abordados e explicados. Muitas vezes essas categorias integram algum paradigma teórico específico, de modo explícito. Outras vezes, trata-se de definir bem as categorias explicativas de que se precisa para analisar os fenômenos que são objeto de pesquisa (SEVERINO, 2007, p. 131).

Os artigos analisados possuem um embasamento teórico relevante. Como o tema central dos artigos refere-se a reformas ocorridas na educação, fica evidente a consulta aos documentos (leis, decretos e normas em geral) editados pelo Governo Federal, pelos Estados Federativos ou pelos Municípios.

Em 20 artigos, os autores citaram atos normativos que regularam os diversos programas e políticas públicas no âmbito da educação brasileira. A consulta aos documentos públicos proporcionou um maior nível de confiabilidade nos dados coletados pois se tratavam de informações que foram auditadas por departamentos públicos, com reconhecida credibilidade.

O referencial teórico serve, também, como guia para a elaboração da metodologia a ser seguida pelo pesquisador. Desta forma, procurou-se nos

artigos referências ou teorias utilizadas pelos autores que embasassem metodologias para elaboração de estudos avaliativos. Nesta procura não foi identificado referencial teórico no campo de metodologias avaliativas. Diante de tal constatação, verifica-se, portanto, que os artigos não possuem embasamento teórico no campo da avaliação.

Esse aspecto indica que não houve o cuidado por parte dos autores em extrair, na vasta literatura sobre avaliação, o que existe de mais atual e relevante nesta área para dar sustentação aos seus trabalhos. Esses aspectos reforçam a suposição de que os artigos analisados não reúnem os fundamentos e teorias características de estudos avaliativos.

e) Metodologia

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31 a 41) são vários os tipos de pesquisas. Podem ser definidas quanto à abordagem, como qualitativas ou quantitativas; podem ser caracterizadas quanto aos objetivos, em exploratórias, descritivas ou explicativas; quanto aos procedimentos, em experimental, bibliográfica, documental, de campo, entre outras definições.

O planejamento de uma pesquisa científica deve ser cuidadosamente elaborado. Existem várias formas de desenvolver uma investigação científica, devido à diversidade de perspectivas epistemológicas e de enfoques diferenciados que se podem assumir no trato com os objetos pesquisados e eventuais aspectos que pretende destacar (SEVERINO, 2007, p. 118).

Aprofundando nas especificidades dos estudos avaliativos, percebe-se que na literatura acadêmica existe uma discussão a respeito das diferenças entre o que é pesquisa e o que é avaliação, sob o ponto de vista da metodologia utilizada em cada um. Além disso, na avaliação, o trato com o objeto assume um caráter particular. De acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 119-120):

A avaliação, ao contrário da pesquisa, não pode fixar os limites de sua esfera de ação; as questões da avaliação são definidas pelas necessidades do cliente e podem ser estruturadas de forma a exigir as ferramentas de várias disciplinas para respondê-las. Os avaliadores precisam ter a flexibilidade de usar a econometria para coletar um tipo de dado, a psicometria para coletar outro tipo, a sociometria para um terceiro e assim por diante. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 119 e 120).

Uma das características mais evidentes das avaliações está na ação que é exercida sobre objeto; a avaliação procura determinar o valor ou mérito do objeto ora avaliado, com base em critérios ou padrões, para fundamentar a tomada de decisões (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35).

A avaliação usa métodos de pesquisa e julgamento, entre os quais: 1) determinação de padrões para julgar a qualidade e concluir se esses padrões devem ser relativos ou absolutos; 2) coleta de informações relevantes; e 3) aplicação dos padrões para determinar valor, qualidade, utilidade, eficácia ou importância. Leva a recomendações cuja meta é otimizar o objeto de avaliação em relação a seu(s) propósito (s) futuro (s). (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35-36).

Na análise dos 26 artigos, em relação à metodologia empregada, algumas percepções ficaram evidentes. Um aspecto que chama a atenção é que em nenhum dos artigos há uma seção específica destinada à definição dos aspectos metodológicos que foram utilizados; de qualquer forma, percebe-se que a pesquisa do tipo documental prevaleceu diante dos outros tipos de pesquisa. Tal ocorrência é explicada pela categoria em que os artigos estão enquadrados; estão inseridos no contexto da avaliação de políticas públicas, especificamente nas reformas educacionais, em que é necessária a consulta a documentos oficiais.

No que diz respeito às evidências existentes nos artigos, que indicam características próprias de estudos avaliativos, foi analisado o trato dos objetos pesquisados em cada um dos artigos. Do trabalho realizado, não foi identificado nenhum artigo que tenha definido uma metodologia no intuito de descobrir o valor do objeto; os artigos exploraram os objetos no sentido de gerar conhecimento científico.

Em relação à abordagem, os artigos somente explicitaram a forma como realizaram a coleta e o tratamento dos dados, característico nas pesquisas. Em nenhum dos artigos é definido o tipo de abordagem avaliativa, que é comum nos estudos avaliativos. Além disso, fica evidente que os artigos têm como meta a satisfação da curiosidade do investigador, sem um foco voltado para a solução de determinado problema, ou análise do impacto esperado, o que seria relevante, sob o ponto de vista da avaliação, por ter como pano de fundo as políticas públicas no âmbito da educação.

De uma forma geral, tendo como referência as diferenças existentes entre pesquisas e avaliações, no que diz respeito à metodologia utilizada no tratamento dos objetos, é possível afirmar que os aspectos metodológicos presentes nos artigos estão mais identificados com as particularidades das pesquisas do que das avaliações.

f) Resultados

Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 566 e 567), a apresentação dos resultados da avaliação é uma seção importante do relatório de avaliação e deve ser rica em detalhes. Segundo este autor:

A interpretação dos resultados é tão importante quanto sua apresentação. Afinal de contas, a avaliação depende da capacidade de o avaliador perceber e interpretar a realidade. A interpretação de dados não deve ser uma atividade informal nem negligente. Deve, pelo contrário, ser um processo meticuloso, tão público quanto possível graças à lista cuidadosa feita pelo avaliador de todo o conteúdo e dos passos seguidos para chegar aos julgamentos e recomendações particulares apresentados. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 567).

Nesse sentido, os resultados dos artigos, objeto deste estudo avaliativo, foram analisados. De uma forma geral, percebe-se que os artigos apontam os resultados apurados na investigação, contudo, verifica-se que os artigos não trazem uma maior riqueza de detalhes, que possibilitaria uma análise mais aprofundada do objeto. Fica evidente que os resultados aparecem de forma superficial e surgem no contexto de uma discussão ou reflexão realizada pelo autor; percebe-se pouca objetividade na forma de abordar os resultados e as evidências reunidas não servem para embasar o julgamento formado, servem simplesmente para alimentar as discussões.

Além disso, não foram encontradas seções específicas para a apresentação dos resultados. Dessa forma, observa-se que são encontrados resultados em diversas seções, como, por exemplo, aquelas destinadas às conclusões, às considerações finais, entre outras seções. Tal aspecto indica falta de clareza na informação dos resultados e enfraquece o potencial de divulgação aos interessados.

Uma boa comunicação é essencial se o avaliador quiser entender as origens e o contexto de uma avaliação, trazer a tona perguntas e critérios dos interessados, chegar a acordos com clientes sobre o plano de avaliação, lidar com os aspectos políticos e interpessoais dos estudos avaliatórios, manter relações e o protocolo durante a coleta de dados e assim por diante. Mas em parte alguma a clareza da comunicação é mais crucial do que durante a preparação do relatório. A qualidade dessa comunicação vai determinar se a mensagem do avaliador é transmitida de forma clara ou truncada. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 571).

Elliot (2012, p. 951), ao fazer considerações a respeito da qualidade das avaliações, afirma que bons relatórios de avaliação devem “apresentar comunicações e relatórios que descrevam claramente o que foi realizado”. Sendo assim, percebe-se que este princípio não foi devidamente perseguido, o que sugere que os artigos, neste quesito, não respeitaram a metodologia de avaliação.

Em relação à forma como foram apresentados os dados coletados, há preponderância da análise quantitativa, em detrimento de uma análise mais

qualitativa. Não foram identificadas aplicações de padrões de avaliação nos dados quantitativos coletados, nem sequer pode-se afirmar que as conclusões chegadas, com base na tabulação dos dados, levaram em consideração algum critério avaliativo específico, de forma a uniformizar os resultados e permitir comparações. Estas ausências impactam negativamente a qualidade dos artigos, no contexto do Estado da Arte da Avaliação.

Outro aspecto que foi alvo de análise, foi a relação dos objetos com os resultados. Observa-se que os resultados apresentados têm conexão com as questões elaboradas pelos autores, e os objetos foram investigados de fato. Por outro lado, explorando os resultados, surgem evidências claras que a relação dos objetos com os objetivos traçados não tinha como foco a realização de uma avaliação, no sentido de julgar o valor ou mérito do objeto. Os resultados fornecem indícios que os autores somente se propuseram a realizar uma discussão mais ampla, e os dados coletados serviram como suporte às críticas e demais pareceres subjetivos.

g) Recomendações

Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 562 e 563), ao abordar os ingredientes de um bom relatório escrito, descrevem as seções que devem ser apresentadas. Dentre os itens do relatório, estes autores enfatizam a relevância da seção “recomendações”, geralmente componente de um capítulo a parte, ao final do relatório.

Nos artigos analisados, não foram encontrados capítulos que tratam, especificamente, sobre as recomendações. No entanto, é possível afirmar que os autores realizam recomendações, em função dos resultados que foram apresentados. Há, claramente, recomendações em todos os artigos.

Por outro lado, de acordo com metodologia de avaliação defendida por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 567), espera-se que os avaliadores façam as recomendações necessárias em decorrência do julgamento da qualidade do objeto da avaliação. Nesse ponto, como já foi abordado em seção anterior deste parecer avaliativo, os artigos pecam na ação que é exercida nos objetos; não tem o foco de julgar o valor e o mérito dos mesmos.

Em decorrência dessa deficiência, apesar de nos artigos estarem presentes recomendações, percebe-se que estas não têm como intuito um aperfeiçoamento dos objetos investigados. Eles não sugerem ações futuras, se fixam no que ocorreu no passado. Não há, por exemplo, indicações de como as políticas públicas tratadas podem ser aperfeiçoadas; não auxilia na tomada de decisão por parte dos agentes governamentais, nas diferentes esferas de atuação.

Assim sendo, em relação à apresentação das recomendações, os artigos analisados não atendem aos requisitos comumente utilizados em metodologias de avaliação e indicam baixa qualidade neste aspecto.

Conclusões e Recomendações

Este estudo avaliativo se propôs a avaliar 26 artigos da base e-AVAL, no intuito de reunir indícios e evidências de forma a julgar a qualidade dos mesmos, de verificar se reúnem os requisitos esperados em metodologias para avaliação, de acordo com a literatura acadêmica, e de julgar se os artigos se integram ao Estado da Arte da Avaliação.

De tudo o que foi apurado, de maneira a formular um parecer global sobre a forma como foram apresentados os aspectos selecionados para este estudo avaliativo, foi elaborado o Quadro 2, que apresenta um resumo sobre o atendimento à qualidade esperada em cada um desses aspectos, na perspectiva das metodologias avaliativas. No referido quadro, foi utilizada a seguinte legenda: “A/P”, quando o aspecto atendeu parcialmente; e “A/T”, quando o aspecto atendeu totalmente. Quando o aspecto não atendeu a qualidade esperada, a célula foi preenchida com um traço na horizontal (“-”).

Quadro 2 – Qualidade percebida em cada um dos aspectos analisados

Nº	Aspectos analisados						
	Problema	Objeto	Objetivo de estudo	Referencial teórico	Metodologia	Resultados	Recomendações
1	-	-	-	-	-	A/P	-
2	-	-	-	-	-	A/P	-
3	-	-	-	-	-	A/P	-
4	-	-	-	-	-	A/P	-
5	-	-	-	-	-	A/P	-
6	-	-	-	-	-	A/P	-
7	-	-	-	-	-	A/P	-
8	-	-	A/T	-	-	A/P	-
9	-	-	-	-	-	A/P	-
10	-	-	-	-	-	A/P	-
11	-	-	A/T	-	-	A/P	-
12	-	-	-	-	-	A/P	-
13	-	-	-	-	-	A/P	-
14	-	-	-	-	-	A/P	-
15	-	-	-	-	-	A/P	-

16	-	-	-	-	-	A/P	-
17	-	-	A/T	-	-	A/P	-
18	-	-	-	-	-	A/P	-
19	-	-	-	-	-	A/P	-
20	-	-	-	-	-	A/P	-
21	-	-	-	-	-	A/P	-
22	-	-	-	-	-	A/P	-
23	-	-	-	-	-	A/P	-
24	-	-	-	-	-	A/P	-
25	-	-	-	-	-	A/P	-
26	-	-	-	-	-	A/P	-

Legenda: A/P – Atende Parcialmente; A /T– Atende Totalmente.

Fonte: O autor (2019).

Em relação ao objetivo de estudo, os artigos 8, 11 e 17 atenderam totalmente a qualidade esperada, pois utilizaram o verbo avaliar na redação dos objetivos, o que indicou, claramente, a intenção de realizar uma avaliação.

Já nos resultados produzidos nos artigos, a qualidade esperada nestes foi parcialmente atendida. Em todos os artigos foram apresentados resultados com informações relevantes, fruto da investigação realizada, que definiram o estado dos objetos e permitiram a elaboração de conclusões. Contudo, por se tratarem de avaliações, esperava-se resultados mais sofisticados, que permitissem julgar o mérito e o valor dos objetos, no intuito de permitir melhoria da qualidade dos mesmos, fato este que não ocorreu.

Desta forma, chega-se às seguintes conclusões:

a) a metodologia utilizada nos artigos está mais próxima das metodologias empregadas nas pesquisas do que nas avaliações, de acordo com a literatura acadêmica;

b) percebe-se, de forma geral, uma baixa qualidade na apresentação dos aspectos avaliados neste estudo, em relação ao que se espera em estudos avaliativos;

c) de todos os artigos analisados, mesmo que de forma mínima, somente três artigos (os de nº 8, 11 e 17) apresentaram um aspecto (objetivo de estudo) em que a atendeu totalmente os requisitos esperados nas avaliações;

d) a forma de apresentação dos resultados em todos os artigos atendeu parcialmente a qualidade esperada.

Diante do que foi analisado e das informações coletadas, e em resposta ao objetivo e questão avaliativa formulada neste estudo avaliativo, é possível

emitir o seguinte parecer avaliativo: os 26 artigos tem como pano de fundo uma avaliação e se propuseram, de certa forma, a avaliar determinado objeto. Contudo, não se utilizam de uma metodologia específica para avaliação, de acordo com a vasta literatura voltada às avaliações; estes artigos se utilizam de metodologia comumente empregada em pesquisas.

Apesar de os artigos estarem situados no contexto do Estado da Arte das Avaliações, estes deixam a desejar na qualidade esperada em avaliações profissionais. Os artigos podem, perfeitamente, compor a base de dados e-AVAL, pois possuem os requisitos necessários da referida base.

Além disso, todos os artigos pertencem ao eixo temático das políticas públicas, no que diz respeito às reformas educacionais e PNE, sem contudo, terem como foco a avaliação.

De forma a aperfeiçoar artigos existentes nas diversas bases de dados da comunidade acadêmica, que se propõem a realizar avaliações, sugere-se a utilização de referencial teórico voltado para metodologia de avaliações, conforme teorias e autores existentes na literatura.

Além disso, há necessidade, cada vez maior, de definir os limites e diferenças entre avaliação e pesquisa, e estas questões devem, rotineiramente, ser alvo de discussões, com o intuito de evitar que trabalhos acadêmicos sejam desqualificados por descuidos ou desconhecimento das metodologias que amparam cada uma das áreas.

Referências

DOURADO, L. F. *Plano nacional de educação: Política de estado para a educação brasileira*. Brasília: Inep, 2016. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+-+Pol%C3%Adtica+de+Estado+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>>. Acesso em: 24 Mar. 2019.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Jun. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, agosto, 2002, p. 257-272. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 8 Abr. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf>. Acesso em: 27 Mar. 2019.

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227152, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400207&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2019.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

APÊNDICE E - PARECER AVALIATIVO DE FLAVIA GIFFONI

Estado da Arte da Avaliação
Parecer Avaliativo
Categoria do Eixo Avaliação de Políticas Públicas
Políticas de Formação e de Avaliação de Professores

PARECER AVALIATIVO: CATEGORIA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO EIXO TEMÁTICO POLÍTICAS PÚBLICAS, PUBLICADAS ENTRE 2003 E 2017

Introdução

As políticas públicas são programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado e que visam garantir os direitos assegurados constitucionalmente aos cidadãos. Segundo afirma Jannuzzi (2016, p.14), política pública é “um conjunto de decisões tomadas por instituições de Estado com objetivo de solucionar um problema ou promover um objetivo comum desejado pela sociedade”.

A Constituição Federal de 1988, afirma em seu Art. 6º que a educação é um direito social, portanto é alvo das políticas públicas. Assim, tudo que o governo faz ou deixa de fazer em prol da educação é considerado uma política pública educacional (OLIVEIRA, 2010). As ações voltadas para a formação de professores também estão inseridas nas políticas educacionais e são “um ponto fundamental no escopo das ações que um governo promove em busca das mudanças e/ou melhorias na educação escolar.” (INEP, 2017, p. 15).

A partir da década de 80, ampliaram-se as discussões sobre a profissionalização do professor, sua formação e conhecimento docente (SZTAJN; BONAMINO; FRANCO, 2003). Na década de 90, considerada a “década da educação”, surgem inúmeras propostas de formação docente no País como alternativa para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e de qualidade, que viabilize a mobilidade social (SILVA; SANTOS, 2003). Da mesma forma, surgem políticas públicas, principalmente relacionadas à formação inicial e continuada de professores, relacionadas à melhoria da educação.

A participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, evidencia a preocupação em satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, universalizar o acesso à educação, promover a equidade, concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de ação da educação básica e fortalecer alianças. (COSTA; ANDRADE, 2016, p. 51).

A promulgação da Lei nº. 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, estabelece oficialmente as diretrizes e bases da educação nacional e regulamenta a formação necessária dos profissionais da educação para atuação nos diversos níveis de ensino e o incentivo à educação continuada. No entanto, “a formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil.” (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011, p. 11).

Posteriormente, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996; a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por meio da Medida Provisória nº 339/2006, em substituição ao Fundef; o lançamento, em 2007, do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação por meio do Decreto nº 6.094/2007; e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); foram algumas iniciativas que visaram garantir o desenvolvimento da educação e sua qualidade.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, estabelece metas de valorização dos profissionais de educação (metas 15 a 18) e metas de expansão das modalidades de formação continuada (metas 12 a 16).

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PNE, 2014, meta 15).

Este estudo caracteriza-se por elaborar uma análise dos artigos publicados, sob inspiração metodológica característica de Estados do Conhecimento (ou Estado da Arte), entendendo que estes trabalhos consistem em um “Inventário descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema investigado” (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004, p. 8). Teve como objeto de estudo nove artigos, pertencentes à categoria Formação de Professores do Eixo Temático Avaliação³ de Políticas Públicas, publicados na base de dados do

³ O eixo temático é uma classificação realizada pelos pesquisadores do e-AVAL.

e-AVAL⁴. E, a partir dos artigos coletados, seu objetivo foi analisar o estado da arte da avaliação.

Aqui são apresentadas as etapas da análise, assim como os resultados obtidos, que contribuíram para responder à questão norteadora deste estudo: em que medida os artigos da categoria Formação de professores do eixo avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da avaliação?

Procedimentos Metodológicos

Para realização deste estudo foram analisados nove artigos do eixo temático Políticas Públicas, pertencentes à categoria Formação e/ou avaliação de professores. Os artigos analisados pertencem ao banco de dados do e-AVAL e seguem critérios de delimitação do campo de pesquisa à área da Educação, a existência do vocábulo “Educação” dentre as palavras-chave e a presença do vocábulo “Avaliação” e suas derivações no título do artigo. Isto posto, os insumos relacionados no Quadro 1 permitiram investigar o estado da arte da avaliação no eixo temático e categoria delimitados.

Quadro 1 – Relação dos artigos analisados

Ordem	Título	Autor	Ano
1	Formação docente nos <i>surveys</i> de avaliação educacional.	SZTAJN, Paola; BONAMINO, Alícia e FRANCO, Creso.	2003
2	Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização.	FREITAS, Helena Costa Lopes de.	2003
3	Políticas de Avaliação Docente: tendências e estratégias	RODRIGUES, Suely da Silva.	2012
4	Avaliação da formação continuada no Estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso.	SILVA, Angela Carrancho da; SANTOS, Sandra Maria dos.	2013
5	Os conflitos na relação avaliação e qualidade da educação	CAPPELLETTI, Isabel Franchi.	2015
6	Reflexões sobre Relações entre Currículo, Avaliação e Formação de Professores na Área de Educação Matemática	PIRES, Célia Maria Carolino.	2015
7	Balanço das avaliações municipais do plano de ações articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR	SOUZA, Donaldo Bello de; BATISTA, Neusa Chaves.	2016

⁴ e-AVAL é um banco de dados fruto de um projeto de pesquisa que vem sendo realizado por pesquisadores e mestrandos do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Tem por objetivo investigar, por meio de um processo estruturado de busca em bases eletrônicas de dados, o “estado da arte” da área da Avaliação. Fonte: <http://mestrado.fge2.com.br/aval/site/page?view=sobre>

8	Políticas docentes e qualidade da educação: uma revisão da literatura e indicações de política	BAUER, Adriana; CASSETTARI, Nathalia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de.	2017
9	Trabalho docente e educação integrada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco	SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da.	2017

Fonte: A autora (2019).

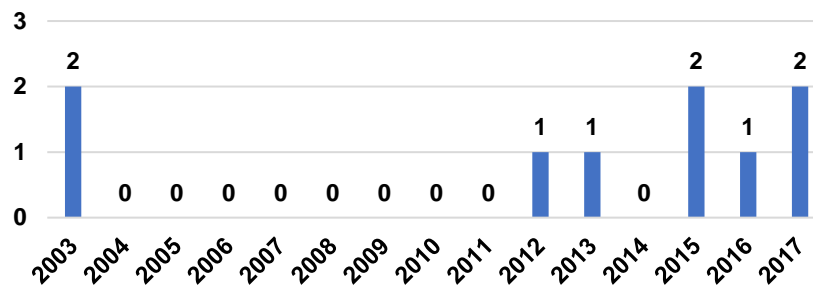
Partindo do conceito de avaliação definido por Scriven (1967 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35), a avaliação pretende determinar “o valor ou mérito de um objeto de avaliação (seja o que for que estiver sendo avaliado)”; buscou-se analisar se os artigos disponíveis na base dados tratavam-se de avaliações. Para isso, utilizou-se como critério a presença de elementos metodológicos que caracterizam uma avaliação. Conforme Elliot (2015, p.1) uma proposta de avaliação exige do avaliador o domínio “de competências técnicas específicas relativas à metodologia da avaliação e as de elaboração de um planejamento claro, aquedado e viável, de modo a orientar o desenvolvimento de atividades avaliativas”.

Elliot (2015) propõe um roteiro de planejamento, que contempla os elementos essenciais, com o objetivo de estruturar propostas ou projetos de avaliação. Portanto, buscou-se identificar nos artigos selecionados a presença dos elementos: problema, objeto, objetivo, referencial teórico, metodologia, resultados e recomendações; de modo a verificar sua adequação à metodologia avaliativa.

Análise dos Artigos

Inicialmente foi realizada uma análise temporal das produções realizadas. Verificou-se que os artigos analisados estão distribuídos entre os anos de 2003 e 2017, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos artigos por ano



Fonte: A autora (2019).

Ao observar o Gráfico 1 percebe-se que não houve uma regularidade, mas sim picos de produção de artigos na categoria analisada. Existe um lapso temporal sem produções sobre o tema, o que sugere uma carência de elementos que incentivem a produção. Pode-se considerar estes elementos como as próprias políticas, pois existe uma grande preocupação em se avaliar mestrandos e instituições, porém não se avaliam os professores com tanta frequência.

Gatti, Barretto e André trazem dados que confirmam esta ideia e ressaltam a importância das políticas voltadas aos docentes.

Mapeamento recente das pesquisas dos pós-graduandos brasileiros (ANDRÉ, 2010) mostrou que as políticas docentes não eram objeto de interesse dos pesquisadores nos anos de 1990 e continuam sendo muito pouco investigadas. No período de 1999 a 2003, de um total de 1.184 pesquisas, apenas 53 (4%) se voltavam para esse tema. Daí a importância de fazer um balanço das políticas voltadas aos docentes no Brasil e discutilas. (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011, p. 15).

a) *Tipo de produção*

Posteriormente os artigos foram classificados quanto ao Tipo de Produção e Nível Educacional. Quanto ao tipo de produção, os artigos analisados estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 – Classificação quanto ao Tipo de produção

Tipo de produção	Nº de artigos
Resultado de pesquisa	5
Teórico	3
Relato de experiência	1
Total	9

Fonte: A autora (2019).

Observa-se que a maioria dos artigos estão classificados como resultado de pesquisa. Isto aponta que existe uma preocupação dos autores em investigar, coletar dados e trazer resultados que contribuam com melhorias. Ao coletar as palavras-chave dos artigos é possível confrontá-las com as maiores preocupações destes autores. Ao criar uma nuvem de palavras com as palavras-chave dos artigos são evidenciadas as mais citadas, conforme Figura 1.

Figura 1 – Palavras-chave



Fonte: A autora (2019).

Dentre os artigos analisados, seis fazem referência aos professores, seja como “formação de professores”, “avaliação de professores” ou “formação docente”.

b) Nível educacional

Quanto ao nível educacional, os artigos estão distribuídos em:

Tabela 2 – Níveis educacionais abrangidos nas produções

Nível educacional		Nº
Educação básica	Ensino fundamental	9
	Ensino médio	4
Educação superior		2

Fonte: A autora I (2019).

Percebe-se que todos os artigos abordam o ensino fundamental e alguns abordam exclusivamente ensino médio e/ou superior. Desta forma, alguns artigos contemplam mais de um nível educacional em seu estudo.

A predominância de produções relacionadas ao ensino fundamental reflete a concentração das políticas de formação de professores de educação básica.

[...] as políticas de formação de professores ganharam força e visibilidade nas últimas décadas em decorrência da concepção de que representam uma ação fundamental para a melhoria da educação básica. Desde 2007, a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/2007), o Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – que assumiu a condição de agência responsável pela proposição e desenvolvimento de ações para a formação de professores da educação básica – fizeram investimentos vultosos em programas e projetos com vistas à qualificação e valorização da docência. Foram focos desses investimentos a formação inicial e a formação continuada, nas modalidades presencial e a distância. (INEP, 2017, p. 15).

c) *Problema*

Em todos os artigos foi observada a existência de um problema ou situação-problema, necessidade ou motivação para realização do estudo. No entanto, nenhum realizou tal descrição em seção específica.

Tabela 3 – Motivo para realização do estudo

Motivo	Nº
problema ou situação-problema	5
necessidade	2
motivação	2

Fonte: A autora (2019).

As informações sobre os motivos para realização do estudo corroboram com a hipótese da existência de uma preocupação dos autores em investigar, visto também a predominância de produções classificadas como Resultados de pesquisa. Os artigos que apresentam uma necessidade foram classificados como do tipo teórico.

d) *Objeto*

Outro dado observado nos artigos foi o objeto. Verificou-se que todos artigos analisados descrevem seu objeto, no entanto não possuem uma seção específica para esta indicação. De modo geral, a descrição é realizada na parte inicial do artigo ou na introdução.

Percebeu-se que alguns artigos possuíam um objeto específico a ser investigado ou fenômeno, aqui compreendido como um acontecimento passível de observação, uma política pública que se efetivou.

O Artigo 2 destaca em seu estudo a análise de um fenômeno, ou seja, um acontecimento que pode ser observado e analisado.

Para esta análise foi considerado o Programa Toda Criança Aprendendo, orientador da política de formação continuada e da certificação de professores, que oferece as diretrizes para a criação das matrizes de competência e da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. (FREITAS, 2003, p. 1.095).

Já os demais artigos possuíam objetos mais abrangentes, mas contemplavam em seu escopo a formação docente. Um exemplo é o Artigo 8, que se propõe a discutir as dimensões relacionadas às políticas docentes no Brasil: atratividade, formação, retenção e avaliação (BAUER; CASSETTARI; OLIVEIRA, 2017).

Assim, pode-se classificar este dado em duas classes: objetos abrangentes e fenômenos específicos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Classe do objeto de estudo

Objetos abrangentes	Fenômenos específicos
Políticas públicas de avaliação docente.	Os surveys educacionais Saeb e Naep.
Políticas públicas de avaliação continuada.	Programa Toda Criança Aprendendo.
Avaliação educacional e qualidade da educação.	Plano de Ações Articuladas (PAR)
A tríade currículo, avaliação e formação de professores.	O processo de implementação do ensino médio integrado em escolas técnicas estaduais da rede de ensino de Pernambuco e as condições de trabalho docente.
As dimensões relacionadas às políticas docentes no Brasil: atratividade, formação, retenção e avaliação.	

Fonte: A autora (2019).

É possível perceber que os artigos analisados apresentam equilíbrio nas propostas dos seus objetos. Desta forma, existe uma preocupação com ambos os vieses, tanto em explorar as políticas públicas como em avaliar sua aplicação em projetos executados ou em execução. Percebeu-se ainda que, os artigos

classificados como fenômenos específicos possuem objetos que são passíveis de avaliação.

e) *Objetivo*

Foram também contemplados dados sobre os objetivos do estudo. Neste caso todos os artigos informam o objetivo do estudo, no entanto nenhum utiliza uma seção específica para explicitá-lo. Em geral, a informação sobre o objetivo está descrita no resumo do artigo, mas, há casos em que a descrição ocorre somente na introdução.

É possível, no entanto, destacar dentre os artigos analisados um caso que apresenta mais de um objetivo. O Artigo 4 informa no resumo que

seu objetivo foi avaliar as políticas públicas de educação continuada, delineadas nas ações de formação de professores da rede municipal, especificamente as ações de alfabetização, etapa considerada crítica por avaliações anteriores. (p.269).

Já na introdução o autor descreve que “o objetivo deste trabalho foi avaliar as possíveis causas do insucesso em uma turma de alfabetização (Primeiro Ciclo) de uma Escola Municipal de primeiro e segundo ciclos da rede de Niterói”. (p. 271).

Neste caso, uma forma de compreender a presença de mais de um objetivo foi recorrer à Taxonomia de Bloom⁵. Para realização desta análise considerou-se o objetivo que compreende maior grau de complexidade.

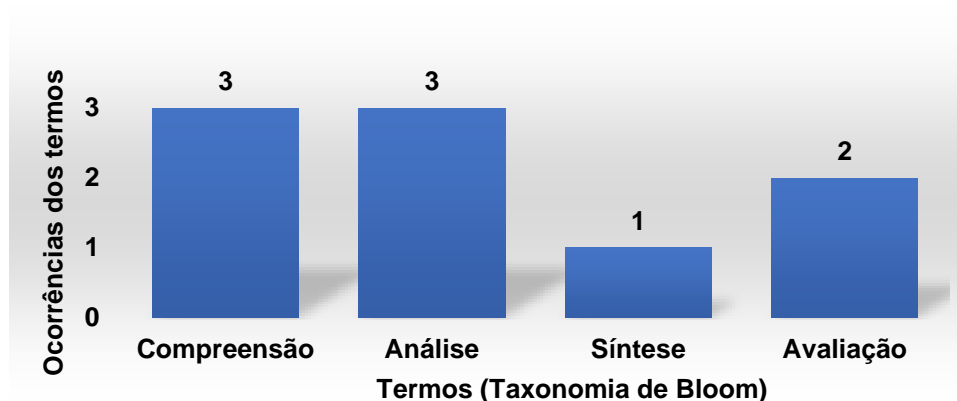
Também se observou que o Artigo 2 descreve seu objetivo identificando-o equivocadamente como objeto “Como se configuram as políticas de formação neste novo governo, diante desse quadro? Conseguem romper com esta lógica? Este é o objeto do presente artigo.” (p. 1097). Neste caso, considerou-se para a realização deste estudo estas perguntas como objetivo.

No decorrer da análise identificou-se que todos os artigos classificados como “fenômeno específico” apresentaram como objetivo a análise e o mapeamento (que é uma ação decorrente da análise). Tal relação é possível, pois quando se consideram os níveis cognitivos propostos por Bloom,

mapeamento e análise são níveis que antecedem a criação e a avaliação. Sendo assim, ao analisar estes fenômenos, políticas ou projetos que estão sendo executados, os autores podem contribuir com o aperfeiçoamento dos projetos ou políticas e recomendar melhorias.

Os termos presentes nos objetivos, assim como sua ocorrência estão explicitados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Ocorrência dos termos nos objetivos propostos pelos artigos analisados (Taxonomia de Bloom)



Fonte: A autora (2019).

A Taxonomia de Bloom estabelece os seis níveis cognitivos. Organizado de forma hierárquica, geralmente são apresentados em forma de pirâmide. Do menor para o maior nível cognitivo, tem-se conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese/criação e avaliação (FILATRO, 2009).

Todos os artigos analisados abordam a formação de professores e, apesar de possuírem objetivos específicos de estudo, estes convergem para a mesma temática.

f) Referencial teórico

Em relação ao referencial teórico, oito dos nove artigos analisados apresentaram referencial teórico, no entanto não houve uma seção específica para esta descrição. Apenas um dos artigos analisados não apresentou o referencial teórico. Percebeu-se esta ausência no único artigo que é classificado como “Relato de experiência”. Neste caso, há um enfoque no relato da atuação do grupo de pesquisa e suas contribuições em projetos inseridos em políticas públicas.

A seção de revisão da literatura tem o propósito de evidenciar que o autor do projeto de pesquisa está atualizado com os avanços científicos mais recentes no tema ou temas associados à sua pesquisa. (SORDI, 2017, p. 39).

Observou-se que três referências idênticas foram utilizadas em artigos distintos. Percebeu-se este acontecimento em dois momentos: dois artigos que abordavam a “formação de professores” e dois artigos que abordavam a “avaliação de professores/docentes”. Outros sete autores forneceram embasamento em mais de um artigo. Nóvoa teve sua contribuição destacada em quatro artigos; enquanto Freitas e Perrenoud foram citados em três artigos. A LBD também forneceu sustentação em quatro artigos. As demais referências são específicas e direcionadas ao objeto de estudo.

O quantitativo de ocorrências relacionadas ao referencial teórico é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativo de ocorrência relacionadas ao referencial teórico

Referencial teórico	Artigos									Nº
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
NÓVOA, A. 1992 e 2004.	X			X			X	X		4
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 1996.		X				X		X	X	4
FREITAS, L.C. 2000, 2001 e 2012.		X			X				X	3
PERRENOUD, P. 1993, 1999 e 2000.	X		X	X						3
ARROYO, M. <i>Ofício de mestre</i> (imagens e auto-imagens). Petrópolis: Vozes, 2001.	X	X								2
DARLING-HAMMOND, L. 2002 e 2007.			X					X		2
FERNANDES, D. <i>Avaliação do desempenho docente: desafios, problemas e oportunidades</i> . Lisboa: Texto Editores, 2008.			X					X		2
INGERSOLL, R. M. 1999 e 2011.	X							X		2
OLIVEIRA, R. P. 2000 e 2007.						X		X		2
TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. <i>Educação e Sociedade</i> , v. 21, n. 73, p.209-244, dez. 2000.	X	X								2

Fonte: A autora (2019).

Percebe-se que os autores referenciam uma literatura relevante e recorrem a referenciais comuns para fundamentar teoricamente seus estudos,

que sugere a aderência das produções acadêmicas à categoria de formação de professores que está sendo investigada.

g) Metodologia

A NBR 6022 estabelece um sistema para a apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa. Conforme a norma, a estrutura exigida é a presença de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. A metodologia não é informada como um elemento obrigatório em artigos acadêmicos. Assim, fica a critério da revista especificar quais outros elementos o artigo deve contemplar e as normas para publicação.

Entretanto, a apresentação dos procedimentos metodológicos permite, ao leitor, uma percepção nítida de como se pretende conduzir a avaliação.

Os procedimentos incluem, de modo pertinente, a abordagem, as questões avaliativas, as categorias, indicadores e padrões componentes do quadro de critérios, os instrumentos usados e sua relação com as questões avaliativas e os elementos do quadro de critérios necessários ao julgamento dos resultados, o processo de coleta de dados situado no tempo e no espaço, o tratamento e a análise desses dados, os critérios de julgamento aplicados aos resultados, as limitações que porventura surgiram durante o processo global e impediram que o estudo não fosse plenamente realizado. (ELLIOT; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 42).

Assim, na análise dos artigos buscou-se identificar a presença dos elementos relacionados aos procedimentos metodológicos citados pelas autoras Elliot, Rodrigues e Silva (2016). O Quadro 4 apresenta os aspectos metodológicos observados por tipo de produção.

Quadro 4 – Aspectos metodológicos observados por tipo de produção

Art	Tipo de produção	Método	Se	Ab av	Q av	Cr j	Ins	An	Lim
1	Resultado pesquisa	Análise comparativa /documental (Qualitativo)	S		X		X	X	X
2	Teórico	Não informado.	N		X				X
3	Teórico	Não informado.	N						
4	Resultado pesquisa	Estudo exploratório (Qualitativo)	S		X	X	X	X	X
5	Teórico	Não informado.	N						
6	Resultado pesquisa	Estudo descritivo (Quanti-Quali)	N						X
7	Relato de experiência	Teórico (Qualitativo)	N						
8	Resultado pesquisa	Não informado.	N					X	
9	Resultado pesquisa	Análise documental de entrevistas e questionário	N		X		X	X	X

Legenda: Se = Seção específica; Ab av = Abordagem avaliativa; Q av = Questões avaliativas; Cr j = Critérios para julgamento; Ins = Instrumento de coleta de dados; An = Análise de dados; Lim = Limitações.

S=sim; N=não; X=observado.

Fonte: A autora (2019).

Os artigos cinco artigos classificados como resultado de pesquisa apresentam a descrição e alguns dos elementos relativos aos procedimentos metodológicos. Sendo que, destes, apenas os artigos um e quatro possuem seção específica destinada à esta informação. Observou-se que os artigos que apresentam estas informações em local específico, fornecem informações detalhadas e descrevem as etapas da avaliação:

A primeira etapa consistiu na revisão de literatura especializada sobre a formação de professores e sobre a capacitação em serviço de professores na esfera pública. [...] A segunda etapa do estudo consistiu em uma busca mais pormenorizada dos objetivos a que o estudo avaliativo se propunha. [...] Nessa etapa, foram elaborados, validados e aplicados os instrumentos de medida, preparados para esse estudo. (Artigo 4 - SILVA; SANTOS, 2013, p.275-276).

O artigo classificado como relato de experiência apresenta alguns elementos, porém não possui seção específica. Estes apresentam brevemente como ocorrerá o estudo, como descrito no Artigo 7:

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, pautado no exame de referências sobre as pesquisas teórico-empíricas relativas às avaliações municipais da política nacional PAR, publicadas no país no período 2007-2012. (SOUZA; BATISTA, 2016, p. 107)

Já os artigos dois, três e cinco, classificados como teóricos, informam poucos ou nenhum elemento relativo à metodologia.

A análise indica que os artigos que apresentam resultado de pesquisa são os que melhor detalham os procedimentos metodológicos que serão realizados, conforme Artigo 4 e Artigo 9, respectivamente:

Neste artigo; são apresentados os resultados oriundos das observações e das entrevistas realizadas para o mencionado estudo. Foram desprezados, embora citados na metodologia, os resultados obtidos através dos questionários aplicados e dos Termos de Acompanhamento analisados. Todos os resultados contribuíram para responder a questão norteadora do estudo: que aspectos podem estar contribuindo para o insucesso dos mestrandos da turma avaliada? (SILVA; SANTOS, 2013, P.271).

Dentre os procedimentos metodológicos adotados, tivemos a análise documental e a análise de conteúdo a partir da hermenêutica-dialética (MINAYO, 2004) de entrevistas semiestruturadas com 11 sujeitos, sendo 10 docentes das escolas técnicas estaduais (ETE) e 1 líder sindical. (SILVA; SILVA, 2017, p. 239).

Observou-se que todos os artigos apresentam delineamentos qualitativos, que conforme Gunther (2006) compreendem: estudos de caso, análise de documentos, pesquisa-ação, pesquisa de campo, experimento qualitativo e avaliação qualitativa.

A predominância de métodos qualitativos sugere que os estudos realizados têm como foco a “qualidade”, seja na formação dos professores, seja na avaliação docente, temas predominantes nos artigos analisados.

h) Resultados

Todos os artigos classificados como “Resultado de Pesquisa” e “Relato de Experiência” informam os resultados obtidos. Os artigos classificados como “Teórico” não apresentam resultados. Dentre os artigos que apresentam seus resultados, apenas um insere esta informação em seção específica. Observou-se que, este artigo foi elaborado por uma Mestre em Avaliação, formada pela Fundação Cesgranrio, sugerindo que a aderência à estrutura se dá pelo

conhecimento dos elementos essenciais de uma avaliação. Nos demais artigos os resultados aparecem na seção de considerações finais ou na conclusão. Há casos em que os resultados estão permeados no desenvolvimento do artigo, o que dificulta ao leitor visualizar os resultados obtidos.

Dentre os seis artigos que apresentam seus resultados, três fornecem informações organizadas em quadros, com seus respectivos indicadores, sendo que um ainda inclui gráficos. Os demais artigos apresentam estas informações em formato textual.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 567) “a interpretação dos resultados é tão importante quanto sua apresentação. Afinal de contas, a avaliação depende da capacidade de o avaliador perceber e interpretar a realidade.”. Assim, esta interpretação permitirá ao avaliador chegar ao julgamento e recomendações necessárias.

Percebeu-se que os resultados informados apresentam coerência com o objeto de estudo e, ainda que não apresentados em seção específica, estão alinhados aos objetivos inicialmente traçados, fornecendo insumos que permitem, ou discuti-lo, analisá-lo ou avaliá-lo.

i) Recomendações

Para Scriven (2018, p. 439), “as recomendações vão além de simples conclusões avaliativas”. Estas podem ser interpretadas como sugestões de ações específicas e apropriadas, que podem tanto orientar a tomada de decisões, como contribuir para melhorias.

Por se tratarem de pesquisa e relato de experiência é esperado que não seja contemplado este elemento, pois é uma característica dos estudos avaliativos. Segundo Chianca, Marino e Schiesari (2001, p. 16) a diferença entre a pesquisa avaliativa e avaliação está na finalidade de cada uma delas. A pesquisa está

claramente comprometida com a geração de conhecimento, teste de teorias, estabelecimento da “verdade” e/ou generalizações no tempo ou espaço, enquanto o compromisso principal da avaliação de programas está em gerar informações relevantes que ajudem à tomada de decisões para melhorar programas existentes e para orientar o desenvolvimento de futuros programas.

No entanto, dois dos artigos analisados contemplam recomendações e sugestões, artigos 4 e 8. Estas informações são incluídas ao final do artigo, sendo um em seção específica. Observou-se que estas informações estão relacionadas aos respectivos objetos de estudo e apresentam indicações de melhoria e novas possibilidades para o tratamento dos seus objetos.

Considerações Finais

No decorrer da análise dos artigos observou-se que apesar das diferentes nomenclaturas: formação docente, formação continuada, fazer docente, entre outras; os estudos realizados giram em torno da atuação do profissional de educação, seja de forma direta ou indireta. Da mesma forma é possível relacionar os resultados obtidos nos estudos, que revelam a desvalorização do profissional de educação e falta de incentivo para sua formação e desenvolvimento.

Os artigos que abordam o tema de forma direta buscam, em suas pesquisas, revelar a relevância do profissional de educação e demonstrar os entraves encontrados para seu desenvolvimento.

De fato, as ênfases diferenciadas com que as distintas dimensões da formação de professores têm sido expostas nos questionários do Saeb, do Naep e do TQ revelam configurações específicas de cada contexto social, político e cultural e podem nos ajudar a avançar no conhecimento da realidade educacional brasileira, porque contribuem para romper com a idéia da existência de uma concepção a priori, única e natural de formação docente. (Artigo 1, p. 35).

No caso do relato de experiência tem-se o depoimento de uma experiência vivida, que desvela que a formação dos professores, por não ser valorizada, desencoraja os profissionais atuantes.

Em boa parte, a formação dos professores atuantes ocorre em precárias instituições privadas de ensino superior, em sua maioria em cursos a distância. Essa formação (tanto inicial, quanto continuada) e a avaliação de professores, também não têm conseguido, claramente, contribuir com a prática cotidiana destes profissionais. Boa parte destes acaba abandonando suas escolas, ou, até mesmo, o magistério, em busca de melhores

oportunidades e condições de trabalho dentro e fora dos sistemas de ensino. (Artigo 6, p. 964).

O Artigo 7, apesar de ter como objeto uma Política Nacional, também aborda a relevância deste profissional e os impactos quando da sua não valorização.

Observa que a prestação de assistência técnica e financeira por parte do MEC tem sido crescente e consensualmente ajuizada como deficitária, acarretando interrupção de um elevado número de ações desencadeadas pelos municípios, com impactos mais expressivos na dimensão correspondente à formação inicial e continuada de professores (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e demais profissionais da educação, quadro agravado por grandes debilidades locais, em especial as decorrentes dos elevados déficits de qualificação de pessoal técnico e de infraestrutura. (Artigo 7, p .105).

Percebeu-se que os objetos presentes nos artigos são nuances de um mesmo objeto “formação do professor”. Ainda que os resultados apontem para uma desmotivação com a carreira docente, “em última instância, o que se pretende é um professor afinado com a realidade sociocultural de seus mestrandos, consciente do seu papel social, isento de preconceitos, capaz de situar-se na sociedade como um produtor de conhecimento, mantendo vivo o germe da curiosidade e da investigação” (Artigo 4, p. 293). Desta forma, pode-se afirmar que os artigos pertencem à categoria Formação de professores, sendo, portanto, produções relevantes para compor este estudo.

Tendo como base os artigos coletados, aplicou-se a metodologia adotada. Realizou-se a análise dos nove artigos, observando a presença dos elementos avaliativos, sintetizados no Quadro 5.

Quadro 5 – Aspectos metodológicos observados por tipo de produção

Art	Tipo Prod	Elementos metodológicos						
		Prob.	Obj.	Objetiv	Ref.	Met	Res.	Rec.
1	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	
2	Teórico	x	x	x	x			
3	Teórico	x	x	x	x			
4	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	x
5	Teórico	x	x	x	x			
6	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	
7	Relato de experiência	x	x	x		x	x	
8	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	x
9	Resultado de pesquisa	x	x	x	x	x	x	

Legenda: Prob = Problema; Obj = Objeto; Objetiv = Objetivo; Ref. = Referencial teórico; Met = Metodologia; Res = Resultados; Rec = Recomendações.

Fonte: A autora (2019).

Com base nestas informações conclui-se que dentre os artigos analisados, todos apresentam as razões ou motivos para realização do estudo, sendo caracterizadas ora como problema, ora como necessidade e ora como motivação. Da mesma forma, todos os artigos apresentam a descrição do objeto a ser avaliado, assim como o objetivo do estudo.

O referencial teórico foi descrito em oito artigos, não sendo informado apenas no artigo que aborda o “relato de experiência”. Já a metodologia foi descrita em seis artigos, contudo, nenhum dos artigos informa em sua metodologia a abordagem avaliativa utilizada, informação fundamental para uma avaliação. Sendo assim, mesmo os artigos que informam sua metodologia, não o fazem na perspectiva dos estudos avaliativos.

Os resultados foram informados em seis artigos, excluindo-se apenas os artigos teóricos. Enquanto as recomendações estão presentes apenas em dois artigos.

A partir do Quadro 5, observa-se que apenas dois artigos contemplam todos os elementos essenciais da avaliação, no entanto, devido à falta de uma perspectiva avaliativa e do julgamento do valor ou mérito, não podem ser caracterizados como avaliações.

Retomando a questão avaliativa proposta: Em que medida os artigos da categoria Formação e/ou avaliação de professores do eixo avaliação de Políticas Públicas se integra ao Estado da Arte da avaliação? Conclui-se que os artigos são produções significativas e integram-se parcialmente ao Estado da Arte da Avaliação, pois que apesar de abordarem temas pertinentes à categoria de estudo, não possuem metodologia de estudos avaliativos. A análise dos nove artigos da base de dados e-Aval, referente à categoria Avaliação de Formação de Professores, dentre os anos de 2003 a 2017, permitiu o desenvolvimento de um recorte do Estado da Arte da Avaliação.

Referências

BAUER, Adriana; CASSETTARI, Nathalia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Políticas docentes e qualidade da educação: uma revisão da literatura e indicações de política*. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 943-970, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000400943&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 23 mar. 2019.

_____. Lei nº 11.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 12 abr. 2019.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. *Os conflitos na relação avaliação e qualidade da educação*. Educ. rev., Curitiba, n. spe1, p. 93-107, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000500093&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a Cultura de Avaliação em Organizações da Sociedade Civil*. São Paulo: Global, 2001.

COSTA, Claudiane de Cassia; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de. *Formação Docente e Políticas Públicas: Uma Visão Histórica*. Revista Ciências Humanas - UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 9, n 1, edição 16, p. 48 - 61, Junho 2016. Disponível em:

<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/311/184>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ELLIOT, Ligia Gomes. *Aspectos do planejamento de propostas de avaliação*. Rio de Janeiro, 2015. Mimeografado.

ELLIOT, Ligia Gomes; RODRIGUES, Alessandra Hermogenes; SILVA, Karla de Souza da. *Dissertações em avaliação: estrutura e formatação*. 4. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2016.

FILATRO, Andréa. *Design instrucional na prática*. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2ª reimpressão, 2009.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. *Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização*. Educação & Sociedade. vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em:

<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GUNTHER, Hartmut. *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em <

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2019.

INEP. Políticas públicas para formação de professores. Em Aberto, Brasília, v.30, n. 98, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/822815>.

Acesso em: 20 mar. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza*. Est. Aval. Educ. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em:

<<https://www.uniceub.br/media/994310/art.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. *Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas*. Estudos em avaliação educacional, v.15, n.30, jul.-dez. 2004. Disponível em:

<<http://jacquestherrien.com.br/wp-content/uploads/2014/06/Estado-da-Quest%C3%A3o-reflex%C3%B5es-te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicas.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática*. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

PIRES, Célia Maria Carolino. *Reflexões sobre Relações entre Currículo, Avaliação e Formação de Professores na Área de Educação Matemática*. *Bolema*, Rio Claro, v. 29, n. 52, p. 473-492, Aug. 2015.
. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2015000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

RODRIGUES, Suely da Silva. *Políticas de Avaliação Docente: tendências e estratégias*. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 749-768, out/dez. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SCRIVEN, Michael. *Avaliação: um guia de conceitos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SILVA, Angela Carrancho da; SANTOS, Sandra Maria dos. *Avaliação da formação continuada no Estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso*. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 269-297, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. *Trabalho docente e educação integrada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco*. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 65, p. 237-247, Sept. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000300237&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SORDI, José Oswaldo de. *Desenvolvimento de projeto de pesquisa*. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, Donaldo Bello de; BATISTA, Neusa Chaves. *Balanço das avaliações municipais do plano de ações articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR*. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 105-131, Mar. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000100105&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SZTAJN, Paola; BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. *Formação docente nos surveys de avaliação educacional*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, março/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

